GUILHERME BERALDO DE ANDRADE

"Com jeitinho", uma análise retórica do discurso do Papa Francisco e seu *multiethos*.

POUSO ALEGRE - MG
2018

GUILHERME BERALDO DE ANDRADE

"Com jeitinho", uma análise retórica do discurso do Papa Francisco e seu *multiethos*.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí para obtenção do título de Doutor em Ciências da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann

POUSO ALEGRE - MG
2018

Andrade, Guilherme Beraldo de.
"*Com jeitinho*", uma análise retórica do discurso do Papa Francisco e seu *multiethos* / Guilherme Beraldo de Andrade. – Pouso Alegre: Universidade do Vale do Sapucaí, 2018.
154 p.: il. : tab.

Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Sapucaí, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2018.

Orientador: Profº Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann

1. Religião. 2. Política. 3. Retórica. 4. *Multiethos*. 5. Discurso. 6. Papa Francisco. I. Título.

CDD: 410.1

Autorizo a reprodução do conteúdo, desde que citando a fonte.

UNIVÁS

PÓSUNIVÁS
DOUTORADO | MESTRADO | MBA | ESPECIALIZAÇÃO

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a tese intitulada **""COM JEITINHO", UMA ANÁLISE RETÓRICA DO DISCURSO DO PAPA FRANCISCO E SEU *MULTI ETHOS*"** foi defendida, em 1 de agosto de 2018, por **GUILHERME BERALDO DE ANDRADE**, aluno regularmente matriculado no Doutorado em Ciências da Linguagem, sob o Registro Acadêmico nº98010042, e aprovado pela Banca Examinadora composta por:

Profa. Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Examinador

Profa. Dra. Maria Flávia de Figueiredo Pereira
Universidade de Franca – UNIFRAN
Examinadora

Profa. Dra. Andrea Silva Domingues
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinadora

Profa. Dra. Luciana Nogueira
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinadora

Recredenciamento pela Portaria MEC nº1139 de 12/09/2012 D.O.U. de 13/09/2012, nº178, Seção 1 p.106

DEDICO este trabalho para a Dominique e para o Rafael, os *purgos* lá de casa.

AGRADECIMENTOS

À Cibele, pela compreensão.

À minha Orientadora...., com ênfase! Obrigado Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann pela amizade, paciência, respeito, solidariedade e carinho. Você sempre fará parte de minha vida.

Às Professoras Dra. Luciana Nogueira e Dra. Andrea Silva Domingues pelo direcionamento, disposição e imensa cortesia quando do processo de qualificação. De igual forma, à Professora Dra. Paula Chiaretti por toda a orientação quando do processo de qualificação de linha de pesquisa.

Pela recepção e acolhida do Programa de Doutorado em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVAS e a sua Coordenadora Professora Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi, em nome de quem agradeço todo o corpo docente. Ao funcionário Guilherme Oliveira Santos, pela sempre disponibilidade e educação nos inúmeros atendimentos.

À Professora Arlete Soares Porto, da Universidade do Estado de Minas Gerais, pela gentileza no processo de revisão gramatical do texto.

À minha amiga Tatiana Barbosa de Sousa, cúmplice de lutas e tantas conquistas.

Enfim...

Não morres satisfeito, morres desinformado
Carlos Drummond de Andrade

Sou do mundo, sou Minas Gerais
Milton Nascimento

A vida é sempre a resposta...

RESUMO

ANDRADE, Guilherme Beraldo de. ***"Com jeitinho"*, uma análise retórica do discurso do Papa Francisco e seu *multiethos***. 2018. 154 fs. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre.

O presente trabalho analisa a estrutura argumentativa dos discursos do líder religioso Papa Francisco. Na posição de chefe da Igreja de Roma, o Papa Francisco, sucessor de Bento XVI, alcançou tamanho carisma com seu séquito de fiéis que suas aparições se tornaram emblemáticas, qualificando a análise da atuação de sua liderança na expressão de seus inúmeros textos. O *corpus* deste trabalho é constituído pelos discursos proferidos por Francisco na Assembleia Geral da ONU (2015) e no Parlamento Europeu (2014), bem como em sua obra *Evangelii Gaudium*, publicada em novembro do ano de 2013, junto com recortes gerais publicados acerca do Papa. A análise da argumentação utilizada pelo autor possibilita o estudo da eficácia persuasiva do discurso frente ao auditório ouvinte e respectivos leitores de sua obra. Os textos foram interpretados considerando-se a linha de pesquisa da Argumentação e Retórica, suportada nos trabalhos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Meyer (1994), Aristóteles (2005), Reboul (2000) e Amossy (2013) que determinam a questão do aspecto argumentativo apresentado em suas construções. Por intermédio de uma revisão bibliográfica identificamos que os posicionamentos do orador se apresentam tecnicamente, atribuindo-lhe expressão mesmo em cenários políticos não religiosos. Alçado a tal patamar, o orador é elevado pelo auditório universal a parâmetros caracterizadores de um ícone, quase em desconsideração à sobriedade e linha de seu discurso. De igual forma, também verificamos que o orador se posiciona, muitas vezes, acerca de temas polêmicos que afetam sua Igreja, indicando um *multiethos* e corroborando um *ethos* pré-discursivo constituído. Alheio às controvérsias, o Papa expressa suas concepções, ainda que algumas vezes de maneira indireta, reforçando sua oralidade e posicionamento, corroborando a figura de um orador autêntico, político e religioso.

Palavras-chave: religião; política; retórica; *multiethos*; discurso; Papa Francisco.

ABSTRACT

ANDRADE, Guilherme Beraldo de. ***"Com jeitinho"*, a rhetorical analysis of Pope Francisco speech and your *multiethos***. 2018. 154 fs. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre.

This paper analyzes the argumentative structure of the religious leader speeches, the Pope Francisco. Holding the place of the chief of the Roman church, Pope Francisco, who succeeds Bento XVI, has reached such a tremendous charisma among his faithful ones that his appearances have become emblematic, which qualifies the analysis of the performance of his leadership in the expression of his numerous texts. The *corpus* of this research is composed by speeches made by Francisco in the ONU General Assembly (2015) and at the European Parliament (2014), as well as his text *Evangelii Gaudium*, published in November 2013, along with general pointers published about the Pope. The argumentation analysis used by the author enables the study of the persuasive effectiveness of the speech facing the listening audience and the respective readers of his book. The texts were interpreted by considering the Rhetoric and Argumentation line of studies, guided by Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005), Meyer (1994), Aristoteles (2005), Reboul (2000) and Amossy (2013) who determine the point of the argumentative aspect presented in its construction. By means of a bibliographical review, we have identified that the positions held by the speaker are technically defined, giving him expression even in non-religious political scenario. Reaching this position, the speaker is taken by the universal audience to parameters which characterize an icon, almost disregard to the sobriety and line of his speech. The same way, we have also verified that the speaker facing polemical subjects, puts himself, many times, in a position that affects his church, which indicates a *multiethos* and supporting a constituted pre-discursive *ethos*. Far from controversies, the Pope expresses his conceptions, even in an indirect way sometimes, reinforcing his orality and positions, which confirms the image of a genuine, political and religious speaker.

Keywords: religion, politics, rhetoric, *multiethos*; speech; Pope Francisco.

SUMÁRIO

RESUMO..... 07
ABSTRACT..... 08
CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... 11

1 A RETÓRICA E OS DISCURSOS

1.1 O sistema retórico..... 16
1.2 A argumentação. A retórica. A nova retórica..... 21
1.3 O Tratado da Argumentação..... 28
1.3.1 O acordo prévio e os tipos de argumento..... 31
1.3.1.1 Os argumentos quase-lógicos..... 33
1.3.1.2 Os argumentos que se fundam na estrutura do real..... 36
1.3.1.3 Os argumentos que fundamentam a estrutura do real..... 44
1.3.1.4 A dissociação das noções..... 49

2 A HISTÓRIA, A RELIGIÃO E A POLÍTICA

2.1 Breve histórico do Papa Francisco..... 53
2.2 A produção literária sobre Francisco..... 55
2.3 A política por Rancière..... 57
2.4 A política cotidiana..... 61
2.5 A religião..... 63
2.6 O Discurso Político e o Discurso Religioso..... 65

3 ANÁLISE DO *CORPUS*

3.1 Os argumentos do Papa Francisco que fundamentam a estrutura do real..... 77
3.2 Os argumentos por dissociação de noções do Papa Francisco..... 87
3.3 Os argumentos do Papa Francisco fundados na estrutura do real..... 89
3.4 Os argumentos quase-lógicos de Francisco..... 93

4 O *ETHOS* DO PAPA FRANCISCO

4.1 Problematologia: a abordagem da argumentação por Michel Meyer..... 98
4.2 O *ethos* e o *ethos* pré-discursivo..... 101
4.3 A construção do *ethos* do Papa Francisco na Problematologia..... 105
4.4 O *ethos* pré-discursivo de Francisco..... 111
4.5 O *multiethos* do Papa Francisco..... 115

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 128

REFERÊNCIAS..... 132

ANEXO 1..... 137

ANEXO 2..... 146

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na pluralidade de formas utilizadas na linguagem, o domínio de sua exteriorização e exposição eleva a pessoa a um patamar diferenciado para com seus ouvintes, possibilitando-lhe o convencimento juntamente com todos os seus efeitos. Eis, pois, que a capacidade do homem em buscar a persuasão produz textos com nuances argumentativas.

Este trabalho analisa a estrutura retórica dos discursos produzidos pelo Cardeal Jorge Mario Bergoglio, eleito Papa Francisco no ano de 2013. Nascido na Argentina, ele tornou-se o 266º Papa da Igreja, sendo o primeiro latino-americano e também o primeiro da linha denominada jesuítica.

Quando da assunção ao papado, Francisco apresentou declarações e discursos calcados na simplicidade e humildade de acordo com a ordem religiosa jesuítica, gerando grande aceite por parte dos católicos do mundo inteiro. Mais ainda, o Papa também se posicionou politicamente em seus discursos, sendo ardente defensor de maior igualdade entre os povos frente às grandes diferenças econômicas existentes entre os países.

O *corpus* pesquisado são discursos e textos acerca do Papa Francisco, sendo selecionados e compostos da seguinte forma:

a) a transcrição do discurso que o Papa Francisco proferiu ao Parlamento Europeu no mês de novembro de 2014.

b) a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*[1] às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do evangelho no mundo atual, de autoria do Papa Francisco no ano de 2013.

c) a transcrição do discurso que o Papa Francisco proferiu na Assembleia das Nações Unidas (ONU) no mês de setembro de 2015.

d) recortes de linha geral com notícias e declarações acerca do Papa Francisco veiculados na internet, os quais compreendem aspectos verbais e imagéticos em razão do seu formato.

[1] Tradução portuguesa revista pelo secretariado geral da Conferência Episcopal Portuguesa.

A despeito de justificar suas posições, o orador apresenta um discurso amparado em afirmações suportadas nos textos bíblicos e religiosos para refutar qualquer incoerência de raciocínio, tomando os últimos como verdades absolutas até mesmo por sua formação. Nesse aspecto, utiliza tais textos aliados a técnicas argumentativas para alcançar o sentido favorável à sua linha de exposição e respectiva imagem.

Seu discurso rígido contra as desigualdades sociais ganhou eco não só em seu séquito de fiéis, mas também em auditórios que não compostos por católicos, o que expôs seu poder persuasivo. Tamanho aceite de seu discurso alçou sua imagem a de um verdadeiro ícone, trazendo-lhe evidência até mesmo em âmbito político, mesmo sendo o orador oriundo de uma linha religiosa. Por certo, sua imagem passou a causar verdadeiro frisson nos mais variados auditórios.

Nesse aspecto, alguns questionamentos passaram a ganhar lume frente à linha de pesquisa retórica:

a) realmente o orador teve a intenção de tal iconicidade? Caso afirmativo, seriam seus argumentos representados no discurso que geraram tal percepção?

b) apurou-se, eventualmente, um *ethos* pré-discursivo frente ao seu antecessor (Bento XVI), o qual era taxado como um Papa fechado e, não raras vezes, não tão afável quanto os fiéis exigiriam/necessitariam?

c) na percepção de seu *ethos* por parte do auditório, e consequente poder de persuasão, ganhou relevância ter nascido na américa latina, na medida de ter sido o primeiro Papa oriundo da América do Sul?

Fato é que os discursos realizados exteriorizam nuances argumentativas merecedoras de compreensão e identificação, manifestadas pela linguagem e seus significados implícitos, justificando a aplicação da Retórica para a análise dos textos, tendo em vista que essa é capaz de descobrir os meios de persuasão relacionados a qualquer assunto, consoante Aristóteles (2005, p. 22). Com efeito, os discursos selecionados direcionaram o arcabouço teórico escolhido para a pesquisa, privilegiando o estudo da manipulação da linguagem perpetrada pelo orador mediante o seu auditório, a fim de lhe conquistar adesão.

Assim, até numa continuação dos estudos realizados no curso de Mestrado, utilizamos a Nova Retórica e a Argumentação como dispositivos teóricos analíticos, considerando a noção de discurso como produto de linguagem direcionado a um auditório, universal ou particular,

tendo sua formulação fundamentada, mesmo que inconscientemente, em função deste. "Discurso produzido em situação com a finalidade de obter a adesão de um interlocutor" (MAURO, 2013, p. 183). Em tal cerne, entendemos necessária a exposição dos argumentos aristotélicos *ethos*, *pathos* e *logos* estruturantes do discurso retórico argumentativo, o que implica na observação do funcionamento da argumentação na linguagem, nesta perspectiva de estudo.

Importante frisar que tal projeto foi gentilmente acolhido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí, em Pouso Alegre - MG, na pessoa da Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann, inferindo sua diversidade e multiplicidade teórica. Em tal perspectiva e contexto, obtive o regular direcionamento e amparo para o desenvolvimento da pesquisa, com o devido suporte acadêmico para sua conclusão e decorrências.

Quanto à metodologia, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca dos elementos da retórica e da argumentação, através de obras clássicas, contemporâneas e artigos científicos, comparando os dados coletados para fins de exposição e montagem estrutural do trabalho. Quanto aos discursos do Papa Francisco componentes do *corpus*, quais sejam, perante o Parlamento Europeu e na Assembleia das Nações Unidas (ONU), salientamos que suas transcrições foram obtidas junto às suas respectivas e específicas páginas da internet[2].

A fundamentação teórica da pesquisa foi realizada, principalmente, através dos seguintes autores: Aristóteles (2005), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Meyer (1994), Reboul (2000) e Amossy (2013).

No que tange à estrutura de apresentação do presente trabalho, formulamos quatro capítulos para a exposição teórica e analítica.

O primeiro capítulo apresenta as origens da Retórica e suas perspectivas teóricas, com ênfase na apresentação do "Tratado da Argumentação" de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2005), os quais são suportes para o desenvolvimento da análise realizada.

O segundo capítulo destaca uma revisão bibliográfica acerca de estudos que já abordaram, ainda que indiretamente, os discursos do Papa Francisco, o que enriquece a experiência de leitura do presente trabalho, bem como uma historicidade constitutiva da trajetória de Jorge Mario Bergoglio até a sua assunção ao papado, permitindo ao leitor um maior conhecimento de seu percurso de vida. De igual forma, contextualizamos o orador e seus

---

[2] **Parlamento Europeu** *in:* <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/november/documents/papa-francesco_20141125_strasburgo-parlamento-europeo.html> **ONU** *in:* <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/september/documents/papa-francesco_20150925_onu-visita.html>

discursos, apresentando reflexões acerca do discurso político, com especial atenção aos ensinamentos de Rancière, religioso e argumentativo.

No terceiro capítulo, realizam-se as análises do *corpus* em nível retórico, através da apresentação de recortes dos discursos, demonstrando as técnicas argumentativas utilizadas pelo orador como forma de persuasão, notadamente pelo argumento *logos*.

Já no quarto e último capítulo, apresentamos a linha da Problematologia proposta por Michel Meyer (1994) e os estudos acerca do argumento *ethos* de Ruth Amossy (2013), corroborando nossa detida análise acerca da construção do *ethos* do Papa, ressaltando a formação de sua imagem e correspondente argumento para com o auditório, com ênfase na projeção múltipla do mesmo, face à particularidade de sua posição de orador.

No momento das considerações finais, expomos nossas conclusões acerca da problemática analisada, procurando trazer luz à construção da imagem do orador, junto com os mecanismos de persuasão e convencimento por ele utilizados.

Ao final são relacionadas as referências utilizadas na pesquisa e, como Anexos, incluímos as íntegras das transcrições dos discursos proferidos pelo Papa Francisco ao Parlamento Europeu e à Assembleia das Nações Unidas.

CAPÍTULO 1
A RETÓRICA E OS DISCURSOS

"Podemos criar um desastre, mas também podemos reconhecê-lo, mudar de vida e reparar o que fizemos. É verdade que na paróquia há pessoas que não só mataram intelectual ou fisicamente, mas também mataram indiretamente devido a um mau uso de capitais".

"A Igreja defende a autonomia das questões humanas. Uma autonomia saudável corresponde a uma laicidade saudável, em que se respeitam as diferentes competências. A Igreja não vai dizer aos médicos como devem realizar uma operação. O que não é bom é o laicismo militante, que toma uma posição antitranscedental ou exige que o religioso não saia da sacristia. A Igreja transforma os valores, e eles que façam o resto".[3]

Papa Francisco

Aristóteles, em sua obra *Retórica*, desenvolveu conceitos vinculados à argumentação e à busca da persuasão, trazendo-nos a ideia do *ethos*, *pathos* e *logos*. Essa tríade relaciona-se às nuances de um discurso, suportando pesquisas em diversas áreas das ciências da linguagem, o que nos levou a fundamentar as análises do *corpus* na teoria da retórica e da argumentação.

Nesse enleio, esta pesquisa, além de se fundamentar no campo teórico proposto pelo filósofo grego, também se embasa nos trabalhos de autores como Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Meyer (1994), Reboul (2000) e Amossy (2013), dentre outros. Antes de abordarmos especificamente os discursos produzidos pelo Papa Francisco, faremos um percurso e uma releitura da ciência retórica, a fim de apresentarmos seus instrumentos e vinculação com o estudo proposto.

Naturalmente, apresentaremos um panorama da retórica ao longo da história, desde seu quase esquecimento ao seu ressurgimento ao final dos séculos XIX e XX, através de estudos que se fundamentaram nos originais filósofos retóricos gregos.

---

[3] BERGOGLIO, J.; SKORKA, A. *Sobre o céu e a terra*. Lisboa; Clube do Autor, 2016 – p. 70 e 137.

1.1 O Sistema Retórico

De um ponto de vista de organização disciplinar clássico, tem-se que a argumentação é composta pelo estudo da lógica (arte de pensar corretamente), da retórica (arte de bem falar) e a dialética (arte de bem dialogar). "*Cet ensemble forme la base du système dans lequel l'argumentation a été pensée depuis Aristote jusqu'à la fin du XIX siècle*"[4] (PLANTIN, 2005, p.4)

Discípulo crítico de Platão, o filósofo grego Aristóteles desenvolveu uma concepção própria da retórica, a diferenciando da lógica (a retórica se ocupa da comunicação ordinária e não necessariamente amparada em valores verídicos) e da dialética (a retórica não busca o diálogo somente do orador – "*l'homme de parole*"[5] – mas, ao contrário, endereça-se ao homem total, capaz de julgamentos próprios) (Bertrand, 1999, p. 39). Abaixo apresentaremos mais elementos acerca da teoria da retórica.

Tendo Aristóteles no seu berço, a ciência retórica buscou a análise dos discursos orais, na medida da inexistência (ou pouca existência) dos discursos escritos[6].

Sem maiores pretensões neste momento, podemos afirmar ser a retórica estruturada num discurso destinado a um auditório que se tenta influenciar e submeter posições que parecem razoáveis. Apresenta-nos Amossy:

> *Elle s'exerce dans tous les domaines humains ou il s'agit d'adopter une opinion, de prendre une décision, non sur la base de quelque vérité absolue nécessairement hors de portée, mais en fondante ce que semble plausible*[7] (AMOSSY, 2006, p.9)

O filósofo grego, no livro Retórica (redigido por ele entre 329 e 323 a.C.), determina que a ciência de mesmo nome pode ser dividida em 4 partes, que seriam, ao final, as partes pelas quais se compõem todos os discursos. Seriam elas: a invenção (*heurésis*), a disposição (*taxis*), a elocução (*lexis*) e a ação (*hypocrisis*).

A invenção (*heurésis*) é o estudo que o orador realiza para seleção dos argumentos a serem apresentados para o auditório. Pressupõe-se nessa etapa a existência dos 3 (três) gêneros

---

[4] Tradução livre: Este conjunto forma a base do sistema em que o argumento foi pensado desde Aristóteles até o fim do século XIX.

[5] Tradução livre: O homem de palavra.

[6] Por isso que ainda no cotidiano faz-se referência à retórica como uma forma de falar bem.

[7] Tradução livre: Ela é exercida em todos os domínios humanos para se adotar uma opinião e tomar uma decisão, nem sempre com base em alguma verdade absoluta, fora do alcance, mas se fundindo com o que se parece plausível.

do discurso: judiciário, deliberativo (ou político) e epidíctico, tendo em vista que o filósofo determinava a existência de apenas 3 (três) tipos/espécies de auditório.

Gêneros do discurso[8] são enunciados que possuem similitude de conteúdo temático, construção composicional e estilo. Quer dizer, eles agrupam textos que têm propriedades e características em comum, numa vinculação indireta com as atividades humanas; por tal razão que sua variedade é praticamente infinita.

Aristóteles propunha a existência de somente três gêneros de discurso (concepção essa já há muito defasada, face à notória existência de inúmeros outros gêneros). Contudo, a classificação proposta suportava-se na percepção de que o próprio auditório tinha do discurso que lhe era dirigido: na expressão de sua opinião, sem maiores conflitos, alcançamos o *gênero epidíctico* (ou laudatório), quando instiga uma discussão/deliberação temos o *gênero político* (ou deliberativo), ao passo que na expressão de um julgamento fundamenta-se o *gênero judiciário*.

O *gênero epidíctico* oferece um discurso a um auditório valorizando uma ação, um homem, uma ideia, uma homenagem, dentre outros. "*Le genre épidictique sensibilise le présent, ce qui est connu et actuel, et que le discours offre en spectacle à son auditoire, en cherchant à l'émouvoir*"[9]. (Bertrand, 1999, p. 79)

O *gênero deliberativo* vincula-se a uma discussão – "*la discussion sur l'avenir, sur ce qui ne s'est pas encore réalisé et qu'on projette d'organiser*"[10] (Bertrand, 1999, p. 78) – sendo caracterizado com excelência no debate político em que as partes confrontam seus pontos de vista, seja sob aspectos técnicos e/ou cotidianos, concretizando um confronto para posterior decisão.

A seu turno, o *gênero judiciário* visa ao conhecimento da verdade efetiva que se pretende produzir, do estabelecimento de fatos passados e na apresentação de uma prova que remeterá à inocência ou culpa em determinado processo jurídico. Fundamenta-se com maestria na correlação da prática jurídica de apresentação da lei e de jurisprudências vinculadas, num contexto uniforme.

---

[8] Cabe aqui ressaltar que a proposta de gêneros de discurso estampada segue a matriz retórica aristotélica, tendo em vista que o filósofo grego separou, em sua obra, o discurso em três possíveis naturezas: deliberativo, judiciário e epidíctico, não se confundindo, assim, com outros campos teóricos como a Análise de Discurso de Pêcheux e o Dialogismo e Polifonia de Bakhtin.

[9] Tradução livre: O gênero epidíctico sensibiliza o presente, que é conhecido e atual, sendo que este discurso oferece um espetáculo ao auditório, buscando comovê-lo.

[10] Tradução livre: a discussão acerca do futuro, sobre o que ainda não se realizou e o que planejamos organizar.

Considerando que os enunciados que compõem cada gênero são decorrentes do embate entre pontos de vista distintos, nos apresenta Fiorin:

> A aprendizagem dos modos sociais de fazer leva, concomitantemente, ao aprendizado dos modos sociais de dizer, os gêneros. Mesmo que alguém domine bem uma língua, sentirá dificuldade de participar de determinada esfera de comunicação se não tiver controle do(s) gênero(s) que ela requer. É por isso que há pessoas que conversam brilhantemente, mas são incapazes de participar de um debate público ou de discursar para uma grande plateia. (FIORIN, 2006, p.69)

Assim mostra-se relevante a classificação dos gêneros do discurso já trazida na antiguidade por Aristóteles, haja vista que, a partir de sua definição, caberia ao orador a seleção dos argumentos passíveis de serem utilizados e melhor aceitos. Deste modo, o filósofo grego define tais argumentos em três tipos como instrumentos de persuasão: *ethos*, *pathos* e *logos*. Os dois primeiros de ordem afetiva, sendo o último de ordem racional.

O *ethos* é o argumento vinculado ao caráter do orador, isto é, como ele deve se apresentar para gerar confiança no auditório. Não se trata do caráter que o orador deve assumir, mas o caráter com o qual ele deve se adaptar (do auditório).

Já o argumento *pathos* é aquele conjunto de emoções e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso.

Por sua vez, o *logos* vem a ser a argumentação propriamente dita do discurso, consolidando-se como o aspecto dialético da retórica.

Este tríptico argumentativo ampara a ação persuasiva, devendo ser apresentados complementarmente – e não concorrentemente - conforme Adam (2005). Na prática um não possui a plenitude de eficácia – diríamos até mais, sua própria existência – sem o outro, de forma que suas inter-relações suportam a estrutura argumentativa.

Afora os argumentos, o orador dispõe da utilização de provas para serem apresentadas ao auditório. As mesmas vêm a ser classificadas como extrínsecas (*atekhnai*) e intrínsecas (*entekhnai*). As primeiras são aquelas apresentadas antes do início da invenção por fatos já consolidados, sendo as intrínsecas aquelas criadas pelo próprio orador no curso do próprio discurso, muitas vezes transformando posições de desvantagem em vantagem.

Ainda na fase inventiva, surgem os "lugares" ou "*topoi*". Situações que dirigem o argumento a ser utilizado. Tal premissa pode assumir três sentidos, consoante Aristóteles (2005):

a) Lugar direcionando um argumento pronto: são muito utilizados na retórica antiga, por livre aceite e comum aplicação. Por exemplo: "infância feliz";

b) *Lugar direcionado como um tipo de argumento*: não se mostram prontos, podendo alcançar conteúdos diversos como, por exemplo, o "mais" e o "menos". São chamados lugares-comuns; e,

c) *Lugar possibilitando encontrar um argumento*: trata-se do sentido mais técnico, muito utilizado no gênero de discurso judiciário. Apresenta-se como questões prontas a serem destacadas para efeitos de se alcançar um argumento favorável.

Contudo, é certo asseverar que podem existir centenas de *topoi* derivados dessas formas fundamentais, os quais orientam a análise da argumentação em si[11]. Amossy (2006, p.110) orienta os *topoi* "*comme structure formelle, modèle logico-discursif: c'est un schème sans contenu déterminé que modèle l'argumentation*"[12].

Aproveitando-nos das lições de Reboul (2000), a fase da invenção materializa a oportunidade de o orador selecionar todos os procedimentos retóricos possíveis. Bertrand (1999, p.74) destaca que "*la grande question de l'invention, c'est l'art de trouver des arguments et de discourir efficacement sur tout sujet*!"[13].

Ainda quanto às partes do discurso, tem-se a disposição (*taxis*) sendo a ordenação desses argumentos (trazidos na invenção), relacionada à disposição interna do discurso. Sob a ótica Aristotélica, o discurso em geral opera-se numa estrutura impactada por um exórdio, uma *narração*, uma *argumentação* e, ao final, uma *peroração*.

Para Reboul (2000, p.55), "exórdio é a parte que inicia o discurso, e sua função é essencialmente fática: tornar o auditório dócil, atento e benevolente", quer dizer, passível de compreender. O exórdio suscita a questão do discurso, devendo transferi-la ao espírito do auditório (MEYER, 1998, p.25).

No ato narrativo, os fatos são expostos de acordo com os interesses do orador, sendo, não raras vezes, utilizadas parábolas e fábulas para melhor compreensão do auditório. Na argumentação (também chamada confirmação) é apresentado o conjunto de provas para efeitos

---

[11] Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.94) destacam como "depósitos de argumentos".

[12] Tradução livre: como uma estrutura formal, um modelo logico-discursivo: é um esquema sem conteúdo definido que direciona a argumentação.

[13] Tradução livre: A grande questão da invenção é a arte de apresentar argumentos e discorrer sobre qualquer assunto.

da sustentação do discurso, avaliando seus prós e contras de acordo com a orientação que se almeja.

Por fim, apresenta-se a peroração: a conclusão almejada e a fidelidade do auditório, momento este em que a paixão se une à argumentação.

A despeito de tal disposição clássica de um discurso (exórdio, narração, confirmação e peroração) é importante frisar que, indiferentemente ao plano de exposição escolhido, sua organização torna-se fundamental para efeitos de nada se omitir e/ou repetir no discurso, favorecendo o orador a cada momento do mesmo.

Nesse aspecto, a despeito do esquema que se escolha, há que se relembrar que o discurso eficaz é aquele essencial não só na argumentação direta, mas também aquele que visa orientar o espírito quanto à interpretação e ao contexto de apresentação. Em tal plano colocam-se as ideias em ordem, apoiando-se nos fatos, verossimilhanças, evidências, paixões e opiniões (MEYER, 1998, p.24). Resta, a priori, realizar a ação de colocar as reflexões em palavras dirigidas.

Eis, assim, a fase da elocução (*lexis*), a qual, por sua vez, destaca o estilo do orador impregnado à escrita do discurso. Reboul (2000, p.61) salienta ser esta a parte da retórica que mais se vincula ao orador em si, quando os dispositivos retóricos dantes selecionados e dispostos encontram a escrita, com uma boa escolha do vocabulário e na utilização de figuras de linguagem com clareza. É a adaptação ao estilo do auditório, o que determina estar ou não ao alcance do mesmo de acordo com o assunto tratado.

Tais características acabam sendo inerentes ao *ethos* disposto, trazendo-lhe singularidade para efeitos de autoria[14]. Como asseverado aristotelicamente, não basta atentar-se somente ao discurso, mas também pôr-se a si próprio a certas disposições, eis que tem relevância para a persuasão que o orador se mostre sob certa aparência.

Quanto ao aspecto da utilização das figuras de linguagem, o que torna muitas vezes o discurso vivaz e marcante, voltaremos ao assunto quando da análise específica e descritiva do *corpus*, bem como na descrição dos argumentos utilizados pelo orador.

A ação (*hypocrisis*) se concretiza na efetivação do discurso, através da voz e do gestual empregado. É a pontuação das palavras com gestos e mímicas, bem como com a sonoridade do discurso, redundando no modo de falar.

É a representação do orador que pode exprimir o que não sente, sem deixar o público saber, sob pena de destruição de seu discurso (REBOUL, 2000, p.67). Há, pois, que se atentar

[14] Voltaremos à questão do *ethos* no Capítulo 4.

para as regras de impostação de voz e domínio da respiração. Ainda, de acordo com o autor, quanto ao discurso oral em específico:

> Para nós, o discurso oral deve ser bem mais lento que uma leitura, ou o auditório perderia o fio da meada. Deve ser redundante, para suprir a memória. Finalmente, o mais importante, a língua não é exatamente a mesma: exige frases mais curtas, expressões mais concretas e familiares, ou então o discurso parecerá artificial [...] Ninguém fala "como livro", mas como gente (REBOUL, 2000, p. 69)

Em elucidativa análise, Meyer (1998, p.25) aduz que a *invenção* trata a questão, a *disposição* expõe a resposta e a *elocução* a faz passar, restando à *ação* um papel coadjuvante.

São essas as quatro grandes "tarefas" do orador ao estruturar e expor seu discurso, sendo certo que, a ausência de qualquer delas, afeta a inteligibilidade do mesmo. Nesse aspecto, muito embora todas as fases sejam de importância significativa, concentraremos nossas análises na elocução, a fim de apresentar detalhadamente as estratégias argumentativas utilizadas nos textos analisados, com ênfase na análise do *logos* e do *ethos*.

1.2 A argumentação. A retórica. A nova retórica

O Estruturalismo Linguístico predominou no início do século XX, com relevância para os estudos de Ferdinand de Saussure.

Saussure (2002) define a língua como um sistema de signos. É a parte social da linguagem, devendo o falante obedecer às regras a ela inerentes e estabelecidas pela comunidade a que está vinculada, ressaltando que, na teoria do mestre genebrino, ainda há destaque de forma para a existência da fala (concebida na tríade linguagem, língua e fala) exteriorizada nas combinações realizadas pelo sujeito falante.

A separação do estudo de cada parte da mencionada tríade situa o objeto da linguística, notadamente aquela que estuda a língua (priorizada por Saussure) e a que estuda a fala. No que diz respeito à língua, tem-se que a mesma é considerada uma estrutura com elementos de valor específicos definidos, motivo pelo qual se chama Estruturalismo a teoria que as estuda.

Num estudo linguístico destacado, muito se discute acerca da manipulação intencional e direcionada da linguagem. Em outras palavras, qualquer texto demonstra e infere elementos manipuladores desconhecidos pelo auditório em geral, capazes de serem exteriorizados pelo pesquisador somente através da análise de suas condições gerais e textuais de produção.

Nesse contexto é que se apresenta a Retórica e Argumentação, ou, como bem apresentado por Amossy (2006, p.8) "*l'usage de la parole a été donné à l'homme pour exercer une influence*"[15]. Precipitando parte dos comentários apresentados abaixo, já se ressalva a própria história da ciência retórica, frente ao seu grande exílio a partir do século XVI perante as análises envolvidas nas ciências da linguagem (sendo julgada como mero "ornamento" linguístico) e sua retomada como parte fundamental dos estudos da linguística a partir do século XX.

Há um nítido paralelo entre a retórica e a argumentação, na medida em que a persuasão se fundamenta nas técnicas argumentativas dirigidas na busca do convencimento. Pressupõe-se, assim, sempre a existência de um orador, dirigindo-se a um auditório, na busca de seu convencimento quanto a uma tese específica.

A seu passo, a argumentação seria o ato em si de direcionamento comunicacional a outrem, levando-lhe proposições voltadas ao convencimento (persuasão).

Por seu turno, a retórica seria o tecnicismo de utilização de argumentos para o convencimento e/ou uma função, ainda que, não raras vezes, seja taxada como ato de "embromação" e falsidade. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) a explicitam como a arte de argumentar, ao passo que Reboul (2000) a propõe como "a arte de persuadir pelo discurso". Quer dizer, somente falamos em retórica quando, por um discurso direcionado e amparado, buscamos o convencimento do outro[16].

Meyer (1998, p.17) define a retórica como: "a arte de bem falar, de mostrar a eloquência diante de um público para ganhá-lo para a sua causa. Isso vai da persuasão à vontade de agradar: tudo depende precisamente da causa".

Mais precisamente, estabelece Reboul:

> A lei fundamental da retórica é que o orador – aquele que fala ou escreve para convencer – nunca está sozinho, exprime-se sempre em concordância com outros oradores ou em oposição a eles [...] Para ser bom orador, não basta saber falar; é preciso saber também a quem se está falando, compreender o discurso do outro, seja esse discurso manifesto ou latente, detectar suas ciladas, sopesar a força de seus argumentos e sobretudo captar o não dito. (REBOUL, 2000, p. XIX)

---

[15] Tradução Livre: o uso da palavra foi dado ao homem para exercer uma influência.

[16] Logicamente tal concepção nos remete, em contrapartida, à existência também de discursos não persuasivos, isto é, aqueles que não buscam que o outro creia ou venha a crer em algo específico. Tais produções não têm o enfoque de estudo retórico.

Ainda a respeito das definições de persuasão e convencimento, Perelman (2004) destaca ser a primeira por meios irracionais, ao passo que a segunda por meios concebidos como racionais. O autor destaca que persuadir vem a ser mais que convencer, uma vez que acrescenta a força necessária para a prática de uma ação. Convencer seria tão somente a primeira fase. Apresenta-nos Abreu:

> Argumentar é a arte de convencer e persuadir. Convencer é saber gerenciar informação, é falar à razão do outro, demonstrando, provando [...]. Persuadir é saber gerenciar relação, é falar à emoção do outro. (ABREU, 2009, p. 25)

Na alternativa de Dittrich, esclarecemos mais ainda a dicotomia entre a retórica e a argumentação. Veja-se:

> Como ato comunicacional, a argumentação pode ser entendida como a interlocução por meio da qual o orador, partidário de uma opinião, pretende fazê-la chegar ao auditório, objetivando conquistar-lhe a adesão. À Retórica, como Teoria da Argumentação, cabe descrever esse processo, apontando a natureza dos diferentes aspectos envolvidos e sua possível sobreposição ou encadeamento. Como se trata de um processo comunicativo em que o orador tenciona obter a adesão de um auditório para a opinião que lhe apresenta, atua simultaneamente em três frentes: por meio dos argumentos técnicos, procura mostrar que se trata de uma opinião tecnicamente (cognitivamente) verossímil, sustentável; por meio dos argumentos emotivos, apoiando-se em recursos da expressão, objetiva sensibilizar o auditório para angariar seu interesse, procurando mostrar que se trata de uma opinião viável, boa e útil; por meio da argumentação representacional, objetiva constituir seu credenciamento, apresentando-se com legitimidade e com capacidade para emitir a opinião em causa. (DITTRICH, 2008, p.22-23)

Como mencionado, o discurso tem como destinatário o chamado auditório. Esse pode ser definido como "o conjunto de pessoas que queremos convencer e persuadir" (ABREU, 2009, p.41). Fica a seu encargo a aceitação ou não da argumentação do orador. É, pois, a quem se orienta todo o discurso. Ao auditório "cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores" (PERELMAN; OLBRETCHS-TYTECA, 2005, p.27).

Resta evidente que o orador deve obrigatoriamente promover os esforços necessários para adequar seu discurso ao auditório a que se dirige, sob pena da não realização e concretização da persuasão. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.26-27) destacam que "o importante, na argumentação, não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ele se dirige". Deve-se conhecer previa e adequadamente o auditório para se conseguir uma boa argumentação, mormente os valores que por ele são aceitos e comungados.

Na singularidade de cada grupo espelha-se um auditório particular, definido consoante elementos que o fazem homogêneo e específico (ainda que sejam poucas pessoas ou, sob outro vértice, uma multidão). Por tal conjugação, a articulação argumentativa fica favorecida na percepção dos valores aceitos pelo auditório, o que favorece a confecção de um discurso persuasivo direcionado.

Barrio assim nos recorda:

> *Lo que claramente no admite es que la justificación sea algo más que esta capacidad para descifrar si nuestros semejantes están en una buena posición para acertar una oración, o para creer en su verdad, dados los intereses y valores de él y sus pares culturales. Lo que está justificado, lo que es verdadero, lo que es aceptable racionalmente, supone siempre la pregunta ¿para quién?*[17] (BARRIO, 1998, p.122)

Tal concepção remete ao imaginário de existência de um auditório modelado como universal, ou seja, aquele que albergaria todos os tipos de especializações, sem particularidades, paixões próprias e preconceitos. Reboul (2000, p.93) o destaca como um ideal argumentativo que, se concretizado, restaria ao orador saber "que está tratando com um auditório particular, mas faz um discurso que tenta superá-lo, dirigido a outros auditórios possíveis que estão além dele". O auditório universal albergaria todos, sendo paradigma para o julgamento de uma argumentação eficaz.

Argumenta-se para tomar decisões ou realizar ações, modificando o mundo. Quer dizer, argumenta-se acerca de domínios nos quais o homem tem um controle, denotando a distinção na argumentação para o mundo social e para o mundo natural.

Assim, a argumentação é uma função da linguagem ou até mesmo um fato de discurso, produzindo abordagens teóricas distintas em relação ao seu funcionamento. O estudo da argumentação acompanha as reflexões sobre os laços sociais e sobre o funcionamento do político nos agrupamentos humanos. Influencia-se através da linguagem: justifica-se a pertinência de uma conclusão em relação a uma questão dada, convencendo/persuadindo pelos argumentos que se apoiam na razão e/ou emoção (*logos* e *pathos*).

Isso nos leva, novamente, à fundamentação da ciência retórica. Nascida na Grécia entre os séculos V e VI a.C., consubstanciava uma reflexão sobre as operações argumentativas destinadas ao convencimento/persuasão do interlocutor. A relação do indivíduo que enuncia, o

---

[17] Tradução Livre: O que claramente não se admite é que a justificação seja algo mais que essa capacidade de decifrar se nossos semelhantes estão em uma boa posição para receber o discurso, ou para acreditar em sua verdade, dados os interesses e valores do orador e de seus pares culturais. O que é justificado, o que é verdadeiro, o que é racionalmente aceitável, sempre pressupõe a pergunta: para quem?

agenciamento da posição de locutor legítimo e os efeitos da alteração do estado das coisas por causa do uso da linguagem em si, suportavam a performatividade destacada pela teoria pragmática[18].

Desprovida a enunciação de suas acepções mágicas e sobre-humanas, instaura-se, na antiguidade, práticas discursivas denominadas de palavra retórica (DANBLON, 2005), a qual funda sua eficácia no resultado do embate entre o orador e o auditório, notadamente pela adesão deste aos argumentos apresentados e consequente persuasão. Assim, o ato de argumentar e persuadir vira um campo teórico denominado retórica, junto à gramática e à lógica.

Na esteira da relação necessária ou, ao menos desejável, de um argumento bem-sucedido com a verdade de seus fundamentos, surgem os Sofistas, oradores que vendiam suas habilidades com as técnicas argumentativas para ganhar o auditório (no caso as Assembleias Atenienses). Fundam sua persuasão através da mobilização positiva das emoções do auditório, utilizando-se, para tanto, das chamadas *figuras de linguagem*[19].

Em tal contexto dinâmico histórico, Aristóteles propõe o livro "A Retórica". Nele, o filósofo grego retoma a distinção entre crença (*doxa*) e a ciência (*episteme*), para opor o verdadeiro (ciência) ao verossímil (retórica). O homem tem a capacidade de reconhecer a verdade através da evidência e também pela aceitabilidade (verossimilhança). Há, pois, o ato de convencer (necessidade formal e com apelo à razão) e o ato de persuadir (dependente da adesão do auditório). Para o filósofo, a mencionada oposição entre tais atos se dá entre raciocínios analíticos (necessários pela sua forma e evidência/verdade) e raciocínios dialéticos (apoiados em opiniões geralmente aceitas). A argumentação, sustentando seu funcionamento na opinião, precisa mostrar as teses defendidas com premissas geralmente aceitas pelo auditório, persuadindo com a elaboração de argumentos eficazes e através da apresentação favorável da figura do próprio orador (*ethos*).

Ainda na perspectiva histórica, a retórica gozou de prestígio até o fim do século XVI, quando veio a cair em extremo desuso. Com efeito, especialmente na França, se sustentou por muito tempo agonizante. Dentre seus maiores críticos, notabilizou-se Descartes, o qual propunha a inexistência de qualquer desacordo em um discurso passível de argumentação,

---

[18] De igual forma, tal sistematização também ganha voz quanto às novas reflexões acerca do *ethos discursivo* – vide Capítulo 4.

[19] Estas passam a ser, também, motivo de estudo principal nos séculos seguintes por parte da disciplina retórica, tendo perda de evidência e relevância com o agir político e realidade social no período da Idade Média e da Renascença.

prevalecendo a regra cartesiana[20]. Após sua quase extinção, alcançou nova vida a partir dos anos 1950, especialmente no período pós-guerra e de regimes totalitários. Inicialmente com as posições de Roland Barthes[21], chegando à publicação do "Tratado da Argumentação" por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, obra essa já tida como clássica e universal do pensamento contemporâneo tal qual a aristotélica. Nesse estágio, alcançou-se o que agora chamamos de nova retórica.

Os autores belgas partem da distinção aristotélica entre demonstração e argumentação, restringindo a demonstração aos raciocínios analíticos (lógicas formal e matemática). Assim, o orador que pretende agir eficazmente deve-se adaptar ao seu auditório, escolhendo premissas aceitas pelo último. A aceitabilidade das premissas, argumentos e conclusões por parte do auditório, permite distinguir o ato de convencer do ato de persuadir, não lançando mão do conceito de verdade. Assim, a persuasão acontece para auditórios particulares, sendo a validade das conclusões aceitas por um grupo determinado de interlocutores. Já o convencimento materializa-se quando se releva a figura do auditório universal[22], isto é, apresentando-se argumentos que seriam aceitáveis por todos e por qualquer razão.

Ao buscar a fundamentação do valor em si (como por exemplo: o que é justo e o que não é justo), Perelman e Olbrechts-Tyteca expõem uma lógica calcada na antiga retórica aristotélica (especificamente na argumentação). De certa forma, novamente são destacadas as três esferas do raciocínio trazidas por Aristóteles na Antiguidade: o analítico, o dialético e o sofístico, o que nos leva a concluir que, muito embora apresentada como *nova*, os estudos dos supramencionados autores prestaram-se mais a reavivar a *velha* teoria clássica do filósofo grego.

> *Dans la tradition aristotélicienne, la rhétorique définit ainsi :*
> *- un discours qui n'existe pas en-dehors du processus de communication ou un locuteur prend en compte celui à qui il s'adresse : parler (ou écrire), c'est communiquer ;*
> *- un discours qui entend agir sus les esprits – et ce faisant sur le réel – donc une activité verbale au plein sens du terme : le dire est ici un faire ;*

---

[20] A regra cartesiana determina que, sempre que duas pessoas possuírem opiniões contrárias acerca de uma mesma coisa, uma delas está enganada, muito embora nenhuma das duas possua a verdade em si, pois, se tivesse, conseguiria forçar o convencimento da outra.

[21] À época, o autor destacava que a retórica deveria ser repensada em termos estruturais, acrescentando ser a mesma "objeto de um trabalho em andamento" (DUBOIS et al., 1974, p. 16)

[22] Na figura do auditório universal, aparecem as questões éticas e morais que preocupavam Platão: como sustentar a eficácia dos argumentos em algum princípio eticamente válido? O Auditório universal, no conceito abstrato e utópico que lhe é inerente, caracteriza-se nos valores universalmente aceitos pelos homens, de forma que o orador é chamado a ultrapassar/alcançar os mesmos para o convencimento.

> *- une activité verbale qui se réclame de la raison et qui s'adresse à un auditoire capable de raisonner : le logos en grec, on le sait, désigne à la fois la parole et la raison ;*
> *- un discours construit, usant de techniques et de stratégies pour parvenir à ses fins de persuasion : parler, c'est mobiliser des ressources verbales dans un ensemble organisé et orienté.*[23] (AMOSSY, 2006, p.9)

Como destaca Dubois (1974, p. 17), "se a antiga retórica é menos tola do que disseram os elitistas, ninguém pensa seriamente em recuperar todos os seus resíduos: é preciso evitar bricolagens".

Na dualidade retórica x dialética, convém relembrar que Aristóteles as coloca em um único plano, sendo uma a contrapartida da outra, tendo em vista que ambas têm em comum o fato de conseguirem provar ou não uma tese, serem universais, poderem ser ensinadas (existe a técnica), distinguirem o verdadeiro e o aparente[24] e, por fim, utilizarem dois tipos idênticos de argumentação: a indução e a dedução.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.3), o filósofo René Descartes quis trazer como característica maior da razão a evidência, sendo racional somente algo demonstrado através das ciências naturais; o que suscita o questionamento original quanto a ser a razão totalmente incompetente nos campos que escapam ao cálculo e de que, onde nem a experiência e nem a dedução lógica possam fornecer a solução de um problema, seriam aplicável os instintos e sugestões.

Isso implicaria a argumentação que não teria respaldo senão quando passível de prova, de forma que o estudo da técnica de argumentação vincularia somente a análise das técnicas discursivas para convencimento/adesão de um auditório. A argumentação, pois, viria a ser construída em virtude desse último, como sempre defendido por Aristóteles.

Fiorin nos esclarece quanto aos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca:

> Os autores, insatisfeitos com a aplicação da lógica formal às decisões humanas, partem do princípio de que quase todos os negócios humanos não se fundam em demonstrações lógicas, mas em raciocínios contingentes, prováveis, possíveis. Sua nova retórica é uma volta à Aristóteles, para

---

[23] Tradução Livre: Na tradição aristotélica, a retórica é definida:
- um discurso que não existe fora de um processo de comunicação ou um locutor que leva em consideração a pessoa a quem ele está se dirigindo: falar (ou escrever) é se comunicar;
- um discurso que pretende agir nas mentes - e se fazer real - portanto, uma atividade verbal no pleno sentido do termo: dizer que está aqui para fazer;
- uma atividade verbal que reivindica a razão e que se endereça a um auditório capaz de raciocinar: o *logos* em grego, como se sabe, refere-se à fala e à razão;
- um discurso construído, usando técnicas e estratégias para alcançar seus fins de persuasão: falar é mobilizar recursos verbais em um todo organizado e orientado.

[24] A dialética busca a distinção entre o verdadeiro silogismo e o sofisma, enquanto a retórica procura distinguir o elemento persuasivo do simples engodo. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.8-9).

> examinar as provas dialéticas elaboradas nos *Tópicos* e utilizadas na *Retórica*, que constituem as bases de um estudo das técnicas discursivas visando a obter a adesão dos espíritos. (FIORIN, 2014, p.23)

Breton apresenta o seguinte comentário:

> Como Barthes, Olivier Reboul e, sobretudo, Chaïm Perelman veem no cartesianismo e em sua rejeição ao "verossímil" (ao possível) a origem da dificuldade que a retórica teve para conservar um lugar central nos sistemas de pensamento modernos, de uma maneira mais geral, poderíamos descrever este período como aquele em que houve um enfrentamento entre a "cultura da evidência", que aproveita dos avanços do cientismo e do positivismo, e uma "cultura da argumentação" que vê sua renovação freada por um descrédito que, finalmente, não lhe diz respeito, pois se refere apenas ao aspecto "estético" do discurso. (BRETON, 2003, p.17)

Plantin (2008) defende que a argumentação está vinculada à arte de pensar corretamente; a retórica, à arte de bem falar e a dialética, à arte de bem dialogar, o que fundamenta o raciocínio original aristotélico e, por consequência, a nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

A verdade é que a retórica atual se mostra cheia de saúde, ofertando caminhos para a interpretação dos discursos ao invés de ensinar a produzi-los (FERREIRA, 2010), o que destaca sua importância, possibilitando ao analista a busca e a exteriorização das técnicas e arte do orador no discurso, o qual, por sua vez, somente pode ser entendido em sua plenitude quando considerados seus próprios elementos argumentativos e manipuladores.

Outrossim, a posição de destaque na nova retórica vincula-se à importância original da dialética, mesmo após a fase de seu quase banimento e restrição aos aspectos literários, por assim dizer. Com efeito, ainda que pensemos a dialética aristotélica no plano de sua singularização calcada na dicotomia dos silogismos da lógica formal x premissas prováveis e verossímeis[25], sua força exterioriza-se e renova-se na argumentação sem demonstrações lógicos/dedutivas, proposições evidentes e provas incontestáveis.

1.3 O Tratado da Argumentação

[25] Como nos apresenta Massmann (2017, p. 31), o primeiro tipo de argumentação, representado pelo *quê*, está associado à dialética (...) O segundo tipo de argumentação, expresso por *aquilo quê*, está relacionado à retórica.

A nova retórica foi trazida no ano de 1958 quando Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca publicaram a obra *Traité de l'argumentation - La Nouvelle Rhétorique* (em português Tratado da Argumentação - A Nova Retórica). Tal obra foi escrita no contexto de revalorização da retórica, quando, novamente, foram retomados estudos acerca da argumentação. Mencionados autores destacaram a necessidade de isolamento dos recursos argumentativos para a análise do discurso como um todo, tendo em vista que a análise isolada do argumento (face micro) contribuiria decisivamente para o entendimento da completude do discurso (face macro): "Ora, o sentido e o alcance de um argumento isolado não podem, senão raramente, ser compreendidos sem ambiguidade" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 211).

Para efeitos de melhor entendimento acerca da "dissecação" argumentativa proposta pelo Tratado, nos apoiaremos também em Olivier Reboul, filósofo francês e professor de Filosofia da Educação na Universidade de Estrasburgo/França, que por meio de seu livro "Introdução à Retórica" escrito no ano de 1991, apresenta uma continuidade do TA[26] e do pensamento perelmaniano.

Contudo, por oportuno, convém ressaltar que tanto Perelman e Olbrechts-Tyteca como Reboul acordam quanto à existência de mais que uma forma de análise da estrutura argumentativa, como, por exemplo, através dos planos-padrão de estrutura da argumentação formal e da argumentação informal. Com efeito, qualquer ouvinte pode inclinar individualmente sua percepção quanto aos argumentos, o que resultará em um resultado final argumentativo diferenciado (refutando assim qualquer análise que se pretenda definitiva).

Dessa forma, há, pois, a sobreposição de argumentos no intuito da melhor significação da argumentação em si (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 214). Tal sobreposição caracteriza-se pela existência dos chamados processos de ligação e de dissociação. Consoante os autores:

> Entendemos por processos de ligação esquemas que aproximam elementos distintos e permitem estabelecer entre estes uma solidariedade que visa, seja estruturá-los, seja valorizá-los positiva ou negativamente um pelo outro. Entendemos por processos de dissociação técnicas de ruptura com o objetivo de dissociar, de separar, de desunir elementos considerados um todo, ou pelo menos um conjunto solidário dentro de um mesmo sistema de pensamento. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 215)

Logicamente, a exposição aqui pretendida não está desconsiderando a análise Aristotélica da razão mediante os argumentos baseados no binário: raciocínio silogístico

[26] TA – Tratado da Argumentação escrito por Perelman e Olbrechts-Tyteca.

(entimemas) e/ou aqueles fundamentados no exemplo. Porém, para efeitos demonstrativos, até porque embebedado em Aristóteles em sua essência, preferenciaremos o Tratado da Argumentação.

Acerca dessa "continuidade retórica aristotélica perelmaniana" destaca-se que o autor belga tratou de ressignificar a teoria do filósofo grego. Como acima já exposto, fundamentalmente, a teoria da argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca surgiu em clara oposição ao raciocínio Positivista, para o qual sempre seria possível a comprovação da veracidade de fatos por raciocínios lógicos e matemáticos, afastando da resolução qualquer elemento que depreendesse juízos de valor. A nova retórica proporciona e possibilita a consideração de elementos valorativos e emotivos em uma esfera racional, mediante uma lógica amparada numa argumentação.

Aristóteles traz a ciência retórica como forma de estruturação e exposição de argumentos (subtendendo-se o entimema com premissa e conclusão), vindo Perelman e Olbrechts-Tyteca a complementarem tal amplitude – e a própria forma de análise da ciência – para alcançar o estudo das variadas técnicas discursivas utilizadas que buscam a adesão dos mais variados ouvintes (auditórios) às teses apresentadas pelo orador. Não existindo lógica racional nos valores humanos, predominam-se as técnicas argumentativas quanto às controvérsias dos mais variados campos do conhecimento e sua aplicação prática, nem sempre suportadas no campo da verdade, mas, ao contrário, no verossímil.

Por não menos importante, ressalta-se que, consoante Perelman e Olbrechts-Tyteca, a noção de discurso sempre se apoia nos fatos aceitos pelo auditório (crenças, opiniões etc.) para efeitos da elaboração de uma argumentação que busca o acordo com aquele. É a operacionalização dos *topoi* aristotélicos, a qual resulta em um sistema que articula raciocínios para a persuasão (que obterá o sucesso de acordo com os lugares comuns eleitos para a formação do discurso).

Nos dizeres de Monteiro (1973, p. 91), há uma distinção entre o discurso teórico e o discurso retórico. Para o autor, em todo discurso teórico haveria uma parte residual descolada do todo, a qual apresenta os elementos argumentativos, sendo passível de leitura pela ciência retórica – notadamente a perelmaniana.

> A análise de um discurso filosófico dado pode permitir a identificação de um grande número de enunciados que constituam sistema, e um sistema regido por uma forte coerência interna, e ao mesmo tempo revelar a presença no texto de número considerável de enunciados onde seja impossível encontrar as mesmas características, que se apresentam como irredutivelmente exteriores ao discurso. Neste caso a leitura desenha um contorno visível e nítido, no

> interior do qual fica encerrado um discurso percorrido por uma única cadeia argumentativa, mas em cujo exterior se torna patente a presença do que podemos chamar um *discurso residual*. (...) Como ler um discurso residual quando nele encontramos apenas uma ausência...? (MONTEIRO, 1973, p. 90-91)

Aceitando que uma das funções do discurso é persuadir, o discurso residual apresenta razões para o convencimento decorrente da tese principal, sendo persuasivo e, em última instância, um discurso retórico. No limite, é como dizer que todos os discursos científicos possuem, ao final, elementos retóricos (talvez se excetuando aqueles vinculados às ciências exatas), os quais são passíveis de análise pela ciência de mesmo nome.

1.3.1 O acordo prévio e os tipos de argumento

Para identificar-se um argumento, partimos da noção do acordo prévio, isto é, quais premissas sustentam a inteligibilidade e aceitação do discurso para com o auditório. Reboul (2000, p. 164) elenca os mesmos sendo:

- Fatos, verdades, presunções;
- Os valores e o preferível;
- Os lugares do preferível;
- Figuras e sofismas concernentes ao acordo prévio.

O acordo prévio repousa sobre *fatos* e *verdades* de comum aceite com o auditório, bem como nas *presunções* que por ele são admitidas. Por certo, tais itens já são de imediato apresentados como argumentos no discurso, podendo ou não serem recepcionados pelos ouvintes.

No que tange aos *valores* do discurso, sua eleição varia segundo o auditório e à presunção de seu aceite, isto é, o orador supõe e apresenta aqueles que imagina serem melhor compreendidos pelo auditório. Por exemplo, em um discurso de militâncias socialistas, até por sua posição perante o capitalismo, o orador jamais poderia sustentar um valor inerente à não propagação dos ideais de Karl Marx, o que coibiria qualquer acordo prévio com seu auditório.

O *preferível*, por sua vez, destaca a justificativa pelas escolhas realizadas perante o auditório. Na variedade de valores e sua gradação, há aqueles que predominam sobre os outros frente a uma hierarquia abstrata, podendo ser repartidos em 3 espécies: lugar da quantidade (o mais, o maior), lugar da qualidade (o preferível, o melhor) e o lugar da unidade (o exclusivo, o único).

Por fim, as *figuras* e o *sofisma* consolidam o acordo prévio. Figuras de escolha, presença e comunhão concretizam a afinidade com o auditório, em consequência de sua adesão. Já os sofismas de ignorância do contra-argumento oposto e o de petição de princípio refutam o erro de argumentação, na medida que possibilitam o debate regular, ou seja, a apresentação da argumentatividade no contraditório.

As figuras têm como principal efeito sugerir uma escolha, aumentar a presença ou realizar a comunhão com o auditório. Vinculam efeitos a fatores importantes de persuasão. Quanto às figuras de escolha, as mesmas partem de uma interpretação ou uma definição oratória, com o objetivo de colocar em destaque certos aspectos da realidade que poderiam passar despercebidos pelo auditório. As figuras de presença têm como objetivo tornar o objeto destacado na consciência, fundamentando-se nitidamente na repetição, amplificação e descrição. Já as figuras de comunhão são aquelas decorrentes de expedientes literários do orador, os quais buscam criar e/ou confirmar a união com o auditório fazendo-se referências à cultura e tradição. Exterioriza-se pela alusão.

Na busca da maior compreensão do acordo prévio com o auditório, Fiorin (2014, p. 25) utiliza uma analogia quanto à própria definição de retórica: "a retórica se ocupa dos raciocínios cuja conclusão é provável, plausível, possível, mas não necessária. Ela versa não sobre o que é verdadeiro, mas sobre o que é preferível"[27].

Superando-se os apontamentos acerca do acordo prévio, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 216) apresentam a classificação para os tipos de argumento: os quase-lógicos, os que se fundam na estrutura do real, os que fundamentam a estrutura do real e os que dissociam uma noção, reiterando que tais esquemas/agrupamentos não constituem entidades isoladas, isto é, um ou outro argumento pode vir a pertencer a mais de um grupo/classificação. Todavia, seus

[27] Para os autores belgas, a argumentação relaciona-se com a linha "do verossímil, do plausível e do provável, tendo em vista que este último escapa às certezas do cálculo" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 1).

estudos buscam a elevação da forma mais característica e peculiar de cada agrupamento para efeitos da classificação proposta.

1.3.1.1 Os argumentos quase-lógicos

Os argumentos classificados como *quase-lógicos* são comparados a raciocínios formais, lógicos ou matemáticos. Inicialmente põem em evidência um esquema formal a que se adequa à construção do argumento para, depois, ressaltar as operações de redução que permitem inserir dados em tal esquema, tornando-os semelhantes e homogêneos. Na prática, não fazem qualquer apelo à experiência, como pode se notar pelo exemplo exteriorizado por Reboul: "os amigos de meus amigos são meus amigos" (REBOUL, 2000, p. 172).

Perelman e Olbrechts-Tyteca apresentam a diferença dos argumentos quase-lógicos para com os fundados na estrutura do real da seguinte forma:

> Enquanto os argumentos quase-lógicos têm pretensão a certa validade em virtude de seu aspecto racional, derivado da relação mais ou menos estreita existente entre eles e certas fórmulas lógicas ou matemáticas, os argumentos fundamentados na estrutura do real valem-se dela para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 297)

Tanto os argumentos que se fundam, como os que fundamentam a estrutura do real, bem como aqueles que dissociam uma noção, não se apoiam na lógica, mas, ao contrário, na experiência e na explicação propriamente dita. Quer dizer, "quanto mais fatos uma tese explicar, mais provável será ela" (REBOUL, 2000, p. 173).

Assim, pode-se afirmar: um argumento *que se funda na estrutura do real* procura explicar a realidade (ex. o time foi campeão porque possui jogadores profissionais), um argumento *que fundamenta a estrutura do real* procura criar a realidade (ex. o time foi campeão porque aconteceu um milagre) e, por fim, um argumento *que dissocia uma noção* procura alterar a realidade concreta e sabida (ex. o time campeão possui jogadores amadores).

Ainda exemplificando, considerando um discurso produzido em uma entrevista real, o entrevistado sustenta seus pontos de vista argumentando (*logos*) consoante sua realidade e vivência. Para a análise argumentativa não interessa a realidade em si, mas a forma como suas opiniões são apresentadas; sejam elas experiências pessoais, verdades ou irrealidades, o que

traz, ao final, maior ênfase na utilização da argumentação fundada na estrutura do real em detrimento àquela calcada na quase-logicidade.

Em específico, apresentamos alguns dos argumentos quase-lógicos mais relevantes.

A *incompatibilidade* utilizada na argumentação quase-lógica é aquela que permeia as situações de fato segundo o próprio meio ou a cultura. Duas situações tornam-se incompatíveis quando não admitem a coexistência. A asserção num mesmo sistema de uma proposição e sua negação, torna o mesmo incoerente e, por consequência, inutilizável, consoante aduz Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 221).

A combater tal argumento deve-se usar a linha lógica ou a empírica. A atitude lógica busca o aclaramento das noções utilizadas, resolvendo de antemão todos os problemas e dificuldades que possam surgir no sistema. Em contraposição, está a linha empírica que resolve os problemas à proporção em que eles vão se apresentando (e não anteriormente como a linha lógica).

Convém relembrar que a incompatibilidade se difere da contradição por ter sua existência calcada na circunstância, quer dizer, para entrar em um conflito que impõe uma escolha é preciso que duas regras sejam aplicadas simultaneamente a uma mesma realidade.

Apresentam-nos Perelman e Olbrechts-Tyteca:

> Duas proposições são ditas contraditórias, num sistema formalizado, quando, sendo uma negação de outra, supõe-se que, cada vez que uma delas pode aplicar-se a uma situação, a outra igualmente o pode. Apresentar proposições como contraditórias é tratá-las como se, sendo a negação uma da outra, elas fizessem parte de um sistema formalizado. Mostrar a incompatibilidade de dois enunciados é mostrar a existência de circunstâncias que tornam inevitável a escolha entre as duas teses em presença. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 228)

A incompatibilidade vincula-se à retorsão, isto é, à retomada do argumento do adversário mostrando que este é aplicável contra ele mesmo, quase uma "autofagia" consoante Reboul (2000, p. 169).

Na esteira da exaltação da incompatibilidade, pode-se chegar ao *ridículo*[28] (àquilo que merece ser sancionado pelo riso). O ridículo é uma arma poderosa que dispõe o orador contra aqueles que pretendem abalar-lhe a argumentação. Ora, dizer a outrem que suas opiniões são inadmissíveis porque suas consequências seriam ridículas é uma das maiores objeções passíveis de apresentação em uma argumentação.

---

[28] Será ridículo aquele que se opõe à lógica ou à experiência, bem como o que vai contra as concepções naturais de determinada sociedade.

Por seu turno, a figura da *ironia* ganha destaque para a consecução deste gênero de raciocínio (o ridículo).

A *identificação* dos elementos objetos do discurso é uma das técnicas quase-lógicas. Suportado na técnica da *definição*, busca-se a identificação dos seres, acontecimentos ou conceitos sem arbitrariedade, isto é, por uma justificação argumentativa. Pretende-se estabelecer uma identidade entre o que é definido e o que define, de tal modo que se possa substituir um pelo outro no bojo do discurso sem alterar o sentido (*homem* é o mesmo que *animal racional*).

O caráter argumentativo das definições se apresenta sob dois aspectos: elas podem ser justificadas/valorizadas ou as definições - propriamente ditas – podem vir a ser os próprios argumentos. Seja qual for o aspecto apresentado, aqueles que argumentam a favor de uma definição irão querer que essa influa sobre o uso da noção que, sem tal intervenção, estaria inclinada a adotar outra posição. Fato é que o uso da argumentação pela definição ampara a multiplicidade de seus resultados, dentre os quais há que se escolher um sentido de maior compreensão e aceitabilidade.

Já a argumentação quase-lógica pela *comparação* depreende o cotejamento de vários objetos para a avaliação de cada um em relação ao outro. As interações entre os termos de uma comparação podem se dar devido à percepção de vínculos reais entre os objetos selecionados, devendo a escolha dos termos de comparação ser adaptada ao auditório para efeitos da eficácia de um argumento (em determinadas situações é melhor dizer que um país é nove vezes o tamanho da França do que dizer que é a metade do tamanho do Brasil, para efeitos de demonstração).

Um dos argumentos de comparação mais utilizado é o que alega um sacrifício por causa de certo resultado. Eis o argumento pelo *sacrifício*. Esta argumentação parte da mensuração do valor atribuído ao martírio para garantir sua importância.

O valor do fim que se persegue através do sacrifício se transforma igualmente no decorrer da ação por causa dos próprios sacrifícios aceitos, podendo até mesmo gerar o sacrifício inútil, sem valor argumentativo algum.

A medição do sacrifício, aliás, pressupõe elementos em constantes variações. A concepção que se faz de um ato de sacrifício pode, na prática, ser muito diferente conforme as conclusões que dele se quer tirar.

1.3.1.2 Os argumentos que se fundam na estrutura do real

O Tratado da Argumentação estrutura os argumentos que se fundam na estrutura do real sendo decorrentes de ligações de sucessão ou ligações de coexistência. Em tais grupos subdivide os argumentos possíveis para a concepção de realidade do orador. A valorização de tais argumentos prescinde da sensibilidade do orador para cada qual e à receptividade do auditório para com eles.

No quadro abaixo, apresentamos uma estruturação didática dos argumentos estudados e expostos por Perelman e Olbrechts-Tyteca no TA, suportados na premissa das ligações de sucessão unirem um fenômeno às suas consequências e, a seu turno, as ligações de coexistência unirem uma pessoa a seus atos e/ou um grupo aos seus indivíduos. Tal exposição pretende, tão somente, agir como um facilitador de leitura e compreensão por parte do leitor.

Ligações de Sucessão	Argumentação pela causa
	Argumento pragmático
	Argumentação do desperdício
	Argumentação da direção
	Argumento da superação

Ligações de Coexistência	A pessoa e seus atos
	O argumento da pessoa e autoridade
	Técnicas de ruptura e refreamento
	O discurso como ato do orador
	O grupo e seus membros / ato e essência
	A ligação simbólica
	A hierarquia dupla
	Diferenças de grau e ordem

Fonte – Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005

As ligações de Sucessão

Na esfera das ligações de sucessão, a *argumentação pela causa* (vínculo causal) pressupõe a prova de um fato mediante sua causa original. O acontecimento (fato) determina algumas consequências previstas; sendo as mesmas perquiridas e provadas, contribuem para a veracidade e credulidade do fato que as condiciona, fortalecendo a argumentação.

Como dizem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o vínculo causal gera a análise das argumentações que, em virtude de um acontecimento, buscam aumentar ou reduzir a credibilidade do fato que a explicaria. Ainda, os autores salientam a validade do raciocínio universal, segundo o qual todo acontecimento tem uma causa – o que implica na correspondente responsabilidade.

Quanto ao *argumento pragmático*, Reboul (2000, p. 174) destaca ser aquele do qual se pode apreciar um ato ou acontecimento por suas consequências, sejam favoráveis ou desfavoráveis, presumindo confiança. Quer dizer, transfere-se para a causa o valor das consequências. Ele não requer nenhuma justificativa para efeitos de aceitação pelo senso comum, o que, não obstante, determina que o senso discordante necessite de uma argumentação. Ora, constatada a relação fato-consequência a argumentação se opera como válida.

Determinados fatos podem gerar inúmeras consequências até de ordem dualística, isto é, favoráveis e desfavoráveis. Os adversários do argumento pragmático buscarão as consequências adversas àquelas iluminadas pelo orador, ressaltando serem elas as dignas de exaltação. Surge daí a linha dos pragmáticos em relação aos fatos tomados como absolutos e uni-interpretativos, o que nos remete aos de cunho religioso. Os dogmas e crenças presentes nas diversas pregações religiosas existentes não interferem na análise argumentativa, haja vista ter-se o foco nas técnicas empregadas pela concepção perelmaniana. Com efeito, não se busca a valoração do mérito religioso, posto que as discussões quanto ao mesmo são opostas ao argumento pragmático.

Sirvamo-nos de Perelman (2004, p. 13) ao mostrar que um supersticioso racionaliza seus argumentos – notadamente o de ordem pragmática – de modo a não parecer irracional, restando a discussão somente quanto à realidade causal alegada pelo orador.

Tendo em vista que a consequência fundamenta o fato em si, trazendo sucesso à argumentação, as figuras da antítese[29] e da ironia[30] (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 309-311) são utilizadas para a desconstrução a que pretende o argumento pragmático, invertendo a interpretação almejada.

A universalidade pela qual qualquer ato intencional constitui-se um meio para determinado fim não foge à análise da argumentação por ligações de sucessão. É a questão da finalidade. Para Reboul, determina-se:

> A finalidade, rejeitada pela ciência, desempenha papel capital nas ações humanas, e dela é possível extrair vários argumentos, todos fundados na ideia de que o valor de uma coisa depende do fim cujo meio é ela, argumentos que não exprimem o porquê, mas o para quê. (REBOUL, 2000, p. 174)

Eis que, em tal concepção, surgem os argumentos do desperdício, da direção e da superação, os quais, sem excluir a ideia de causalidade, são consequências da sucessão de acontecimentos.

O *argumento do desperdício* consiste em afirmar que, a despeito do início de um trabalho, seria um desperdício sua interrupção, face aos prejuízos decorrentes de sua paralização, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 317).

A ele (argumento do desperdício) vinculam-se os argumentos do possível e do fácil, bem como todos aqueles que alegam uma oportunidade que não se deve perder. Na prática, a utilização do argumento do desperdício visa ao incentivo do uso do talento e da competência intrínsecos. Encontra-se aqui o incentivo ao conhecimento, ao estudo e à curiosidade. É o sacrifício realizado que aumenta e valoriza as razões.

O *argumento da direção* traz o alerta contra o procedimento de etapas. "Se você ceder esta vez, deverá ceder um pouco mais da próxima, e sabe Deus aonde você vai parar" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 321). Em outra esclarecedora lição, nos traz Reboul:

---

[29] Figura que traz um acúmulo de significados, salientando a oposição entre dois segmentos. A diferença estabelece o significado. (FIORIN, 2014, p. 152)

[30] Ironia é o alargamento semântico, um significado com valor invertido. É a criação de sentidos que vão do gracejo até mesmo ao sarcasmo, transitando também pelo escárnio, zombaria, desprezo etc. O conto "A Igreja do diabo" de Machado de Assis é uma ironia de formação de uma religião e seu correspondente moralismo. (FIORIN, 2014, p. 69-72)

> Quando se argumenta que o salário dos escrivães é baixo demais, o contra-argumento é que todas as categorias de funcionários iriam exigir aumento. É o argumento da *reação em cadeia*, da *perda do controle*: se você ceder dessa vez aos terroristas... (REBOUL, 2000, p. 175)

Na extrema usualidade do questionamento "aonde se quer chegar" o argumento de direção possui sua fraqueza quando se opera a dissociação entre a ação individualizada (dirigida) e o rumo que se almeja alcançar, o que implica também a própria ordenação de um discurso (disposição das etapas e modo de transição entre elas[31]).

A título ilustrativo, o TA nos apresenta um trecho acerca das etapas da medicina experimental: primeiro em animais; após em humanos condenados à morte e, por fim, em presos por crimes comuns. As etapas sugeridas implicam uma evolução gradativa e direcionada, de forma que seu contra-argumento deveria focar na transição das etapas, mostrando uma direção distinta daquelas expostas.

Ainda, apresenta-se o *argumento da superação*, o qual, em antítese ao argumento da direção[32], favorece e insiste para que se alcance o desfecho priorizado numa evolução de valor. O bom já não é suficiente; deve ocorrer a superação.

Frequentemente essa modalidade é utilizada para transformar os argumentos contrários em favoráveis, uma vez que os caracteriza como os obstáculos a serem superados para o alcance do estágio superior.

Sobressaem-se aqui o uso recorrente do exagero e a diminuição em relação à direção determinada (ou que se busca evitar). É o "céu" e o "inferno" adjetivando o valor passível de superação. Chega-se ao cômico por vezes.

As ligações de coexistência

Passando à análise das ligações de coexistência, tem-se que as mesmas definem realidades distintas e desiguais. É a realidade da pessoa com seus atos, com sua essência – em outras palavras, o *argumento da pessoa*. O argumento explica um fato mediante algo que lhe

[31] Disposição Aristotélica *taxis*.

[32] Este desperta o temor de que a direção adotada leva ao fecho não quisto.

precedeu e criou: “quem bebeu beberá” ou “todos estes monumentos são do século XIX, logo...” (REBOUL, 2000, p. 176).

Na esteira de Perelman e Olbrechts-Tyteca:

> Na argumentação, a pessoa, considerada suporte de uma série de qualidades, autora de uma série de atos e de juízos, objeto de uma série de apreciações, é um ser duradouro a cuja volta se agrupa toda uma série de fenômenos aos quais ela dá coesão e significado [...]. Assim é que, para tomar um exemplo, a moral e o direito necessitam das noções de pessoa e de ato em sua ligação e em sua independência relativa. A moral e o direito julgam simultaneamente o ato e o agente: não poderiam contentar-se com levar em consideração apenas um desses dois elementos. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 336)

A reação do ato sobre o agente pode denotar a mudança da concepção que possuímos da pessoa. Presume-se um nexo entre a pessoa e seus atos, o que lhe confere características próprias e prejulgadas, ainda que de maneira equivocada e depreciativa. Essa estabilidade da pessoa fundamenta sua responsabilidade (REBOUL, 2000, p. 177). Quer dizer, um valor atribuído a determinado ato incita o mesmo à pessoa vinculada. Tem-se por inúmeras vezes a utilização de tal argumento para a desqualificação do adversário, depreendendo que atos passados formariam, ao menos em tese, um ativo de boa reputação (implicando essa situação na não necessidade de justificativa de prestígio).

Com isso, advém o *argumento de autoridade*, notabilizado no valor de seu propositor/autor. É a utilização de juízos acerca de uma pessoa ou grupo como meio de prova de uma tese. De certa maneira, ao longo do curso da história, o argumento de autoridade foi o mais intensamente atacado em face de ser o de mais larga utilização.

Reboul (2000, p. 177) o qualifica como decorrente da moralidade. Já Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 350) o destacam como não sendo a única prova, mas, em posição distinta, um complemento de intensa argumentação. Por certo, os três autores asseveram que o socorro a este argumento pressupõe o acordo com o auditório, para fins de evitar seu questionamento. Neste enleio, o opositor fundamentar-se-á na ausência da moralidade e autoridade da pessoa[33], desconstituindo sua autoridade para sustentar o argumento.

Tal desconstrução do argumento personificado é trazido pelo TA através das técnicas de *ruptura* e de *refreamento*. Seriam os procedimentos que impedem a interação entre o ato e

[33] Aqui, conforme Reboul (2000, p. 178), aparece o chamado argumento *ad hominem*, que vem a ser aquele da autoridade invertido. Refuta-se um argumento utilizando-se uma personalidade odiosa: “Era o que dizia Hitler”. Trata-se de argumento vil que acaba por obstar qualquer raciocínio.

a pessoa, em decorrência do julgamento quanto à incompatibilidade entre a valoração de cada qual.

Quanto às técnicas de *ruptura*, apresenta-nos Perelman e Olbrechts-Tyteca:

> A técnica mais eficaz para impedir a reação do ato sobre o agente é considerar este um ser perfeito, no bem ou no mal, considerá-lo um deus ou um demônio. A técnica mais eficaz para impedir a reação do agente sobre o ato é considerar este último uma verdade ou a expressão de um fato (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 353)

Ao ser considerado divino, seus atos serão avaliados pela dimensão que se tem do próprio agente; contudo o inverso não se aplica. O que pode ser considerado imponível com a perfeição divina acaba por ser desqualificado. Já na primazia do ato, o qual não depende da opinião que se tem da pessoa, qualquer julgamento incompatível com a experiência probatória descredita seu autor e todos os seus testemunhos anteriores. Se o fato é imponível a todos, nenhuma autoridade pode abalá-lo; tornar algo dependente da qualidade de seu autor é desconsiderar a sustentabilidade do fato.

Tal técnica de ruptura acaba por ser rara, pois gera a completude de rompimento do ato sobre a pessoa ou da pessoa sobre o ato. Desse modo, não havendo a supressão, ocorre a chamada restrição da ação ou *técnicas de refreamento*.

Uma destas modalidades é a prevenção ou preconceito – favorável ou desfavorável – a qual encobre o valor real do ato a despeito de valoração distinta da pessoa (logicamente ocorre uma variação do ato, sem o seu total rompimento). Em outro aspecto, pode ser utilizada a precaução, como, por exemplo, quando se antecipa um parecer desfavorável sobre posterior ato enaltecendo uma pessoa. Nesse caso, o elogio do adversário foge da simples polidez para alcançar um efeito argumentativo.

Mais ainda, em determinadas situações é plausível a eleição do ato em caráter excepcional, o que lhe diminui a repercussão sobre a pessoa. Será circunscrito a ele características como desajeitado ou ineficaz a fim de estabelecer o não comprometimento total da pessoa em sua formação.

Quanto à relação existente entre o ato e a pessoa, deve ser considerado o discurso do orador em sua totalidade, tendo em vista que transcende a manifestação explícita do mesmo e desempenha papel fundamental no processo argumentativo. Por certo, o orador sempre poderá ser vinculado ao seu discurso pelo ouvinte.

Mesmo na repetição de discursos de outras pessoas, esses acabam sendo imputados ao orador com mudança de significação. “A mesma linguagem, diz com muito acerto Quintiliano,

é amiúde livre em tal orador, insensata noutro, arrogante num terceiro" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 363). Esta constatação gerou recomendações dos grandes mestres da retórica para que o orador passasse uma impressão favorável, atraindo a estima e a simpatia do auditório.

Logicamente todas as técnicas que favorecem a união do orador e do auditório atenuarão a oposição entre eles, sobretudo na intenção persuasiva do primeiro. Assim, o valor dos argumentos será condicionado conforme a valoração do auditório para com o orador, remetendo-se à estreita ligação que esse possui com seu discurso.

Num estágio superior da argumentação entre a pessoa e seus atos, existe a relação da argumentação concernente ao *grupo e aos seus membros*. Aos olhos do terceiro, a reunião em grupo pode justificar um comportamento diferenciado e fundamental para a argumentação, que, não obstante, comporta controvérsia e instabilidade.

A participação efetiva em um grupo constitui uma vigorosa apresentação, introduzindo eficientemente juízos de valor não expressos sob a aparência de incontestabilidade (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 368). Neste aspecto, o fato de pertencer a um grupo implica o prejulgamento da existência de certas qualidades e/ou defeitos que interferem diretamente na argumentação para com o auditório. Se o valor do ato depende do prestígio da pessoa como acima explicitado (argumento da autoridade), sua vinculação a um grupo favorece tal qualificação.

A título exemplificativo, cita-se o conceito e juízo de valor inerentes a um membro da seita americana *Ku Klux Klan* que, em virtude da índole racista de sua constituição, expressará prejulgamentos em uma argumentação.

Em seu "Retóricas", Perelman (2004, p. 168) destaca a justificativa da conduta do agente, o que, muitas vezes, o dissocia do ato provando que a conduta não lhe é imputável em vista de circunstâncias particulares.

Ainda quanto às ligações de coexistência, surge a questão do *símbolo*. Estes, caracterizados como vínculos imateriais, implicam reações diferentes quando utilizados no grupo. Aquele que é porta-voz do grupo tem sua aceitabilidade como representativo; os recursos argumentativos ligados à honra são deles derivados, concretizando o símbolo do grupo, o que fortalece a exposição das premissas e o conjunto da argumentação. Exemplificando, uma pessoa que realiza um juramento pela sua honra não está vinculando seu valor como indivíduo, mas, ao contrário, ao peso e significância de sua relação simbólica com o grupo (o que lhe garante a

superioridade). De igual forma, a conduta delituosa do indivíduo nesse cenário traz maior desonra a sua posição simbólica no grupo se comparado a sua pessoa propriamente dita.

A hierarquia dupla

Todas as ligações fundadas na estrutura do real – sucessão e coexistência – podem ser utilizadas para ligar duas hierarquias, ou, em outras palavras, concretizarem o argumento da hierarquia dupla.

Como nos diz Reboul (2000, p.179), a dupla hierarquia consiste em estabelecer uma escala de valor entre dois termos vinculados, partindo-se de uma escala já dantes aceita. Para sua realização há que se ter um aceite de ambas, na medida em que a primeira hierarquia valoriza a colocação da segunda. Nos apresenta Aristóteles:

> É preferível também o predicado que convém ao ente melhor e mais digno de honra: por exemplo, o atributo de um deus é preferível ao de um homem, o atributo da alma é preferível ao do corpo. (ARISTÓTELES, 2007, p. 301)

A hierarquia dupla permite valorizar e confirmar uma hierarquia contestada numa hierarquia admitida, o que justifica, não raras vezes, as regras de conduta. Em um discurso de cunho religioso, um orador procura suportar sua postura e argumentos na própria religião que professa e suas afirmações que, consoante a característica do "sagrado", suportam a hierarquia inferior de argumentação. Esta técnica tem (ou teria) guarida desde que o auditório comungue o aceite da primeira hierarquia.

Essa relação entre as duas hierarquias de valores diferentes preconiza a existência sempre de um maior em detrimento do outro. Surge a definição do chamado argumento a *fortiori*. Reboul (2000, p.179) nos apresenta o seguinte trecho: "Tendo cuidado dos pássaros, Deus não negligenciará as criaturas racionais que lhe são infinitamente mais caras". Ora, na esteira do argumento a *fortiori*, explica-se que Deus, no mínimo, concederá aos homens o tratamento dado aos pássaros, ou seja, argumenta-se um argumento como limite ao outro. A lógica dos juízos de valor se destaca pelas formas de justificação. A crítica infere uma qualidade ao objeto do crítico e, a *fortiori*, no objeto principal do julgador (PERELMAN, 2004, p. 172).

Ainda na seara da hierarquia dupla, as mesmas podem ser comparáveis em seu modo quantitativo ou qualitativo (ou de *grau* e *de ordem*). A esse respeito, Perelman e Olbrechts-Tyteca afirmam:

> A importância desta distinção entre grau e ordem fica bem assinalada por esta frase de Ninon de Lenclos a quem contavam que São Dionísio, decapitado, teria percorrido três quilômetros carregando sua cabeça: "É só o primeiro passo que custa". A resposta é espirituosa porque salienta o valor eminente de uma diferença de ordem em relação a uma diferença de grau. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 393)

Muitas vezes o argumento relativo à diferença de ordem busca a atenção do auditório. Num âmbito religioso usualmente é veiculado um argumento de conversão, isto é, o indivíduo passar da ordem de natureza carnal para o da graça divina. Essa alteração hierárquica de ordem – tal como ocorre com a de grau – estruturam o real de acordo com a argumentação que se pretende, gerando efeitos positivos na avaliação do discurso.

1.3.1.3 Os argumentos que fundamentam a estrutura do real

Para o início de análise, destacamos que as ligações que fundamentam a estrutura do real o fazem, habitualmente, pelo recurso ao caso particular e à analogia.

> Os argumentos que fundamentam a estrutura do real também são empíricos, mas não se apoiam na estrutura do real: criam-na; ou pelo menos a completam, fazendo que entre as coisas apareçam nexos antes não vistos, não suspeitados. (REBOUL, 2004, p.181)

Os casos particulares serão fundamentados por um *exemplo* (o que implica uma generalização), em uma *ilustração* (que reforça uma realidade já determinada) ou em um *modelo* (que remete à realização da imitação).

Quanto da utilização do *exemplo*, a argumentação busca a generalização frente a casos particulares minimamente verossímeis. Não basta apenas relatos, os quais quedariam como meros fatos, o emprego argumentativo do exemplo busca a evocação a fenômenos particulares com similitude à realidade que se busca alterar. "A argumentação pelo exemplo acontece quando sugerimos a imitação das ações de outras pessoas" (ABREU, 2009, p. 60).

Nessa medida, a argumentação pelo exemplo fornece o caminho para que as noções de sentido sejam influenciadas e, ao final, alteradas de forma completamente despercebida.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 401) destacam que, quando abertamente utilizado, o exemplo leva o auditório a uma conclusão particular sem a aquiescência a qualquer outra regra. Porém, a rejeição do exemplo demandará o enfraquecimento da tese face ao comprometimento do orador em sua exposição, quase uma confissão inalienável.

Para Aristóteles (2005, p. 208), o exemplo vem da indução, suportado em fatos anteriores ou inventados[34]. Em específico, o filósofo grego ainda assevera ser sua utilização mais apropriada ao final do discurso, na medida que possui maior efeito persuasivo.

A *ilustração*, numa derivação da argumentação pelo exemplo, nele se ampara. Não busca provar a regra, mas lhe aumentar a adesão, através da apresentação de casos particulares que esclareçam o enunciado geral. Para tanto, não deve ser incontestável (o que seria aplicável ao exemplo), mas, até mesmo, duvidosa, sem prescindir de nuances de impressão.

Quanto à dualidade ilustração x exemplo, Perelman e Olbrechts-Tyteca apresentam em sua consagrada obra:

> A ilustração, cujo objetivo é conferir presença, deverá às vezes ser desenvolvida e conter detalhes contundentes e concretos, dos quais, ao contrário, o exemplo será prudentemente despojado, para evitar que o pensamento seja distraído ou se desvie da meta que o orador se propõe. A ilustração corre muito menos que o exemplo o risco de ser mal interpretada, uma vez que somos guiados pela regra, conhecida e às vezes muito familiar. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 408)

Tudo isto nos faz concluir que a ilustração se presta a "deixar claro". Tal característica de concretizar uma regra abstrata faz com que, não raras vezes, seja associada até mesmo a uma imagem. Busca uma repercussão de ordem afetiva, facilitando a compreensão da regra através da apresentação de um fato/caso indiscutível.

Já a argumentação pelo caso particular denominada *modelo* extrapola a fundamentação do exemplo – mesmo sendo dele derivado – pois busca a ação do auditório em imitar o caso/fato. Tal operacionalidade soa muitas vezes além do argumento, convalidando praticamente uma norma.

Surge, assim, a questão do prestígio, com a certeza de que não se deve imitar qualquer pessoa. Esta, para se postar como exemplo, deve possuir uma grande receptibilidade quanto aos seus atos. Veja-se, quando São Paulo diz "sede meus imitadores como eu sou do Cristo" (BÍBLIA, 2005, Carta aos Coríntios, 1) ele mesmo já se apresenta como modelo - e de prestígio indubitável.

---

[34] Como nas fábulas e parábolas.

O contra-argumento ao modelo cerca-se da imprestabilidade de apresentação do mesmo (ou sua apresentação de forma incorreta). É a técnica da vulgarização, da retirada de seu valor e correspondente distinção.

Tal qual a argumentação pelo modelo, pode ser apresentado o argumento pelo antimodelo, isto é, afastar por completo a imitação de outrem e/ou suas condutas. Fundamenta o argumento contrário (ex.: o alcoólatra, o drogado, o bandido) frente às consequências nefastas que insurgirão, implicando a repulsa e mudança de atitude pretendida. A seu turno, a utilização do antimodelo traz a convivência regular com réplicas cômicas em sua refutação, como nos mostra Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 419): "ao pai que diz ao filho que estuda pouco, 'Na tua idade, Napoleão era o primeiro da classe', o menino retruca 'E na tua idade, ele era imperador'".

Ainda na linha da utilização do argumento pelo modelo, interessa-nos a utilização do ser perfeito, isto é, do ser divino consoante as diversas crenças e religiões mundiais. Em um discurso religioso voltado para devotos, a utilização da argumentação evocando a figura de Jesus Cristo consegue a plenitude de adesão, gerando o êxtase no auditório no intuito do convencimento. É a utilização do homem divino perfeitamente bom para a humanidade (ex.: Jesus, Buda, Maomé).

Para esse tipo de construção, Perelman e Olbrechts-Tyteca apresentam comentários delimitando que o orador deve ajustar de forma direta tal modelo às conclusões que almeja promover. Com efeito, o ser perfeito transcende uma realidade específica, perpetuando sua essência e qualidade para várias gerações. Ressaltam:

> Pode mesmo acontecer que certas narrativas evangélicas sejam interpretadas unicamente em função do papel de modelo assumido por Jesus, sem o qual elas se tornariam incompreensíveis, porque incompatíveis com a perfeição divina. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 422)

O papel do intérprete nessa situação sobressai ao analisar e permitir que o modelo indiscutível apresentado (ser perfeito) sirva ou não de guia à afirmação que se almeja, mesmo num âmbito divino.

De igual forma à utilização do caso particular, as ligações que fundamentam a estrutura do real podem ser realizadas também através do raciocínio pela analogia. Antes, porém, de tecermos maiores comentários, não deixamos de ressaltar que Reboul apresenta a *comparação* e o *argumento do sacrifício* sendo também passíveis de fundamentar a estrutura do real, posição esta da qual se afastam Perelman e Olbrechts-Tyteca. O cerne da questão remete ao fato de qualquer ato comparativo denotar um raciocínio técnico, fundamentando a caracterização de

um argumento quase-lógico (posição esta defendida no Tratado da Argumentação). Contudo, o filósofo francês refuta tal natureza, justificando que os termos a se comparar podem até ser empíricos, todavia a ação comparativa necessita de argumentação para alcançar o acordo com o público: seria como justificar um dos termos *pelo* ou *com* o outro, em uma mesma ordem de gênero.

Essa linha rebouliana apresenta, para efeitos de comparação, o *argumento do sacrifício*; esse somente existe na recepção de um valor em decorrência do sacrifício realizado por ele mesmo. "Provo minha sinceridade mostrando que tenho muito o que perder por causa dela" (REBOUL, 2000, p. 184). Esse argumento não encontraria abrigo nas áreas técnicas ou matemáticas, limitando-se aos fatos humanos e da realidade em si. Logicamente, cabe destacar, ao apresentar essa posição de Reboul divergente de Perelman e Olbrechts-Tyteca, que não estamos nos filiando a uma ou a outra linha, o que implicariam maior detalhamento e estudo da questão. Buscamos somente elucidar tal técnica de identificação de argumentos para maior compreensão do leitor.

Superado esse apêndice, nos detemos novamente ao raciocínio pela analogia (comungado por todos os autores aqui mencionados). A analogia é a construção de uma realidade mediante estruturas semelhantes pertencentes a áreas distintas. Convalida-se como elemento de prova. É um diagrama fundamentado na fórmula "A" está para "B" assim como "C" está para "D". Ao esmiuçá-lo, apresenta a estrutura denominada *Tema* no conjunto "A" e "B", no qual está a conclusão perquirida, e a estrutura chamada *Foro* estancada no conjunto "C" e "D", o qual ampara o raciocínio (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 424). Convém relembrar que a estrutura *Foro*, usualmente, é bem mais conhecida que a *Tema*, sendo certo que, para a existência da analogia, as duas têm que pertencer a áreas diferentes[35].

A analogia apresenta uma estruturação e transferências de valores, podendo ser diferenciada pelo grau de adesão à estrutura *Tema*. Pode ser utilizada num papel de reforço (como a ilustração) ou de maior poder persuasivo (como o exemplo), mas sempre na busca da transferência da convicção. Seu opositor argumentará pela inexistência da analogia (e consequente valor) reduzindo-a a uma simples comparação, aproximando a área do *Tema* daquela do *Foro*. De caráter reconhecido e quase indubitável, a utilização de analogia com menção a fábulas e alegorias impedem por completo tal desacerto.

[35] Quando as estruturas pertencem a mesma área, recorre-se à argumentação pelo exemplo ou pela ilustração, uma vez que são casos particulares de uma mesma regra.

A utilização da técnica da analogia possibilita o convencimento almejado, fundamentando, em consequência, a argumentação com a utilização das metáforas[36]. Essa estrutura traz o uso da linguagem figurada em detrimento da literal. Conforme nos expõe Evans e Green:

> *The traditional position, both in philosophy and in linguistics – and indeed the everyday view – is that (1) there is a stable and unambiguous notion of literality, and (2) that there is a sharp distinction to be made between literal language, on the one hand, and non-literal or figurative language on the other. According to this view, while literal language is precise and lucid, figurative language is imprecise, and is largely the domain of poets and novelists*. [37] (EVANS; GREEN, 2006, p. 287)

No campo da retórica, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 453) asseveram que a metáfora é um tropo, uma mudança bem realizada de significado. É uma analogia condensada na argumentação. Na prática, ela consagra os conjuntos *Tema* e *Foro*, pois seria impensável sua aplicação sem o aceite da analogia implícita à mesma, o que lhe caracteriza como fundamentadora da estrutura do real. "A metáfora é mais convincente por ser redutora, por traduzir semelhança em identidade; ao dizer *é* em vez de 'é como dormir', ela anula as diferenças; que a morte é o 'último' sono" (REBOUL, 2000, p. 188).

Os filósofos de Bruxelas destacam que Cícero e Quintiliano chegam, até mesmo, a propor expressões para sua utilização, tais como "por assim dizer" e "se assim me atrevo a pensar". Assim, toda analogia se tornaria, ao final, uma metáfora, vindo a sempre contribuir para a assimilação entre *Tema* e *Foro*[38].

Não obstante, seu uso repetitivo no discurso pode lhe retirar o valor, tornando-a desgastada, isto é, não mais perceptível, adormecida. Contudo, a ocorrência de tal circunstância de reiteração, num efeito *fênix*, pode gerar um grande poder persuasivo quando novamente acionadas as tais metáforas adormecidas. Esse procedimento é decorrente da utilização da metáfora como um conjunto de uma analogia.

---

[36] A metáfora é uma concentração semântica que considera apenas os traços comuns a dois significados, dando suporte a uma abstração e intensificando o sentido (FIORIN, 2014, p. 34).

[37] Tradução livre: A posição tradicional, tanto na filosofia como na linguística – e de fato na visão cotidiana – é que (1) há uma estável e não ambígua noção de literalidade, e (2) também existe uma nítida distinção para ser feita entre a linguagem literal, numa direção, e a linguagem não literal ou figurativa, em outra. De acordo com essa posição, enquanto a linguagem literal é precisa e cristalina, a linguagem figurada é imprecisa, sendo muito utilizada nas obras de poetas e romancistas.

[38] Mesmo quanto à analogia também se exibe duas relações. A primeira, chamada *Tema*, é o que se quer provar. A segunda, chamada *Foro*, é o que serve para provar. O *Tema* geralmente e abstrato é deve ser provado. Já o *Foro* é em geral retirado do concreto, apresentando uma relação reconhecida por verificação.

O ato do despertar de uma metáfora também pode ser realizado por uma mudança do contexto habitual, pelo emprego da mesma em um caráter inusitado, o que acaba por lhe atrair a atenção, como na expressão "extinguir-se de repente" em contraposição àquela "extinguir-se lentamente". A força da colocação em ação de uma metáfora adormecida dependerá logicamente da familiaridade com a mesma em sua correspondente originalidade.

Os dois autores do Tratado da Argumentação reiteram que "as diferenças de atitude possível diante de uma metáfora mostram que esta pode ser examinada em função da argumentação" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 465). A metáfora é linguagem fundamentada em uma analogia própria, de forma que, aos seus combatentes (opositores ao discurso do orador), resta a utilização de procedimentos que busquem refutar a existência primitiva da analogia e, notadamente, a obscuridade e irregularidade da metáfora utilizada pelo orador.

1.3.1.4 A dissociação das noções

A argumentação por dissociação de noções ampara-se na quebra de noções em pares hierarquizados, como, por exemplo, *aparência* e *realidade*, *meio* e *fim*, *letra* e *espírito* etc. Em contraposição, vale recordar que todos os outros tipos de argumentos buscam associar as noções.

A dissociação modifica as realidades que separa, buscando sempre dirimir incompatibilidades (e isto a torna convincente). Isto é, a dissociação das noções busca um remanejamento de aceitabilidade já posta no intuito de remover incompatibilidades.

Em tudo que se apresenta como uno, o argumento da dissociação introduz uma dualidade e cria um par hierarquizado. Exprime uma visão de mundo estabelecendo hierarquias, cujos critérios se esforça por fornecer e convencer.

A fim de melhor compreensão, apresentamos a dissociação que dá origem ao par *aparência-realidade*. Um graveto parcialmente mergulhado na água parece curvo à visão do observador, mas, quando o tocamos, apresenta-se e reitera-se como retilíneo; na realidade ele não pode ser curvo e reto, sendo certo que as aparências podem opor-se, ao passo que o real é coerente.

> É possível que a aparência seja conforme ao objeto, confunda-se com ele, mas é possível também que ela nos induza a erro a seu respeito. Enquanto não tivermos razão alguma de duvidar dela, a aparência é apenas o aspecto sob o qual o objeto se apresenta, entende-se, por aparência, a manifestação do real. Apenas quando as aparências, por serem incompatíveis, não podem ser aceitas todas ao mesmo tempo, é que se opera, graças a distinção entre aparências que são enganosas e as que não o são, uma dissociação que dá origem ao par "aparência-realidade", do qual cada termo remete ao outro de uma maneira que devemos examinar com maior atenção (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 472)

Na argumentação pela realização da dissociação *aparência-realidade* designa-se a aparência como termo *I* e a realidade como termo *II*. O termo *I* é o que aparece primeiro (atual e imediato) e o termo *II* é aquele que só é compreendido em relação ao termo *I*, oferecendo um critério que permite distinguir o válido do que não o é. Pela realização da dissociação o termo *II* permitirá valorizar ou desqualificar determinados aspectos sob os quais se apresenta o termo *I* (o qual, na verdade, não passa de ilusão e erro).

Obviamente existem vários outros pares dissociativos frequentes em nossa cultura: *meio/fim*, *consequência/principio*, *ato/pessoa*, *acidente/essência*, *ocasião/causa*, *relativo/absoluto*, *subjetivo/objetivo* etc. Em cada um deles o termo *II* (fim, princípio, pessoa, essência, causa, absoluto e objetivo) é apresentado como superior ao termo *I*, muito embora possam ser variáveis. Na argumentação, o que se qualifica de aparência é geralmente o que, para qualquer outro, era o real, ou era confundido com o real, sem o que não lhe dariam esse novo status. Conforme a extensão, o papel do auditório, que se presumia cometer a confusão, determinará os planos de dissociação a serem utilizados.

O empenho argumentativo, nessa situação, será tirar partido de dissociações já aceitas pelo auditório ou, ao contrário, introduzir dissociações criadas. A técnica da dissociação busca a inversão dos termos *I* e *II*, fazendo com que a realidade se torne aparência, e esta, por sua vez, constitua-se em nova realidade. Exemplificando, na frase "Ele matou para preservar a honra", a palavra *matou* (termo *I*) passa a ser a realidade e as palavras *preservar a honra* (termo *II*) passam a ser a aparência.

Tendo a retórica como expediente, a adequação do estilo ao objeto do discurso, tal como o concebe o auditório, evita a criação de dissociações temorosas de imediato[39]. Tal postura possibilitará que não hajam incompatibilidades a serem removidas (dissociadas).

---

[39] A experiência dos autores clássicos sugere que, por exemplo, sempre se elogiar as qualidades oratórias do adversário e ocultar ou minimizar as próprias. Tudo o que denuncia talento deve ser proscrito para evitar-se uma dissociação, isto é, não se deve apresentar sua maior qualidade de imediato, a fim de que a mesma não venha a ser combatida desde o início e, por consequência, perder eficácia.

Apresentados que foram os quatro tipos de argumentos do Tratado da Argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (*quase-lógicos*, *fundados na estrutura do real*, *que fundamentam a estrutura do real* e *por dissociação das noções*), o fundamental a se esperar dos mesmos é sua eficácia na persuasão do ouvinte, de forma que devem ser apropriadamente elaborados para o convencimento do auditório.

Relembrando e exaltando o que nos propõe Aristóteles:

> *A retórica é antes de tudo um ajuste de distância entre os indivíduos. A argumentação, que visa a convencer, insiste na identidade entre o orador e o auditório, mas a argumentação é apenas uma modalidade retórica entre outras, já que se pode muito bem querer reforçar a diferença ou simplesmente sancioná-la.* (ARISTÓTELES, 2000, p. XLII)

A contribuição fundamental perelmaniana permite a realização do estudo detalhado das técnicas utilizadas para o convencimento, isto é, os recursos para se alcançar a famigerada "adesão dos espíritos" daqueles componentes do auditório. Em tal seio, a linguagem é utilizada para persuadir e convencer os pares.

Na prática, ao reabilitar a retórica, Perelman traz uma racionalidade própria para o pensamento argumentativo e, porque não se dizer, do cotidiano humano. Vincula a disciplina na análise de enunciados e de seu contexto em si, possibilitando, num pano de fundo, uma relação discursiva atrelada a inúmeros argumentos direcionadores de uma conclusão pensada e buscada.

Não se trata de validar uma conclusão empiricamente, mas, em especial, fazê-la ser admitida e recepcionada pelo auditório.

Desse ponto de vista, faremos nossas análises, pois não há como refletir os tipos de argumento utilizados pelo Papa Francisco em seu discurso sem analisar para qual tipo de auditório ele se direciona, bem como qual a imagem (do orador) que se apresenta para a busca da persuasão.

Sendo o orador, o auditório e o discurso o tripé de sustentação argumentativa da retórica (*ethos*, *pathos* e *logos* consecutivamente), o estudo do Papa Francisco será suportado em tais fundamentos, na expectativa de exteriorizar seus melhores argumentos (expostos nos próximos capítulos) e a sua imagem construída, tida e antes havida por parte de seus ouvintes.

A utilização dos fundamentos da retórica aristotélica, aliada à linha da nova retórica perelmaniana nos proporcionará a descoberta de um orador peculiar, principalmente em função do cargo que ocupa e sua importância política e religiosa. A se escolher o Papa, uma amplitude

de estudos se mostra, principalmente considerando a formação original da disciplina retórica conforme as lições de Aristóteles.

CAPÍTULO 2
A HISTÓRIA, A RELIGIÃO E A POLÍTICA

"O que eu gostaria de acrescentar é que o feminismo, como filosofia única, não faz qualquer favor àquelas que diz representar, porque as põe num plano de luta reivindicativa, e a mulher é muito mais que isso. A campanha das feministas no século XX conseguiu aquilo por que elas ansiavam, e pronto. Mas uma filosofia feminista constante também não dá à mulher a dignidade que esta merece. Caricaturando, diria que corre o risco de se transformar num machismo com saias".[40]

Papa Francisco

O Papa Francisco foi nomeado mediante um ritual católico religioso sucessório que há muito se estabeleceu. Nesse contexto, apresentamos algumas características próprias do Vaticano e sua representatividade como Estado Político autônomo, o que nos possibilita suas vinculações com o argumento *ethos* aristotélico do orador e sua constituição. Quanto às informações de cunho histórico apresentadas, suportamos nossos estudos principalmente em livros que ressaltavam informações da trajetória pessoal/apostólica do Papa Francisco, como as obras *Sobre o Céu e a Terra* e *El Jesuita* (ao final referenciadas).

2.1 Breve Histórico do Papa Francisco

Diz-se franciscano aquele que pertence à ordem religiosa fundada no século XIII por São Francisco de Assis, sendo a palavra sinonímia na atualidade para aquele que atinge níveis extremos de pobreza. Neste ínterim, Jorge Mario Bergoglio já permeia no imaginário de seus fiéis como representante legítimo e cotidiano de tal classe.

[40] BERGOGLIO, J.; SKORKA, A. *Sobre o céu e a terra*. Lisboa; Clube do Autor, 2016 – p. 104.

O cardeal argentino, nascido em 1936 na cidade de Buenos Aires, sempre se vinculou à ordem jesuíta, vindo a se tornar o Vigário de Cristo no ano de 2013[41], adotando o nome de Francisco pela primeira vez na história da Igreja de Roma. Desde sua assunção, aliás, já desde a escolha de sua alcunha (grande parte do clero entendeu como uma afronta e estrelismo a utilização do nome de São Francisco), vem circunscrevendo-se em inúmeros debates acerca de polêmicas atinentes à Igreja Católica, o que sinaliza a riqueza da análise de seus discursos na área das ciências da linguagem.

Não obstante, até para posicionarmos o leitor quanto aos aspectos que se buscam à relevância neste estudo, importante relembrar a materialidade da função papal, mormente no viés político e religioso. O Papa é eleito pelo chamado Colégio de Cardeais, sendo seu cargo eclesiástico chamado de papado, com sede na Santa Sé (ente político internacional).

Num contexto de atualidade histórica recente, o papel de chefe da igreja foi determinado ao Papa através do Concílio Vaticano I, no ano de 1870, concedendo-lhe e definindo sua plenitude de poder para o governo católico.

Não obstante, junto à chefia da religião, já desde 1929, aquele nomeado Papa na Igreja Católica é também alçado ao cargo de Chefe do Estado do Vaticano. Formado oficialmente pelas diretrizes do Tratado de Latrão, o Vaticano é um minúsculo Estado encravado na cidade de Roma/Itália, possuindo 44 hectares e uma população estimada de 1.000 (mil) pessoas. Indistintamente ao tamanho, possui as mesmas diretrizes e reconhecimento que os demais países, sendo signatário das Nações Unidas desde o ano de 1964 como Estado Observador e da Comunidade Europeia, através da Itália (país do qual é um enclave), desde 1957.

Nessa peculiaridade, pois, o Papa traz consigo a representação política como qualquer outro chefe de Estado, vinculando-se às responsabilidades e obrigações usuais que ao cargo compete. Com efeito, frente à legislação do Estado do Vaticano, possui cargo vitalício até a sua morte e/ou eventual renúncia, hipótese esta que passou a ser considerada desde o ato perpetrado pelo ex Papa Bento XVI[42] que abdicou do trono de Pedro – e, por consequência, de Chefe de Estado – no mês de fevereiro de 2013.

---

[41] Interessante notar que inúmeros vaticanistas (estudiosos com grande conhecimento acerca da realidade política/religiosa que permeia a cidade do Vaticano) afirmam que a eleição de Joseph Aloisius Ratzinger em 2005, quando se tornou Papa Bento XVI, deu-se por desistência do então cardeal Jorge Bergoglio, haja vista um persistente empate no certame da Capela Sistina à época.

[42] Hoje, na verdade, possui o cargo de Papa Emérito.

Esta dualidade de líder religioso e chefe político confere ao Papa uma peculiaridade implícita a sua posição, notadamente autêntica, derivando aspectos fundamentais para a análise e compreensão de seus discursos, o que se verá mais abaixo.

2.2 A produção literária sobre Francisco

Antes, porém, de tecermos comentários acerca dos aspectos retóricos dos discursos de Francisco, convém destacar alguns artigos já publicados acerca do mesmo. Vale dizer que tal pesquisa também utilizou ferramentas de busca geral na internet, privilegiando sites acadêmicos e vinculados ao suporte filosófico aqui utilizado.

Neste ínterim, realizamos pesquisa on-line na plataforma francesa CAIRN (https://www.cairn-int.info), utilizando as palavras-chave (em português, inglês e francês) Papa, Francisco e *Ethos*. A resposta da pesquisa enumerou artigos diversos, os quais possuíam ênfase na assunção do Papa, sua doutrina jesuíta e seus desafios da reforma da Igreja Católica, não apresentando textos específicos para a abordagem linguística do *ethos* do Papa Francisco. Um resultado que convém destacar foi aquele vinculado à Revista *Outre-Terre 2015/4 (N° 45)*, a qual traz como título *Le Saint-Siège et le Chine*. Nesse texto, vários autores trazem suas opiniões acerca da Igreja Católica (sua evolução, seus privilégios e seus desafios), notadamente sua relação com a China, eis que, num fato histórico, a eleição de Bergoglio como Papa coincidiu com a nova presidência do líder do Partido Comunista Chinês (CCP) Xi Jinping. Não obstante, não foi tratada a questão da imagem do Papa propriamente dita.

Outra base consultada foi a plataforma Persée (http://www.persee.fr). Utilizando-se das mesmas palavras-chave supramencionadas, encontramos, também de igual forma, publicações mais voltadas para o Papa Francisco e sua realidade de transformações, tanto no campo religioso como no da sociedade em si. Em específico, não logramos êxito na pesquisa para uma publicação atrelada ao argumento *ethos* e o Papa, não obstante, foi-nos apresentado o artigo "*La construction discursive des identités dans la parole des évêques catholiques du Congo (RDC)*[43]", publicado na Revista *Laval théologique et philosophique* da Universidade Laval (Québec), o qual traz elementos da retórica – especialmente fundamentados em Amossy – e de

[43] Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/ltp/2015-v71-n3ltp02492/1036270ar.pdf >. Acesso em: 02 out. 2017.

identidades discursivas - consoante Charaudeau, numa análise dos discursos da Igreja e a suposta (o artigo a questiona) neutralidade política dos bispos nas eleições do Congo.

Numa pesquisa vinculada a publicações realizadas no Brasil e países latino-americanos, temos o artigo intitulado "*Os limites do carisma na instituição tradicional: reflexões sobre as reformas do Papa Francisco em chave weberiana*", publicado na Revista Horizonte de Estudos de Teologia e Ciências da Religião da PUC/MG, no qual o autor João Décio Passos traz uma abordagem de análise acerca das reformas assumidas pelo Papa Francisco desde sua assunção, suportadas na Sociologia Weberiana. A destacar-se que o autor expõe seu raciocínio acerca do êxito de Francisco muito por causa de seu carisma – sem destacar as nuances vinculadas à retórica, o que reforça o intuito de nossa abordagem filosófica acerca das características do orador.

Já o chileno Sergio Silva, traz o artigo "*La Exhortación Apostólica del Papa Francisco como desafío a los teólogos*" na Revista *Teología y Vida* da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Chile, no qual busca traduzir os desafios aos Teólogos em virtude da publicação da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, sobretudo acerca dos desafios sociais propostos na interpretação papal.

Em específico quanto a área das ciências da linguagem, foi publicado o artigo *"A construção do ethos nos discursos do Papa Francisco"*, na Revista Gragoatá da Universidade Federal Fluminense, em que os autores Luís Henrique Boaventura e Ernani Cesar de Freitas desenvolvem uma análise da liderança do Papa Francisco na Igreja Católica, frente à concepção do *ethos* e da cenografia de Dominique Maingueneau sob perspectiva da análise do discurso.

O artigo apresenta a análise, dentre outras, quanto a um *ethos* pré-discursivo (nas lições de Amossy) do Papa Francisco, no comparativo com seu antecessor Bento XVI, destacando, até mesmo, um comparativo dos trajes papais utilizados pelos mesmos. A abordagem apresentada não traz maiores nuances quanto ao aspecto retórico do *ethos* de Francisco, o que buscamos no presente, bem como não traz suas conclusões na linha aristotélica e perelmaniana, preservando o ineditismo da análise aqui apresentada.

Também encontramos o artigo "*De Joseph a Bento, de Jorge a Francisco: um estudo sobre a construção do ethos e sua relação com os nomes dos Papas*" publicado na Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação da Universidade Estadual Santa Cruz – Ilhéus/BA, no qual as autoras Dayane Sávia Monteiro e Mônica Santos de Souza Melo trazem uma análise da formação do *ethos*, inclusive em sua modalidade pré-discursiva, em decorrência dos nomes utilizados por aqueles que são eleitos Papas. O estudo traz os conceitos

teóricos de Amossy e Charaudeau suportando a construção do *ethos* a partir da escolha do nome papal. A abordagem não inferiu maiores comentários consoante a nova retórica, bem como não trouxe discursos específicos a suportar as conclusões quanto à construção da imagem do papa, privilegiando aspectos históricos vinculados aos nomes eleitos para fundamentar suas discussões. A despeito do valor do artigo publicado, também quanto ao mesmo, entendemos possuir a tese aqui disposta um mérito diferenciado.

Destacamos também o artigo de Fabio Elias Verdiani Tfouni e Anderson de Carvalho Pereira, publicado na Revista Linguagem em (Dis)curso da UNISUL, intitulado *"Entre o acontecimento e a memória: discursos sobre o Papa Francisco em capas de revista de grande circulação*". Os autores apresentam a espetacularização da imagem do Papa nas mídias, trazendo os fundamentos filosóficos da Análise do Discurso de Michel Pêcheux, a fim de destacar os sentidos criados pelo novo papado.

Por fim, apresentamos o artigo "*Habemus Papam*: um orador em diálogo com o mundo" de Maria Flavia Figueiredo e Fernando Ferreira, publicado na Revista *Scripta* do Centro Universitário Campos de Andrade, no qual os autores fazem uma análise retórica/imagética das cenas ocorridas na Praça de São Pedro quando da apresentação do Papa Francisco em 2013. A se ressaltar que no mesmo é utilizado, como principal referencial, os estudos da retórica de imagem, o que se difere de nossa proposta analítica.

Fato é que a apresentação acima dos artigos busca fundamentar o caráter inédito da análise aqui proposta, a qual fundamenta-se na linha retórica aristotélica com ênfase na análise do *ethos* do Papa Francisco, em especial naquilo que se pretende propor quanto a sua multi unidade, a qual ampara a eficácia persuasiva de seu discurso. Do ponto de vista linguístico argumentativo, trata-se de analisar as marcas do texto, e do próprio orador, que permitem confirmar a utilização de estratégias retóricas que conferem eficácia e efetividades aos seus discursos.

Acreditamos que nosso estudo, sob o viés argumentativo e retórico, preencherá uma lacuna quanto às análises já empreendidas quanto ao Papa Francisco nas áreas das ciências da linguagem, notadamente sob o auspício da tríade aristotélica.

2.3 A política por Rancière

O estudo a que se presta mostra um orador transeunte entre dois mundos: o da política e o da religião, entre a posição de Papa e de Chefe de Estado. Assim, buscamos contextualizar didaticamente essas duas realidades tão antagônicas e, porque não dizer, vinculadas.

Numa afirmação com cunho aristotélico, Rancière[44] (2005, p. 16) nos mostra que "o animal falante é um animal político". Política seria conceituada como:

> (...) a atividade que tem por princípio a igualdade, e o princípio da igualdade transforma-se em repartição das parcelas de comunidade ao modo do embaraço: de quais coisas há e não há igualdade entre quais e quais? O que são essas 'quais', quem são esses 'quais'? De que modo a igualdade consiste em igualdade e desigualdade? Tal é o embaraço próprio da política, pelo qual se torna um embaraço para a filosofia (...) (RANCIÈRE, 1996, p.11) [45].

Por sua vez, Guimarães nos apresenta:

> O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada (GUIMARÃES, 2005, p.16).

Partiremos assim das discussões trazidas por Rancière para alcançarmos o entendimento de político. O autor discute[46] a afirmação sobre o que dá suporte ao fim da política, no campo da Filosofia, questionando que política iria além da concepção de ser um mero meio de administrar o bem comum no âmbito do Estado. De acordo com o filósofo, a política estabelecer-se-ia pelo litígio, através do desentendimento - e não como uma proposta de harmonia.

---

[44] Nascido em 1940, Jacques Rancière é professor emérito do Departamento de Filosofia da Universidade de Paris VIII. A sua escrita tem-se manifestado em especial nas áreas da história, da filosofia, da estética e da política. Autor, entre outras obras, de: *La Nuit des prolétaires* (1981), *La Mésentente. Politique et philosophie* (1995), *Aux bords du politique* (1998) e *Le Partage du sensible. Esthétique et politique* (2000).

[45] Esta é a tradução publicada pela Editora 34 do texto original, em Francês, de Rancière, em que colocou que *«La politique est l'activité qu'a pour principe légalité, et le principe de légalité se transforme en répartition de parts de communauté sur le mode d'un embarras: de quelles choses y a-t-il et n'y a-t-il pas égalité entre quels et quels? Que son ces « quelles » qui sont ce « quels » ? Comment l'égalité consiste-t-elle en égalité et inégalité ? Tel est l'embarras propre de la politique par lequel la politique devient un embarras pour la philosophie (...) »* (RANCIÈRE, 1996, p.11-12).

[46] Machado (2011) explica que para dar suporte às suas contestações sobre o fim da política, Rancière retoma o paradoxo proposto por Aristóteles, o primeiro filósofo a relacionar política e filosofia, em que já tratava de uma igualdade e desigualdade que dividiria as partes da comunidade.

Para sustentar sua proposição, Rancière apresenta, pela linguagem, formas de reconhecer uma divisão hierarquizada da sociedade, que está em conflito. Esse pensamento, conforme aponta Machado[47] (2011, p. 54), nos mostra uma sociedade "ao contrário da ilusória imagem de igualdade, de homogeneidade, de ausência de conflitos que muitas vezes determinam a forma de conduzir a democracia". Seria o convívio entre partes desiguais, pessoas que não entendem as mesmas coisas do mesmo jeito, que, para Rancière (1996, p. 12), causaria o desentendimento. Há desentendimento, afirma o filósofo, quando a "disputa sobre o que quer dizer falar constitui a própria racionalidade da situação da palavra" [48]. É esse mesmo litígio que faz a comunidade ser política, através da situação da fala. Pessoas de uma mesma comunidade não possuem direitos iguais de acesso à palavra, ao direito de falar e ser compreendido, isto porque, elucida Machado (2011, p. 60) "há na sociedade os que mandam e os que obedecem" e, consequentemente, a desigualdade.

Neste aspecto, exalta-se a abordagem de nossa análise: se falar é uma questão de ordem política, os desiguais (orador) consideram os outros (auditório) como iguais, realizando o ato da fala e estabelecendo a compreensão dos ouvintes. Considerando os discursos do Papa Francisco como uma materialidade autônoma, a mesma se apresenta como pertencente à comunidade (retoricamente, ao auditório), trazendo realidades vinculadas ao cotidiano dos ouvintes. Ao se mostrar como parte vinculada ao auditório, garante o seu lugar, valor e legitimidade, sendo ouvido e credenciado. Betrand (1999)[49] adverte que "toda comunicação está inserida na tensão de papeis hierarquizados, nos contratos e nos conflitos" (tradução nossa).

Assim, este arquétipo instaurado pelo litígio (falsa igualdade da comunidade) é que determina a política. Se a política é caracterizada como desentendimento, Rancière (1996, p. 41) também traz o conceito que define sendo polícia: "conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição" [50]. Ou seja, é o conjunto daquilo que se vê e que se diz, estabelecendo as divisões do que poderá se tornar

---

[47] Sobre o político, ver como Carolina de Paula Machado, em sua tese de doutorado em linguística na Universidade Estadual de Campinas, faz um percurso por todo o trabalho de Rancière acerca da questão do desentendimento.

[48] Esta é a tradução publicada pela Editora 34 do texto original, em língua francesa, de Rancière. No original o filósofo afirma que encontramos o desentendimento: *«où la dispute sur ce que parler veut dire constitue la rationalité même de la situation de parole»* (RANCIÈRE, 1995, p. 13).

[49] No original "*toute communication est insérée dans la tension des rôles hiérarchisés, des contrats et des conflits*" (BERTRAND, 1999, p. 63).

[50] Esta é a tradução publicada pela Editora 34 do texto original, em língua francesa, de Rancière: *«l'ensemble de processus par lequel s'opèrent l'agrégation et le consentement des collectivités, l'organisation de pouvoirs, la distribution de places et fonctions et les systèmes de légitimation de cette distribution»* (RANCIÈRE, 1995, p. 51.)

discurso ou não. Ora, se o homem é tido como um animal político – vide acima - é pela linguagem que podemos perceber a evidência da extinção do litígio, uma vez que, na democracia consensual presente na atualidade, para o mestre francês, o que se tem é o conceito de polícia.

A desigualdade aparece na não igualdade, de onde se encontra o embaraço da política. O desigual (que não faz parte) fala como parte, o que concretiza o desentendimento.

Ainda quanto a política, o autor francês a define em três tipos: arqui-política, para-política e meta-política. A arqui-política caracterizaria uma substituição da democracia, vindo parcelas da comunidade a se integrar como num único organismo, desempenhando cada qual sua função. Já a para-política traria o litígio pelo efeito da igualdade, através da ideia de liberdade, isto é, todos poderiam participar do poder, alternando-se o lugar do comandante e do comandado. Por sua vez, a meta-política retrataria a desigualdade, a falsidade veiculada pelo argumento da igualdade. Todas os três tipos trazem consigo a ideia da ruptura, da partilha do sensível.

Procurando relacionar a noção da eliminação do litígio diretamente aos discursos do Papa, exaltamos a existência da contradição pela própria natureza daqueles. Se considerarmos que os discursos demonstram posições políticas e religiosas, sempre há a possibilidade de aflorar o litígio (decorrente da impressão equivocada que todos somos iguais no ato da fala), até em função da própria argumentação.

Se a política já se vincula diretamente ao desentendimento, sua vinculação com um discurso religioso mostra uma realidade peculiar, haja vista a posição do auditório. Melhor dizendo, num raciocínio pronto, é difícil imaginarmos – mesmo em um cenário extremamente otimista – a ausência do desentendimento entre um orador religioso e seu auditório particular, ainda que esse último seja partícipe e possua as mesmas crenças do primeiro, o que, fatalmente, nos leva à política.

De maneira geral, o homem, biologicamente apto a falar, está inserido em uma organização do próprio corpo, do sensível, que traz em sua superfície, por uma questão histórica e política, a dualidade igualdade/desigualdade evidenciada no seio da comunidade. A desigualdade tende a ser apagada pela ilusão da falsa igualdade, fazendo com que os conflitos instaurados na comunidade sejam esquecidos.

Essa falsa sensação de igualdade (em que ficam apagados os problemas) acaba por gerar os desentendimentos, os quais se buscam anular pelos discursos religiosos direcionados à sociedade, almejada como um todo de igualdade.

Mas daí o questionamento: porque o discurso do Papa é diferente? Isto é, porque ele consegue – ou quase consegue – desfazer o litígio para com seus seguidores (retoricamente dizendo, para com seu auditório)? Cremos possuir uma resposta para tanto, a qual vincula-se à própria posição formal do orador e sua imagem (*ethos*), o que abordaremos com maior riqueza de detalhes no último capítulo do presente trabalho.

2.4 A política cotidiana

Qualquer ciência como objeto ganha corpo com a junção de 3 fatores: culturais, sociais e materiais. O primeiro e o segundo se destacam na medida das condições intelectuais do grupo, o que, de certa maneira, com a influência de ideologias diversas, podem contribuir para a expansão ou retração da ciência. Já o fator material se vincula ao desenvolvimento tecnológico em si, o que favorece a pesquisa.

A política[51] pode ser diferenciada das demais ciências por não se ocupar tão diretamente do homem, tal como a filosofia, a teologia, a biologia, a psicologia etc. Para essas, existiria o homem em sua naturalidade, ao passo que, para a política, haveria suas tratativas com o exterior (uma espécie de anti-humanismo).

"A política trata da convivência entre diferentes" diz Arendt (2002, p.21), face aos homens se organizarem para certas coisas em comum que, com o passar do tempo, tornam-se importantes para a sua própria época. Ou seja, a política baseia-se na pluralidade.

Em um conceito importante para o entendimento que se almeja, Aristóteles diz que cidadão é aquele que pode administrar justiça e exercer funções públicas:

> [...] cidadão, de um modo geral, é uma pessoa que participa das funções de governo e é governado, embora ele seja diferente segundo cada forma de governo; em relação à melhor forma, cidadão é uma pessoa dotada de capacidade e vontade de ser governada e governar com vistas a uma vida conforme ao mérito de cada um (ARISTÓTELES, 2011, p.104)

Cidadão é a pessoa que vivia na *polis* que, no conceito ateniense, possuía uma amplitude muito maior que o da "Cidade" em si, referindo-se, pois, ao "Estado" tal como conhecemos

[51] O termo política provém dos vocábulos gregos *polis, politeia, politica, politikê*, referindo-se sucessivamente à: *Polis* = cidade / *Politeia* = constituição / *Politica* = coisas cívicas do estado / *Politikê* = arte política.

modernamente. Por sua vez, a correspondência verbal entre Cidade e Estado foi assegurada, em latim, por intermédio da palavra *respublica* (PRÉLOT, 1964, p.9). Assim, o adjetivo "republicano" refere-se ao "cívico". Como o último provém da palavra grega *politica* (vide acima), naturalmente, com o passar dos anos, a palavra "politica" passou a ser relacionada à República na acepção do Estado em si, designando sua forma de gerência e direção.

A pretensão ao exercício do poder político deve fundar-se necessariamente em superioridade nas qualidades essenciais à existência da cidade. Há a necessidade de justiça e talento político, indispensáveis à boa administração (ARISTÓTELES, 2011, p. 102). O filósofo ainda destaca que não há um único cidadão superior em mérito aos demais quanto à organização de uma cidade/estado, haja vista que a igualdade deveria estar sempre acima de tudo.

Nestes termos, novamente Arendt:

> Pode ser que a tarefa política seja construir um mundo tão transparente para a verdade como a criação de Deus. No sentido do mito judaico-cristão, isso significaria: ao homem, criado a imagem de Deus, foi dada capacidade genética para organizar os homens à imagem da criação divina [...] Mas política nada tem a ver com isso. A política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade *relativa* e em contrapartida às diferenças *relativas* (ARENDT, 2012, p. 24)

Ou seja, política seria a relação institucional e social que ocorre entre pessoas desiguais visando à predominância do poder, vinculando-se ao ente público governamental. Num caráter de representatividade, a política tem como maior instituição o Estado, sendo este supremo a quaisquer outras, que, num contexto maior, lhes são agregativas. Na opinião de Prélot:

> O Estado-poder é exigido pelo Estado-Sociedade, como o Estado-Sociedade chama o Estado-Poder. Aqui, a concepção institucional esclarece poderosamente a realidade estatal. A sociedade política nasce no momento em que é, no sentido escolástico do termo, "enformada" pelo poder; e cessa de ser quando os dois elementos se dissociam. Opor a sociedade ao poder é romper a intimidade de que é constituída a vida do Estado; é atingi-lo em seu próprio ser; é não apenas destruir seu caráter e alterar sua essência, mas comprometer sua existência. O Estado, no exato sentido do termo, é uma forma qualificada, aperfeiçoada, eminente da vida coletiva; procede de uma criação da vontade e da razão humanas, aplicando seus esforços e suas reflexões ao problema da organização política, e conseguindo assegurar sua duração (PRÉLOT, 1964, p.88)

A busca pelo poder do Estado procede da politica. É através dessa que o homem se realiza na predominância de direitos iguais a todos os desiguais, mediante uma concessão voluntária na seara da pluralidade. Neste ínterim surge a figura do líder político, ou seja, aquele

que emerge de seus pares para a representação de uma coletividade maior por meio de uma modalidade de governo.

A dinâmica política se expõe na troca contínua de representantes do poder estatal. Em consequência se-lhe-é necessário acolher toda a "força" que atinja a maturidade política, mesmo que algumas jamais alcancem esse ponto, e que, outras, por sua vez alcançando, não se sustentem.

O *corpus* analisado apresenta o orador Francisco na investidura do cargo politico de Chefe de Estado. A se dizer, designado em consequência da própria assunção ao papado, o que não lhe trouxe a busca eletiva[52] para tal viés.

2.5 A Religião

Aquele que busca exercer influência utiliza-se do discurso para defender, criticar, exaltar, explicar, propor e justificar situações conhecidas ou a que se pretende. Assim o fazem os religiosos, por seus cultos e em seus discursos de perpetuação.

A religiosidade destaca ao ser humano uma obrigação de basear seus atos e postura nos dogmas religiosos. São insuficientes a presença e o seguimento de ritualísticas quando não se inferem ao cotidiano as determinações trazidas e obrigadas pela religião escolhida, notadamente quanto a sua moral. Com efeito, a religião se ampara numa gama de fenômenos inconclusivos que, por livre hermenêutica, tornam-se preceitos com os quais o ser humano busca se relacionar.

As pessoas têm na fé e em tais fenômenos a forma de confortar sua realidade, suas dores, suas dúvidas e o próprio sentido de sua existência, bem como a justificar sucessos duradouros ou efêmeros, na linha da penalização pela diferença para com os demais.

Pela dificuldade da imparcialidade, podemos definir religião como o comportamento seguido e expresso por um grupo de pessoas socialmente, é a "presença invisível, sutil, disfarçada, que se constitui num dos fios com que se tece o acontecer de nosso cotidiano" (ALVES, 1994, p. 13).

Até pela sua constituição, está aberta a coletividade, porém jamais alcançando sua integralidade, na medida da diversidade de cultos, práticas e metamorfoses. A religião não se

[52] Relembrando que a figura do eleitor é liderada e protagonista de situações retóricas, sendo público-alvo dos discursos daqueles que buscam, detêm e pretendem manter poderes.

limita a práticas, lugares sagrados ou votos. Ela busca trazer respostas – à maneira de cada qual – quanto ao sentido da vida e da morte, perguntas estas que se articulam e transvestem-se ao longo do tempo, sem uma resposta universal e definitiva.

Não há certezas! "De um lado, a estrela eterna, e de outro a vaga incerta" (MEIRELES, 1972, p. 81).

Na esfera de tantas instituições religiosas, os discursos diversificam-se, bem como os respectivos auditórios. O ato retórico ajusta-se e vincula-se, procurando guarida nos ouvintes quanto à mensagem perpetrada. Logicamente, não se foge à questão atinente ao poder, ainda que direcionado a uma entidade abstrata ou ao representante terreno.

Mais especificamente quanto ao nosso país, Montero apresenta:

> Há algumas décadas as ciências sociais deixaram para trás a identidade nacional como problema de investigação. Digamos, para chegar mais rapidamente ao ponto que aqui nos interessa, que as questões relativas à nacionalidade deram lugar, nas últimas décadas, às questões relativas à construção da cidadania. Nesse novo cenário, cujo marco temporal pode ser situado nos anos 1980, década que assistiu a promulgação da nova Constituição cidadã em 1988, o paradigma do sincretismo – até então elo imaginário integrador de diversidades raciais e culturais – vai cedendo lugar ao paradigma da inclusão que nomeia a sociedade a partir de um leque muito mais vasto de diferenças: de crenças, de cor, de posição social, de gênero etc." (MONTERO, 2015, p. 12)

Diante de tal cenário, qualquer discurso que questione esta prática de poder religioso é considerado ameaçador, em particular quando proferido por um orador com autoridade e revestido de alguma função também religiosa. Na prática, a autoridade religiosa há tempos se digladia com as ciências humanas, na medida do tecnicismo desta última. Sem muito esforço, podemos recordar o original combate da Igreja Católica às ideias de Galileu e Darwin, mesmo que, num plano científico, terem sido suas teorias do heliocentrismo e evolução, respectivamente, plenamente comprovadas. Nessa esteira, aduz Halliday:

> Não é de hoje que a Igreja tem sido acusada de intolerante e preconceituosa em relação à produção científica. As tensões que no passado a Igreja sustentou com o racionalismo, com o liberalismo e com o positivismo são revividas agora em relação ao marxismo [...] O método de análise social é, para a Igreja, o método teológico. O científico lhe é submisso (HALLIDAY, 1988, p. 116)

Indistintamente, a religião opera-se junto com o ser humano em perfeita simetria, uma vez que apura as aflições, anseios e conforto. A busca pelo religioso parte de cada ser, não

sendo crível a crítica do devaneio por aqueles não integrantes do auditório individualizado (ainda que num caráter "quase" universal) tendo em vista as crenças distintas[53].

Do ponto de vista de Alves:

> [...] em busca de uma certeza final, perguntaria: "Mas, e Deus, existe? A vida tem sentido? O universo tem uma face? A morte é minha irmã?" Ao que a alma religiosa só poderia responder: "Não sei. Mas eu desejo ardentemente que assim seja. E me lanço inteira. Porque é mais belo o risco ao lado da esperança que a certeza ao lado do universo frio e sem sentido (ALVES, 1994, p. 126)

Tal qual como qualquer outra área do conhecimento, surgem os expoentes, aqueles que se diferenciam dos demais pela capacidade de eloquência e persuasão. Eis os líderes, em específico, religiosos.

Na capacidade de aglutinar e expor suas convicções, o líder religioso traz à baila seus seguidores, os quais, envoltos pelo seu discurso, o empregam no cotidiano e vivência. O *corpus* apresenta o orador Francisco na investidura do cargo de chefe da Igreja Católica, quer dizer, como Papa, tendo sido escolhido após respectivo Conclave de Cardeais seguindo os ritos da Igreja de Roma.

2.6 O Discurso Político e o Discurso Religioso

Pela concepção Aristotélica, a persuasão ocorre pelo discurso, isto é, quando mostramos o que é verossimilhança ou que parece verdade de acordo com cada caso em particular.

Suportados nas mais diversas definições, consoante as diferentes abordagens filosóficas, podemos ousar entender o discurso como um conjunto de elementos, das mais variadas formas, que produz sentidos e expressa posições de um sujeito, individual ou coletivamente.

A seu tempo, a noção de discurso consoante a teoria retórica está baseada na articulação *ethos*/*pathos*/*logos*, quando o orador argumenta à procura do mais útil, do mais justo e do mais elogioso, visando à persuasão através das reações e paixões do auditório. O discurso retórico é

[53] "Rezar é ser agenciado de um lugar universal na temporalidade eterna de deus. É estar fora da história" (GUIMARÃES, 2012, p.142)

fundado sobre o contingente, repousa no que será, no que teria sido, ou no que é possível ser ou não-ser (MEYER, 2007, p. 29). É a formação explícita da prova *logos*.

Pela teoria retoricista, todo discurso é dirigido e concebido em função de um auditório, sendo o texto – manifestação linguística concreta e produzida - sempre condicionado, consciente ou inconscientemente, por aqueles a quem pretende dirigir-se (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 7).

Neste arcabouço teórico, buscamos aqui identificar duas linhas distintas de discursos (retóricos) consoante suas próprias naturezas. Contudo, não raras vezes, tais naturezas - política e religião - estão mutuamente entrelaçadas (vide abaixo recortes destacados) o que gera uma homogeneidade discursiva, como ocorrida nos discursos integrantes do *corpus*.

O discurso politico e o discurso religioso se assemelham na existência de um representante – seja de que natureza for – de uma terceira posição. Algo como, o líder religioso ser um representante de um deus[54] e o líder político ser representante de uma comunidade; na noção de porta-voz, no discurso político o orador é representante do povo e no discurso religioso o representante da divindade (vide considerações sobre o *multiethos* mais abaixo).

Todavia, apresentam-se mais notáveis diferenças.

O discurso político, por assim dizer, embaralha a tríade *logos*, *ethos* e *pathos* na busca do convencimento do cidadão a aderir ao valor proposto pelo orador. A estratégia se sobressai na construção de sua imagem (*ethos*) para fins de credibilidade e persuasão do povo (*pathos*) em uma encenação dramática positiva ou negativa (*logos*). Nesse aspecto, foca seus esforços na apresentação da desordem social em que o cidadão vive, destacando malefícios produzidos pelo orador adversário e propondo uma solução salvadora na sua própria figura exteriorizada.

O discurso político pode ser classicamente distinguido por uma dialética de oradores, numa sacralização dos assuntos tratados (a nação, as pessoas, a crise etc.) e na consequência motivacional de tons sérios e, não raras vezes, de ultimato (ou "eu" ou o "caos"). Logicamente, também observamos episódios discursivos transportados por escárnio ou por autodepreciação, os quais, junto com a ironia e o humor, são mais frequentemente utilizados ao final do argumento, como, por exemplo, quando o orador, após vangloriar atos e conquistas de sua vida, encerra seu discurso dizendo-se inapto para um cargo vinculado frente à inexperiência de seu oponente.

---

[54] Vale destacar que alguns autores sustentam que o Papa, como porta voz de Deus, coloca-se no chamado entremeio, o que, por se tratar de tópico vinculado a outra área de conhecimento linguístico, não será abordado no presente trabalho.

Num senso comum, a desordem social é mostrada na realidade vívida ou num futuro palpável, apresentando fatos e dados que corroboram a existência de várias irregularidades, como, por exemplo, salários baixos, desemprego, falta de saneamento básico etc. Quanto ao "mal encarnado" salienta a figura de seu opositor – seja num cenário de governo existente ou potencial – personificando uma pessoa ou um grupo. Já quanto à "salvação" o discurso apresenta o orador como solução para todas as mazelas, sendo o mesmo tátil e visível, bem como produtor de medidas que esgotarão os suplícios da realidade, desqualificando o adversário.

> Todos somos animais políticos, no sentido lato da palavra. Todos somos chamados a uma ação política de construção no nosso povo. A pregação dos valores humanos, religiosos, tem uma conotação política. Quer gostemos, quer não, tem-na. (BERGOGLIO; SKORKA. 2016, p. 149)

Nesse bojo, opera-se o entrelaçamento do *pathos* e do *logos*, face à comunhão da emoção e da razão na onipresença do discurso político.

A título exemplificativo[55] destacamos alguns recortes dos discursos do Papa perante a ONU e perante o Parlamento Europeu:

> **<u>Recorte 1</u> - P.F.[56](ONU):** Os Organismos Financeiros Internacionais devem velar pelo desenvolvimento sustentável dos países, evitando uma sujeição sufocante desses países a sistemas de crédito que, longe de promover o progresso, submetem as populações a mecanismos de maior pobreza, exclusão e dependência.
>
> **<u>Recorte 2</u> - P.F. (ONU):** A exclusão econômica e social é uma negação total da fraternidade humana e um atentado gravíssimo aos direitos humanos e ao ambiente. Os mais pobres são aqueles que mais sofrem esses ataques por um triplo e grave motivo: são descartados pela sociedade, ao mesmo tempo são obrigados a viver de desperdícios, e devem sofrer injustamente as consequências do abuso do ambiente.
>
> **<u>Recorte 3</u> - P.F. (Parlamento Europeu):** Que dignidade é possível sem um quadro jurídico claro, que limite o domínio da força e faça prevalecer a lei sobre a tirania do poder? Que dignidade poderá ter um homem ou uma mulher

---

[55] Podemos também exemplificar, noutra seara, utilizando o discurso realizado pelo ex-Presidente da República, Getúlio Vargas, quando da mensagem de Natal endereçada ao povo brasileiro no ano de 1953:
"Tem sido uma linha constante da minha vida pública a tolerância, o esquecimento dos agravos. Creio oportuno lembrar que em todo o curso da minha carreira política procurei apaziguar os ânimos adversos, nunca me recusando a aceitar até a colaboração dos que mais encarniçadamente me combatem, quando assim o exigia o bem do País. Para promover a concórdia entre todos os brasileiros, dei mesmo, algumas vezes, a impressão de inclinar-me de preferência para adversários e inimigos de ontem. Houve até quem me fizesse a injustiça de supor que eu me esquecia dos amigos das horas ingratas e difíceis, dos que estiveram comigo, solidários e afetuosos, nos momentos de ameaça, quando nos horizontes escuros não se percebia nenhuma esperança de sobrevivência política." (VARGAS, 1953)

[56] P.F. = Papa Francisco

> tornados objeto de todo o género de discriminação? Que dignidade poderá encontrar uma pessoa que não tem o alimento ou o mínimo essencial para viver e, pior ainda, o trabalho que o unge de dignidade?

Vê-se que os discursos proferidos criticam os organismos financeiros internacionais, a exclusão social e o sistema jurídico em oposição à linha argumentativa do orador e promete a defesa dos excluídos e mais pobres, utilizando como meio uma mensagem direta proferida em tribunas de órgãos internacionais de grande relevância. Tais características embasam a natureza política do mesmo que, a seu tempo, conclama certo apoio popular (daqueles não considerados adequadamente pela sociedade atual).

Por sua vez, o discurso religioso tem como característica principal o fato do orador estar a falar em nome de alguma divindade, aquele que fala a voz de Deus[57]. Caracteriza-se por uma relação com o transcendente, em que conceitos de bênção, fé e amor (numa paixão maior que a razão) circulam livremente, tendo a persuasão um lugar de excelência, fazendo que, não raras vezes, o racional deixe de ser priorizado. O orador, vinculado à tríade aristotélica, produz um discurso conjugando o "*docere* (ensinar), o *movere* (emocionar) e o *delectare* (agradar) e considera a influência que as paixões possam ter nos julgamentos." (MOSCA, 2005, p. 8)

No plano dos gêneros aristotélicos, o discurso religioso, em sua dimensão retórica, seria classificado como epidíctico, não buscando propriamente o convencimento do fiel e a alteração de sua crença (eis que este já a possui consolidada), mas, ao contrário, exacerbá-la e reforçá-la, quase num cunho pedagógico. Obviamente, tanto o gênero deliberativo como o judiciário também possuem guarida no discurso religioso, contudo, a divindade louvada teria o papel de juiz (gênero judiciário) e de soberano (gênero deliberativo), o que afastaria o campo das leis propriamente ditas, do plano humano.

Vale também ressaltar que Perelman e Olbrechts-Tyteca, situam o conhecimento religioso e, por decorrência, o discurso nele amparado, nos acordos acerca do real:

> Aplicamos, ao que se chamam *verdades*, tudo o que acabamos de dizer dos *fatos*. Fala-se geralmente de *fatos* para designar objetos de acordo precisos, limitados; em contrapartida, designar-se-ão de preferência com o nome de

---

[57] Pensando tal natureza de discurso numa perspectiva de funcionamento e processo (diferente, pois, da ciência retórica), Orlandi destaca:
"O discurso religioso não apresenta nenhuma autonomia, isto é, o representante da voz de Deus não pode modificá-lo de forma alguma (...) Há regras estritas no procedimento com que o representante se apropria da voz de Deus: a relação do representante com a voz de Deus, é regulada pelo texto sagrado, pela igreja e pelas cerimônias (...) Interpretando-se a fé com referência à assimetria, podemos dizer que a fé não a elimina, isto é, não é capaz de modificar a relação de não-reversibilidade do discurso religioso: a fé é uma graça recebida de Deus pelo homem, com fé, tem muito mais poder, mas como a fé é um dom divino, ela não emana do próprio homem, lhe vem de Deus." (ORLANDI, 1996, p. 245-250)

> *verdades* sistemas mais complexos, relativos a ligações entre *fatos*, que se trate de teorias científicas ou de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 77)

O discurso religioso reivindica o acordo com seus auditórios através das ligações decorrentes de fatos que justificam e legitimam o seu estatuto de verdade. A persuasão alcança o fiel, mesmo leigo, com a crença da verdade religiosa, professando valores com base nas argumentações religiosas, junto a comportamentos e atitudes.

Predomina a noção de que o orador não é uma pessoa comum, mas, acima de tudo, um representante do divino/sagrado na realidade cotidiana. Quer dizer, a característica autoritária do discurso não se promove por verbos e termos imperativos, mas sim pela própria existência da crença inabalável nos argumentos trazidos no bojo do discurso.

Em tal natureza de discurso ocorre a transmissão de práticas e crenças da humanidade com o sagrado, institucionalizados por uma organização religiosa que os conduz e difunde na forma de discursos orais e escritos como acepção maior de divindade.

Repetimos. Utilizando-se da autoridade divina, o discurso religioso opera-se com validade e eficácia para o auditório particular e à crença vinculada. Não obstante, a argumentação trazida pelo orador sustenta e potencializa o discurso, fundamentando a autoridade nele implícita. São utilizados vocativos com grande regularidade, bem como metáforas e paráfrases, junto a sintomáticas intertextualidades.

> Às vezes diz-se que a religião promete uma vida melhor se no presente se suportar mais do que a dignidade humana deveria permitir. Uma recompensa ulterior não exime o homem da obrigação de lutar pelos direitos pessoais, sociais, éticos, da pátria, da humanidade. (BERGOGLIO; SKORKA. 2016, p. 149)

Também nos valemos das palavras de Torresan:

> Se, por um lado, em meio ao discurso religioso existe a mistificação que envolve o pecado, recoberto figurativamente pela imagem do diabo, do inferno, por exemplo, como elemento intimidador muito forte que produz impacto considerável na crença de boa parte da sociedade de costumes e de posições tradicionais, por outro, há a salvação, recoberta pela figura do céu e da recompensa divina, que constitui uma estimulante tentação para que os fiéis nunca abandonem as doutrinas pregadas. (TORRESAN, 2007, p. 97)

O discurso religioso sempre apresenta uma proposta de realidade fulcral na concepção da sociedade em si, tendo em vista trazer alento a dúvidas essenciais do ser humano: morte, felicidade, riqueza, desapego, casamento, dentre outros.

À guisa de exemplo, destacamos o seguinte discurso religioso: “Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”. (MATEUS, 22:21). Nota-se que o discurso retirado da Bíblia apura sua essência religiosa, na medida do culto ao divino e sagrado em contraposição ao ser humano e seu cotidiano.

Desde o início, o discurso da igreja católica expressa sua identidade social e dá suporte a sua legitimidade em expressar-se. Isso lhe permite atestar a sua competência e credibilidade para serem os leitores autorizados da palavra de Deus, de forma que se autoatribuem um *ethos* que os legitima para produzir uma agenda religiosa de instituição e construção da confiança do auditório na instituição. Sua missão não a compromete a assumir uma “batalha política” para construir uma sociedade mais adequada, o que corrobora sua imparcialidade, proclamando uma missão profética para com o auditório em um conceito universal.

Especificamente quanto ao *corpus* selecionado para análise, são apresentados discursos nos quais o orador mescla texto político e linguagem religiosa por assim dizer, eis que refuta, argumenta e justifica suas posições com elementos de ambos. Convém mencionar que utilizamos o substantivo “texto” (para político) na clara noção de sua definição como manifestação verbal básica de ideia e organização, em detrimento ao uso do substantivo linguagem (para religiosa) que se caracteriza por unidades linguísticas dotadas de significante e significado nos termos da dicotomia saussuriana.

Cabe ressaltar que, frente à perspectiva teórica que adotamos, não apresentaremos maiores comentários envolvendo a questão do texto x linguagem[58] - o que pode ser trabalhado em outro projeto. Todavia, é evidente a existência de uma textualidade do político (como origina-se o sentido nesta vertente e/ou os modos de produção de textualidade) que funciona na linguagem religiosa (em seu conceito amplo), exteriorizando-se no discurso e retórica do Papa Francisco.

Na análise e no referencial filosófico que vimos desenvolvendo, se, como antes mencionado, a Igreja apresenta um *ethos* que busca a composição com a sociedade, podemos notar nos discursos do Papa Francisco tal posição, especialmente pela concessão de um valor inclusivo na utilização comum da designação "nosso" aplicada a inúmeros substantivos:

[58] Sugerimos a leitura do artigo: “Argumentação, Textualidade e Política de línguas: a língua polonesa do Paraná de Soeli Maria Schreiber da Silva, publicado na Revista Entremeios: Revista de Estudos do Discurso. v.10, jan.-jun./2015. Disponível em < http://www.entremeios.inf.br >.

<u>Recorte 4</u> - P.F. (ONU): Em meu nome e **em nome de toda a comunidade católica**, Senhor Ban Ki-moon, desejo manifestar-lhe a gratidão mais sincera e cordial.

<u>Recorte 5</u> - P.F. (ONU): Eis chegada a hora em que se impõe uma pausa, um momento de recolhimento, de reflexão, quase de oração: pensar de novo na **nossa** comum origem, na **nossa** história, no **nosso** destino comum.

<u>Recorte 6</u> - P.F. (ONU): Devemos ter cuidado com as **nossas** instituições para que sejam realmente eficazes na luta contra estes flagelos.

<u>Recorte 7</u> - P.F. (ONU): Muitas das **nossas** sociedades vivem um tipo diferente de guerra com o fenómeno do narcotráfico.

<u>Recorte 8</u> - P.F. (Parlamento Europeu): A **nossa** história recente caracteriza-se pela inegável centralidade da promoção da dignidade humana.

<u>Recorte 9</u> - P.F. (Parlamento Europeu): (...) para aquela bússola inscrita nos **nossos** corações.

<u>Recorte 10</u> - P.F. (Parlamento Europeu): De facto, esta **nossa** terra tem necessidade de cuidados e atenções contínuos e é responsabilidade de cada um preservar a criação.

<u>Recorte 11</u> - P.F. (Parlamento Europeu): (...) enquanto toneladas de produtos alimentares são descartadas diariamente das **nossas** mesas.

<u>Recorte 12</u> - P.F. (*Evangelii Gaudium*): E que o mundo do **nosso** tempo, que procura, ora na angústia ora com esperança, possa receber a Boa-Nova dos lábios

<u>Recorte 13</u> - P.F. (*Evangelii Gaudium*): Nesta linha, os Bispos latino-americanos afirmaram que "não podemos ficar tranquilos, em espera passiva, em **nossos** templos"

<u>Recorte 14</u> - P.F. (*Evangelii Gaudium*): E, desta forma, podemos assumir, no meio do **nosso** trabalho diário, esta exortação da Palavra de Deus.

(grifos nossos)

Aqui abrimos espaço para uma análise prévia da argumentação papal, haja vista que o faremos com maior ênfase nos capítulos a seguir. Na utilização da figura de comunhão (vide item 1.3.1) o orador busca uma união e sintonia com o auditório, querendo mostrar-se integrante deste, mesmo na posição daquele emitente do discurso.

O Papa Francisco utiliza-se de tal expediente com maestria para buscar assimilar-se com o auditório, demonstrando um bem coletivo (através do pronome possessivo nosso) em detrimento da singularização do objeto. O auditório julga ver a si mesmo ao lado do Papa, pela

simples permutação do "meu" pelo "nosso" no discurso, o que traduz um efeito de persuasão eficaz.

Em apreciação, novamente, da questão do referencial teórico escolhido neste percurso, justificamos que nos alinhamos à afirmação pela qual, não raras vezes, o discurso político e o discurso religioso postam-se numa mesma vala, indissociáveis em sua materialidade e oratória. Contudo, tal característica não lhes retira a curiosidade de análise pelos olhos da retórica e argumentação, perfazendo, tão somente, uma peculiaridade inerente ao *corpus*, ainda mais quando se propõe a análise de um líder religioso e político de imensa envergadura, história e influência como ocorre com a figura do Papa, já desde sua constituição fundamental na idade média até a concepção moderna do papado, a despeito da imersão no cotidiano das pessoas e suas capacidades de análise, compreensão e informação, amparando opiniões, atos e ações individuais e coletivas.

Antes, contudo, de passarmos à análise pormenorizada do *corpus* no capítulo seguinte, gostaríamos de tecer um breve comentário. No cotidiano, muito se discute a razão de tamanho aceite dos discursos do Papa Francisco em um cenário de uma Igreja católica conservacionista. Afastando-nos um pouco da ciência retórica e amparando nossos comentários no percurso histórico do orador, aparenta-nos que o atual vigário de Cristo demonstra um certo distanciamento do seu antecessor, operando um silenciamento das práticas condenáveis da Igreja no passado, como os notórios processos de aliciamento de menores. Seus discursos mostram uma conveniente intencionalidade transformadora, o que acaba por lhe agregar inúmeros adeptos, mesmo que direcionados à coletividade (voltando à retórica, ao auditório universal), rompendo com o espectro do classicismo da Igreja Católica através de temas inovadores[59] que, até então, não possuíam o devido destaque.

---

[59] À guisa de exemplo, sugerimos as leituras das epígrafes dos Capítulos do presente trabalho, aqui novamente apresentadas sequencialmente:

Epígrafe Capítulo 1 - "Podemos criar um desastre, mas também podemos reconhecê-lo, mudar de vida e reparar o que fizemos. É verdade que na paróquia há pessoas que não só mataram intelectual ou fisicamente, mas também mataram indiretamente devido a um mau uso de capitais".

Epígrafe Capítulo 1 - "A Igreja defende a autonomia das questões humanas. Uma autonomia saudável corresponde a uma laicidade saudável, em que se respeitam as diferentes competências. A Igreja não vai dizer aos médicos como devem realizar uma operação. O que não é bom é o laicismo militante, que toma uma posição antitranscedental ou exige que o religioso não saia da sacristia. A Igreja transforma os valores, e eles que façam o resto".

Epígrafe Capítulo 2 - "O que eu gostaria de acrescentar é que o feminismo, como filosofia única, não faz qualquer favor àquelas que diz representar, porque as põe num plano de luta reivindicativa, e a mulher é muito mais que isso. A campanha das feministas no século XX conseguiu aquilo por que elas ansiavam, e pronto. Mas uma

Tal postura do Papa Francisco, como dantes já mencionado, lhe agrega significância ímpar, sendo um dos motivos que impulsionaram e incentivaram a realização do presente estudo, mesmo num contexto de inúmeras publicações acerca da figura central do Papa, o que, cremos, amparará as conclusões que, ao final, apresentaremos para o leitor acerca da imagem do santo padre para com os seus auditórios e ouvintes, seguidores ou não da doutrina da igreja católica.

---

filosofia feminista constante também não dá a mulher a dignidade que esta merece. Caricaturando, diria que corre o risco de se transformar num machismo com saias".

Epígrafe Capítulo 3 - "Sempre me seduziu a frase de Job que já mencionei: "Os meus ouvidos tinham ouvido falar de Ti, mas, agora, veem-Te os meus próprios olhos". Depois de uma provação, as pessoas veem coisas de outra maneira, evoluem na compreensão".

Epígrafe Capítulo 4 - "Se uma pessoa é gay, busca Deus e tem boa vontade, quem sou eu para julgá-la?"

CAPÍTULO 3
ANÁLISE DO *CORPUS*

"Sempre me seduziu a frase de Job que já mencionei: "Os meus ouvidos tinham ouvido falar de Ti, mas, agora, veem-Te os meus próprios olhos". Depois de uma provação, as pessoas veem coisas de outra maneira, evoluem na compreensão".[60]

Papa Francisco

Apresentamos agora as análises adstritas ao *corpus*, analisando o aspecto retórico dos discursos do Papa Francisco selecionados. Inicialmente, destacaremos algumas das técnicas argumentativas empregadas nos mesmos, consoante o *Tratado da Argumentação* de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

Frise-se, por oportuno, que as transcrições dos discursos analisados se encontram nos Anexos do presente trabalho.

Os discursos, de maneira geral, abordaram temas gerais da religiosidade, política e vivência do orador, não ocorrendo gradação evolutiva de assuntos cotidianos para aqueles mais intrigantes; quer dizer, desde seus inícios já se destacaram assuntos tanto controversos e polêmicos. Podemos destacar alguns temas abordados nos discursos: economia, bem comum, tecnologia, política, ecologia, religiões, mulheres e vítimas de novas formas de escravidão.

De igual forma, apresentaram considerações realistas acerca de temas pontuais do cotidiano, como a violência, crises econômicas, exclusão, liberdade e exploração, relacionando-os com comportamentos da sociedade mundial atual baseados na individualidade, prazer, hedonismo e solidão.

Ao apresentar tais temas, o santo padre mostrou uma linha teórica suportada em sua ideologia religiosa, permeando suas argumentações também com as prerrogativas decorrentes do cargo de chefe político. Numa análise desta dualidade (chefe religioso x chefe político),

[60] BERGOGLIO, J.; SKORKA, A. *Sobre o céu e a terra*. Lisboa; Clube do Autor, 2016 – p. 45.

verifica-se a predominância do viés religioso, até por causa de grande parte de seus posicionamentos fundamentarem-se em textos bíblicos.

Por oportuno, o fato de ser da ordem jesuíta, agrega relevância ao discurso do Papa Francisco, eis que, mesmo sofrendo expostas críticas e resistências por determinadas alas da Igreja de Roma, consubstanciou grande parte dos fiéis.

Sem precipitações, algumas análises de ordem geral podem ser inicialmente expressadas consoante os estudos gerais da retórica e da argumentação.

Antes, porém, no intuito de facilitar as análises expostas, permitimo-nos relembrar a contribuição fundamental perelmaniana para efeitos de estudo retórico e, principalmente, do auditório. Os autores do T.A têm fortíssima conexão com o arcabouço aristotélico, propondo a ruptura da metodologia positivista e retomando alguns conceitos da retórica e da dialética (nos quais não existiria a incontestabilidade das premissas), na vertente de se alcançar o verossímil. Cabe ao orador investigar seu auditório para desenvolver o seu discurso.

A diferença do que se chama auditório particular e auditório universal ganha relevância na teoria de Perelman e Olbrechts-Tyteca. Ora, a heterogeneidade das pessoas que formam um auditório sempre deve ser avaliada, pois, qualquer pessoa pode ter pontos de vista diversificados que lhe caracterizam partícipe de vários grupos/auditórios. O orador, intencionalmente, deve se adaptar a tal condição, ciente de que a noção do auditório universal deriva da aceitabilidade dos valores universais, em decorrência da heterogeneidade do particular, argumentando sempre no limite da adesão absoluta.

> Acreditamos, pois, que os auditórios não são independentes; que são auditórios concretos particulares que podem impor uma concepção do auditório universal que lhes é própria; mas, em contrapartida, é o auditório universal não definido que é invocado para julgar da concepção do auditório universal própria de determinado auditório concreto, para examinar, a um só tempo, o modo como é composto, quais os indivíduos que, conforme o critério adotado, o integram e qual a legitimidade desse critério. Pode-se dizer que os auditórios julgam-se uns aos outros. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 39)

Seguindo a classificação definida por Aristóteles acerca do discurso, com a ressalva de se tratar de uma noção até certo ponto não mais usual *vis-à-vis* a existência de outras espécies de discurso além das três propostas pelo filósofo grego, poderíamos classificar os discursos papais permeando os gêneros deliberativo e o epidíctico, tendo em vista que trazem argumentações pelo exemplo para conjecturar o futuro (característica do discurso deliberativo)

e por utilizar, deveras, ampliações de fatos conhecidos, mostrando seu valor e importância (característica do discurso epidíctico).

No introito do discurso perante o Parlamento Europeu, o Papa aparenta utilizar-se de um *ethos* forjado para o gênero chefe de Estado. Vejamos:

> **Recorte 15 - P.F. (Parlamento Europeu):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vice-Presidentes, Ilustres Eurodeputados, Pessoas que a vários títulos trabalhais neste hemiciclo. Queridos amigos! Agradeço-vos o convite para falar perante esta instituição fundamental da vida da União Europeia e a oportunidade que me proporcionais de me dirigir, por vosso intermédio, a mais de quinhentos milhões de cidadãos por vós representados nos vinte e oito Estados membros.

Contudo, no próprio decorrer do discurso perante o Parlamento Europeu e perante a Assembleia das Nações Unidas, o Papa já se mostra como chefe religioso (até mesmo utilizando a terceira pessoa do singular), o que denota sua postura e correspondente influência argumentativa no discurso. Vide[61]:

> **Recorte 16 - P.F. (Parlamento Europeu):** Hoje, falando-vos a partir da minha **vocação de pastor**...
>
> **Recorte 17 - P.F. (ONU):** Mais uma vez, seguindo uma tradição de que me sinto honrado, o Secretário-Geral das Nações Unidas **convidou o Papa**...
>
> (grifos nossos)

Ainda quanto à estrutura dos discursos proferidos, o Papa apresenta uma linguagem e postura adequadas ao público, fugindo ao enfadonho e prolixo, sendo claro e adaptado ao auditório a que se dirigiu (ainda que no conceito universal). Segue, pois, o apresentado por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.164) quanto à forma do expressar: "se o estilo rápido é favorável ao raciocínio, o estilo lento é criador de emoção: 'pois o amor se forma pelo hábito... Daí advém que os oradores concisos e breves penetram pouco o coração e emocionam menos'".

Como nos lembra Massmann (2017):

> Constituindo, portanto, os "dois lados de uma mesma moeda", orador e auditório interagem e constroem-se, dialeticamente, *na* e *pela* argumentação. Para que essa relação aconteça, é indispensável que ambos estejam de acordo sobre a divergência de opinião a respeito de uma questão determinada e sobre a necessidade de se debater essa questão na busca pelo entendimento através do diálogo. A relação que se estabelece entre orador e auditório não é unilateral; pelo contrário, ela apresenta-se, efetivamente, como uma disputa

[61] Ver análise pontual no Capítulo 4 abaixo.

> de interesses, de influências e de poder que dá origem à argumentação (MASSMANN, 2017, p. 53).

A posição de Francisco como chefe da Igreja de Roma, considerando-se os *corpora* em análise, não lhe favorece em absoluto quanto à circulação de seus discursos, face à inexistência de individualização do auditório[62]. Esse aspecto vincula o que se poderia dizer da "técnica de ruptura" quanto à relação grupo e pessoa (dentro das ligações de coexistência do TA), isto é, o ouvinte não fazer parte do agrupamento original do orador. Por outro lado, se o intuito fosse pela utilização da "técnica de refreamento", o orador deveria buscar a ruptura da relação doutrinária do indivíduo para com o grupo, em consequência de o mesmo não representar, a contento, os ideais sustentados pelo coletivo (relação de ato e essência).

Em muitas oportunidades, a análise dos *corpora* traz a utilização do modelo pelo ser perfeito nos discursos do orador. Contudo, novamente devemos relembrar que suas falas alcançam o auditório universal, de modo que os argumentos apresentados nesses moldes nem sempre alcançam o objetivo idealizado, eis que nem todos do auditório são seguidores da mesma crença religiosa e suas divindades.

Por fim, até por obviedade, ressalta-se a existência de efetiva liderança religiosa no orador. Certamente, tornam-se expoentes aqueles que se diferenciam dos demais pela capacidade de eloquência e persuasão. Eis os líderes que, na capacidade de aglutinar e expor suas convicções, trazem à baila seus seguidores, os quais, envoltos pelo seu discurso, o empregam no cotidiano e vivência.

3.1 Os argumentos do Papa Francisco que fundamentam a estrutura do real

Por considerarmos oportuno, relembramos a diferença trazida por Meyer (2007) entre a retórica e a argumentação, a fim de consolidarmos as técnicas perelmanianas. Vejamos:

> A grande diferença entre a retórica e argumentação deve-se ao fato de que a primeira aborda a pergunta pelo viés da resposta, apresentando-a como desaparecida, portanto resolvida, ao passo que a argumentação parte da própria pergunta, que ela explicita para chegar ao que resolve a diferença, o diferencial, entre os indivíduos. (MEYER, 2007, p. 27-28)

[62] Haveria seu credenciamento, com pleno prestígio, para com um auditório integralmente católico (logicamente na posição do auditório particular e não universal).

Quer dizer, no processo retoricista, partimos sempre da pergunta ou da resposta. Muito embora não haja um consenso quanto à questão, filiamo-nos aos autores que destacam que a retórica manipula ao abordar a pergunta pelo meio da resposta ofertada, isto é, relega a segundo plano qualquer ato argumentativo, cativando o auditório com estilo prosódico calcado no bem falar e "ocultando" a pergunta original. Já a argumentação, por sua vez, procede da pergunta, exaltando-a no intuito de chegar a sua resolução através da apresentação de fatos e atos.

Relembrando Mosca (2004, p. 42): "só há lugar para argumentação onde houver liberdade. É quando se considera o outro apto a compreender e reagir".

Na investigação dos argumentos perelmanianos presentes nos discursos do Papa, num primeiro momento, entendemos pela utilização dos argumentos que fundamentam a estrutura do real, quer dizer, que criam a realidade em si. Com efeito, buscamos distinguir as opiniões do orador quanto à realidade, caracterizando-as, depois, como fatos, verdades ou presunções.

Não obstante, o discurso também pratica os argumentos fundados na estrutura do real, na medida em que buscam a explicação da realidade, bem como por dissociação de noções e aqueles quase-lógicos. O orador apresenta, não raras vezes, formas indutivas materializadas em exemplos para concretizar suas afirmações e aquelas chamadas de dedutivas, calcadas na apresentação de argumentos com conclusões direcionadas.

Os argumentos que fundamentam a estrutura do real explicitam a verdade do orador a partir da exposição de fatos. Logicamente consideramos Reboul (2000) na afirmação de que a argumentação apresenta maior força na sobreposição de todos os seus elementos; contudo, nos filiamos a Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), para o isolamento individualizado das estruturas dos argumentos para efeitos de análise.

Na vinculação existente com os casos particulares, apresentaremos os mesmos nas figuras do exemplo, ilustração e modelo contidas nos *corpora*.

Vale dizer que a análise realizada também pressupõe a sobreposição dos argumentos, pois, com efeito, o sentido e o alcance de um argumento isolado não podem ser compreendidos fora do contexto, integrantes que são de um mesmo discurso, constituindo uma única argumentação em conjunto.

Em determinada passagem de seu discurso perante o Parlamento Europeu, Francisco expõe sua opinião quanto "à formação do jovem europeu":

> **Recorte 18 - P.F. (Parlamento Europeu):** Ao lado da família, temos as instituições educativas: escolas e universidades. A educação não se pode limitar a fornecer um conjunto de conhecimentos técnicos, mas deve favorecer

> o processo mais complexo do crescimento da pessoa humana na sua totalidade. Os jovens de hoje pedem para ter uma formação adequada e completa, a fim de olharem o futuro com esperança e não com desilusão. Aliás são numerosas as potencialidades criativas da Europa em vários campos da pesquisa científica, alguns dos quais ainda não totalmente explorados. Basta pensar, por exemplo, nas fontes alternativas de energia, cujo desenvolvimento muito beneficiaria a defesa do meio ambiente.

Para referendar a necessidade de uma educação mais adequada para os jovens, ou seja, uma educação que lhes possibilite seu real crescimento, o Papa traz o exemplo de potencialidades da Europa quanto a *fontes alternativas de energia*, preparando uma argumentação reflexiva. O exemplo vai do fato à regra. Destacar que a Europa deve buscar novos campos de conhecimento educativo – como as fontes de energia renováveis - é um caso particular que busca fundamentar uma regra. É o raciocínio indutivo aristotélico. O orador busca demonstrar que existem inúmeras formas de se melhorar a educação das pessoas, havendo grandes campos científicos a se explorar, implicando certo desacordo acerca da regra particular a qual o exemplo é chamado a fundamentar (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 399).

Ao apresentar o argumento pelo exemplo, isto é, reforçar o fato a fim de que se torne a regra (ou em outras palavras, que a educação pode ser melhorada alcançando novas fronteiras científicas), o Papa leva o ouvinte (auditório) a refletir acerca da importância da formação do jovem. A adesão a sua tese fica ainda mais fortificada quando destaca que tal desenvolvimento educativo beneficiaria a "defesa do meio ambiente", ou seja, um dos desejos maiores da população.

Também pode ser destacado o lugar da quantidade como estratégia retórica. Na busca do acordo prévio o orador destaca "*numerosas as potencialidades criativas da Europa*". Como lugar do preferível, a quantidade expressada ressalta as oportunidades e relevância do continente Europeu, buscando um impacto pelo consenso geral do valor e representatividade das mesmas.

Em recorte de seu discurso à ONU, Francisco também trata da questão da educação, fazendo uma referência explícita ao direito das meninas (mulheres):

> **<u>Recorte 19</u> - P.F. (ONU):** O desenvolvimento humano integral e o pleno exercício da dignidade humana não podem ser impostos; devem ser construídos e realizados por cada um, por cada família, em comunhão com os outros seres humanos e num relacionamento correto com todos os ambientes onde se desenvolve a sociabilidade humana – amigos, comunidades, aldeias e vilas, escolas, empresas e sindicatos, províncias, países, etc. Isto supõe e exige o direito à educação – mesmo para as meninas (excluídas em alguns lugares) –, que é assegurado antes de mais nada respeitando e reforçando o direito

> primário das famílias a educar e o direito das Igrejas e de agregações sociais a apoiar e colaborar com as famílias na educação das suas filhas e dos seus filhos.

Ao falar do desenvolvimento humano, o Papa utiliza ênfase para que o mesmo seja extensivo às meninas. Caso não apresentasse a devida justificativa das mesmas serem excluídas em alguns lugares, Francisco poderia ser taxado como discriminador do sexo feminino, trazendo-lhe a rotulagem de machista. Caso assim houvesse sido, a argumentação pelo exemplo utilizada ficaria sob a égide da influência das noções de sentido, o que, fatalmente, geraria oposição e enfraquecimento de adesão à tese proposta.

> A rejeição do exemplo, seja porque contrário à verdade histórica, seja porque é possível opor razões convincentes à generalização proposta, enfraquecerá consideravelmente a adesão à tese que se queria promover. Isso porque a escolha de um exemplo, enquanto elemento de prova, compromete o orador, como uma espécie de confissão (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 402-403)

Não obstante, e sem qualquer pausa, o discurso já aponta a devida justificativa para o destaque da educação ser racionalmente direcionada às mulheres, em vista da existência de lugares onde as mesmas são impedidas para tanto, não permitindo argumentação negativa contrária, o que geraria efeito adverso para o auditório perspicaz que, em seu processo de convencimento, aceita o caso particular para fundamentar a regra quanto ao direito universal de educação para todos os homens e mulheres. Assim, a nosso ver, o discurso do Papa não padeceria de perspectiva machista em tal recorte.

Em seu processo argumentativo, Francisco também se utiliza da ilustração na busca da adesão as suas teses. Ora, convém ressaltar que a argumentação pela ilustração busca acima de tudo impressionar, conferir presença, mesmo que em determinadas situações não seja indiscutível.

Para responder acerca de como fazer para a Europa continuar com sua unidade no futuro, o orador utiliza-se de uma ilustração renascentista:

> **<u>Recorte 20</u> - P.F. (Parlamento Europeu):** Mas, então, como fazer para se devolver esperança ao futuro, de modo que, a partir das jovens gerações, se reencontre a confiança para perseguir o grande ideal de uma Europa unida e em paz, criativa e empreendedora, respeitadora dos direitos e consciente dos próprios deveres?
>
> Para responder a esta pergunta, permiti-me lançar mão de uma imagem. Um dos mais famosos afrescos de Rafael que se encontram no Vaticano representa a chamada Escola de Atenas. No centro, estão Platão e Aristóteles. O primeiro com o dedo apontando para o alto, para o mundo das ideias, poderíamos dizer

> para o céu; o segundo estende a mão para a frente, para o espectador, para a terra, a realidade concreta. Parece-me uma imagem que descreve bem a Europa e a sua história, feita de encontro permanente entre céu e terra, onde o céu indica a abertura ao transcendente.

A ilustração, como outrora mencionado, muitas vezes, materializa uma imagem para o auditório, facilitando a percepção e recepção do argumento. Francisco, ao justificar a grandeza e dinamismo da Europa, ilustra seu processo argumentativo com um afresco de Rafael (Escola de Atenas). Sua ilustração funda a essência das ideias e sua aplicabilidade real no continente. Num caráter pedagógico, ilustra seu argumento favorável à dignidade da pessoa humana em detrimento da cultura do descarte.

Ora, logicamente o caráter de tal argumento é ilustrativo, uma vez que pode ser contestável. O orador vale-se da repercussão afetiva de tal ilustração para facilitar a compreensão de sua tese. Busca o choque do auditório.

Relembrando Perelman e Olbrechts-Tyteca:

> Sendo o papel da ilustração diferente daquele do exemplo, sua escolha estará sujeita a outros critérios. Enquanto o exemplo deve ser incontestável, a ilustração, da qual não depende a adesão à regra, pode ser duvidosa, mas deve impressionar vivamente a imaginação para impor-se a atenção. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 407)

Em outra oportunidade, o discurso perante o Parlamento Europeu também apresenta uma ilustração argumentativa acerca da cultura do descarte. Vejamos:

> **Recorte 21 - P.F. (Parlamento Europeu):** O ser humano corre o risco de ser reduzido a mera engrenagem dum mecanismo que o trata como se fosse um bem de consumo a ser utilizado, de modo que a vida – como vemos, infelizmente, com muita frequência –, quando deixa de ser funcional para esse mecanismo, é descartada sem muitas delongas, como no caso dos doentes terminais, dos idosos abandonados e sem cuidados, ou das crianças mortas antes de nascer.

Num comparativo, o Papa argumenta pela preponderância das questões econômicas em detrimento de uma autêntica orientação antropológica (humana). Assim detalha que o ser humano pode ser descartado em uma sociedade consumista como mera engrenagem, como o que já ocorre com "doentes terminais" e "crianças mortas antes de nascer". O caráter argumentativo da ilustração, desta feita, não alcança pleno êxito diante de sua incompreensão por grande parte do auditório que, mormente, pode ser favorável à eutanásia e ao aborto. A descrição do descarte do ser humano não encontra suporte argumentativo convincente, o que denota a utilização de ilustração(ões) inadequada(s). E não se pretenda argumentar que as

mencionadas ilustrações teriam um caráter de ironia, o que lhe respaldaria a característica de uma surpresa; por certo, seu discurso não aparenta trazer qualquer qualificação voluntariamente inadequada quanto à descrição geral dos seres humanos em detrimento àquela religiosa quanto aos idosos e nascituros.

O orador também nos apresenta a argumentação pelo modelo ao falar acerca dos direitos humanos (Parlamento Europeu) e de Dag Hammarskjöld (ONU), como abaixo:

> **Recorte 22 - P.F. (Parlamento Europeu):** Esta tomada de consciência cultural tem o seu fundamento não só nos acontecimentos da história, mas sobretudo no pensamento europeu, caracterizado por um rico encontro cujas numerosas e distantes fontes provêm da Grécia e de Roma, de substratos celtas, germânicos e eslavos, e do cristianismo que os plasmou profundamente, dando origem precisamente ao conceito de pessoa.
>
> **Recorte 23 - P.F. (ONU):** Por isso, presto homenagem a todos os homens e mulheres que serviram, com lealdade e sacrifício, a humanidade inteira nestes setenta anos. Em particular, desejo hoje recordar aqueles que deram a sua vida pela paz e a reconciliação dos povos, desde Dag Hammarskjöld até aos inúmeros funcionários, de qualquer grau, caídos nas missões humanitárias de paz e reconciliação.

O argumento pelo modelo pressupõe algo digno de imitação. O santo padre destaca as culturas antigas da Grécia, Roma, Celta, Germânica e Eslava como berços da civilização ocidental e direitos humanos, bem como do estadista sueco Dag Hammarskjöld (Prêmio Nobel da Paz em 1961 em razão das suas grandes contribuições para a diplomacia mundial) para homenagear aqueles que trabalharam para a humanidade nos 70 anos da Nações Unidas. Como o argumento do modelo deve respaldar o prestígio da pessoa (na situação aqui específica de culturas como um todo), entendemos pela boa escolha dos casos particulares apresentados; logicamente outros não citados (culturas e personalidades) têm seu peso e relevância, contudo o combate à argumentação pelo modelo deve considerar a imprestabilidade do mesmo, o que encontraria dificuldades para com aqueles citados.

Tal qual a argumentação pelo modelo, também visualizamos o argumento pelo antimodelo utilizado pelo Papa em seu discurso à ONU, quando faz considerações acerca de conflitos da atualidade:

> **Recorte 24 - P.F. (ONU):** Estas realidades devem constituir um sério apelo a um exame de consciência por parte daqueles que têm a responsabilidade pela condução dos assuntos internacionais. Não só nos casos de perseguição religiosa ou cultural, mas em toda a situação de conflito, como na Ucrânia, Síria, Iraque, Líbia, Sudão do Sul e na região dos Grandes Lagos, antes dos interesses de parte, mesmo legítimos, existem rostos concretos.

Ao argumentar que os conflitos existentes na Ucrânia, Síria, Iraque, Líbia, Sudão do Sul e na região dos Grandes Lagos possuem interessados não legitimados, destaca àqueles que possuem responsabilidade nos assuntos internacionais, não se tratar de realidades passíveis de serem seguidas, quer dizer, um antimodelo. Tenta convencer o auditório – com boa acolhida dos Chefes de Estado presentes na ONU na oportunidade - a não lhes imitar, sob a justificativa que existem nações/dirigentes por trás dos grupos que lá estão (e que se justificam como parte do conflito e interessados na causa). Fato é que a utilização de tal argumento traz dúvida quanto a sua eficácia, pois, ao justificar a existência de algo a não ser seguido, não o escancara, isto é, apenas o vincula indiretamente em seu discurso (afinal, porque não dá "nome aos bois"?), de modo que não se consegue comprovar a cativação emocional dos ouvintes face à eleição aparentemente equivocada do antimodelo.

Considerando a argumentação com a utilização do modelo, surge a figura do modelo perfeito, do ser divino, até por causa de sua posição como líder religioso. Francisco utiliza tal técnica no bojo de várias partes de seu discurso, recorrendo a citações da figura divina de Deus para moldar um argumento à conclusão que busca. O orador formula propostas do ser perfeito (modelo divino) como limite e guia para as ações da Europa e da ONU. Considerando que a imagem, postura e dogmas de uma divindade têm sua hermenêutica advinda de juízos de valor individuais, as argumentações do Papa com tal natureza são passíveis de argumentação contrária (contra-argumentação) quanto à afirmação pretendida e vinculada ao ser perfeito indicado.

Logicamente os argumentos repousam em águas mansas quando direcionados ao auditório religioso católico e seu séquito de fiéis, o qual respeita sua hierarquia de valores, admitindo serem as palavras do Divino sua guia mestra. Tal fato reforça a percepção de que, por se tratarem de discursos a auditórios físicos delimitados, suas palavras podem vir a alcançar outros auditórios espectadores [63], os quais podem ou não comungar dos argumentos apresentados, face a linha de crença distinta.

Aproveitando a linha rebouliana quanto à existência do argumento do sacrifício a fundamentar o real, o Papa também apresenta tal argumento em palavras improvisadas por ocasião de sua visita ao Brasil em 2013, quando da missa na Basílica do Santuário de Nossa Senhora Aparecida (visita oficial para a XXVIII Jornada Mundial da Juventude) [64] [65]:

---

[63] Imaginando aqui o conceito de auditório universal, conforme exposto na nota de rodapé 22.

[64] Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/july/documents/papa-francesco_20130724_gmg-balcone-aparecida.html>

[65] Também verificado em seu discurso perante a ONU, como segue:

> **<u>Recorte 25</u> - P.F. (Aparecida):** Irmãos e irmãs… Irmãos e irmãs, eu não falo brasileiro. Perdoem-me! Vou falar em espanhol. Desculpem! Muito obrigado! Obrigado por estarem aqui. De coração, muito obrigado. E, com todo o meu coração, peço à Virgem Nossa Senhora Aparecida que lhes abençoe, abençoe suas famílias, abençoe seus filhos, abençoe seus pais, abençoe a Pátria inteira. Vejamos – agora vou certificar-me – se me entendem. Faço-lhes uma pergunta: Uma mãe se esquece de seus filhos? [Não…] Ela não se esquece de nós, Ela nos ama e cuida de nós. Agora vamos lhe pedir a Bênção. A Bênção de Deus Todo-Poderoso Pai, Filho e Espírito Santo desça sobre vocês e permaneça para sempre. Quero pedir-lhes um favor, **com jeitinho…** Rezem por mim; rezem por mim, preciso! Que Deus lhes abençoe. Que Nossa Senhora Aparecida lhes proteja. Adeus até quando eu voltar, em 2017!
>
> (grifos nossos)

Aqui o orador evoca para si o argumento de piedade. Busca a aprovação do auditório na medida que se coloca como não falante do português (brasileiro). Nota-se o argumento do sacrifício pela comparação. Atesta-se o valor de sua posição pelo sacrifício que está sendo feito por ele por não falar o vernáculo de Camões. Contudo, o fato da inexistência de proficiência em nossa língua não ampara a valoração do ato do orador quanto a sua posição de Papa, o que lhe retira a eficácia; com efeito, ao generalizar sua "incapacidade" (justificando a utilização do espanhol), acaba até por trazer uma comicidade ao argumento utilizado por Francisco, mostrando-se ineficaz como argumento de sacrifício.

Porém, no mesmo recorte, Francisco solicita à população que, "com jeitinho" rezem por ele. Ao expor um hábito cultural do brasileiro, o Papa amealha para si a condição própria do brasileiro nato, aquele que precisa de um "jeitinho" para fazer as coisas em virtude de não possuir condições para tanto, de ser um perseguido, de vir de um lugar longínquo..., ou seja, o não menos famoso jeitinho brasileiro, em sua projeção de identidade nacional (e individual), calcada em hábito, comportamento e natureza[66].

<u>Recorte 26</u> - P.F. (ONU) O caráter dramático de toda esta situação de exclusão e desigualdade, com as suas consequências claras, leva-me, juntamente com todo o povo cristão e muitos outros, a tomar consciência também da minha grave responsabilidade a este respeito.

[66] Existe um imaginário, bastante difundido no exterior, de que o povo brasileiro sempre possui "um jeitinho" para a solução de sua realidade cotidiana. Contudo, reduzir o sentido de ser ou agir como brasileiro a tal aspecto apresenta-se como uma luta inglória, na medida em que seu "real sentido" (na doce ilusão de se ter ou achar um único sentido!) está atravessado pela história e pela opacidade da língua, o que é destacado nas análises amparadas pela Análise de Discurso. Citando Orlandi:

"Para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante. Daí resulta que a interpretação é necessariamente regulada em suas possibilidades, em suas condições. Ela não é mero gesto de decodificação, de apreensão de sentido. A interpretação não é livre de determinações: não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social" (ORLANDI, 2012, p.47).

Ao pedir "com jeitinho...", Francisco projeta e fundamenta uma realidade de necessitado, de sacrifício... de um brasileiro, o que faz com que seu argumento alcance uma plenitude de recepção por parte do auditório na oportunidade. Com efeito, tal colocação o coloca perante seus ouvintes como uma pessoa que passa por sofrimentos em consequência de seu discurso religioso e posição, denotando claros auspícios de liderança para o público ouvinte.

Porém, não podemos deixar de ressaltar a dicotomia exposta por Rui Grácio (2009) quanto à visão descritiva e à visão normativa da retórica. A primeira tem seu foco na compreensão da força dos argumentos, ao passo que a segunda busca a análise da validade dos argumentos. Inquestionavelmente, será sempre o auditório que define, ao final, a qualidade de uma argumentação, mediante a forma pela qual confere atenção e interesse à perspectiva do orador, vindo ou não a ser persuadido.

> Grácio delineia os principais enfoques encontrados no estudo da argumentação [...] podendo-se inclinar para uma visão descritiva ou normativa, caso se volte para o estudo das estratégias, dos mecanismos e dos critérios, responsáveis pela eficiência do discurso ou, então, se centralize na avaliação dos argumentos, segundo um pensamento crítico. Este tipo de análise se preocupa também em compreender a força dos argumentos sobre o outro da interlocução e é essencialmente descritiva.
> A visão normativa volta-se para a validade e aceitabilidade dos argumentos e dos raciocínios, isto é, sobre os modos de argumentar, estabelecendo regras universais e ideais para as práticas argumentativas concretas. (MOSCA, 2014, p. 177)

Esse raciocínio quanto às visões da retórica trazida por Grácio ampara a aceitação ou não do discurso de Francisco pelo auditório. Dependendo da linha apreciativa (normativa ou descritiva) que se siga, seus argumentos podem vir ou não a serem aceitos, o que, certamente, não descredencia qualquer análise aqui demonstrada, haja vista a inocorrência de qualquer juízo de valor analítico – ou até mesmo religioso - fora da técnica retórica linguística.

Continuando, ainda na análise dos argumentos utilizados pelo orador para fundamentar o real, verificamos a utilização da técnica da analogia. Eis alguns recortes:

> **Recorte 27 - P.F. (Parlamento Europeu):** De vários lados se colhe uma impressão geral de cansaço e envelhecimento, de uma Europa avó que já não é fecunda nem vivaz.
>
> **Recorte 28 - P.F. (ONU):** (...) existem mulheres e homens concretos, iguais aos governantes, que vivem, lutam e sofrem e que muitas vezes se veem obrigados a viver miseravelmente, privados de qualquer direito.
>
> **Recorte 29 - P.F. (ONU):** (...) corre o risco de se tornar uma miragem inatingível ou, pior ainda, palavras vazias que servem como desculpa para qualquer abuso e corrupção ou para promover uma colonização ideológica

através da imposição de modelos e estilos de vida anormais, alheios à identidade dos povos e, em última análise, irresponsáveis.

Recorte 30 - P.F. (ONU): Quando, pelo contrário, se confunde a norma com um simples instrumento que se usa quando resulta favorável e se contorna quando não o é, abre-se uma verdadeira caixa de Pandora com forças incontroláveis, que prejudicam seriamente as populações inermes, o ambiente cultural e também o ambiente biológico.

Relembrando os comentários já dantes trazidos, a utilização das analogias busca comparações entre domínios conceituais não familiares para um familiar, isto é, um desconhecido para um conhecido, buscando facilitar a compreensão do discurso.

Analisando as analogias utilizadas pelo Papa Francisco, supramencionadas, parece-nos que o orador consegue, para o auditório, uma elucidação prática do tema (o que se busca esclarecer), tendo em vista que o foro (o que se utiliza para o esclarecimento) foi suportado em algo factível e verificável. Sua argumentação nessa situação aparenta-se eficaz, eis que alcança a boa técnica argumentativa amparada em realidades concretas e perceptíveis, colhendo a prova de semelhança das relações, ainda que de natureza heterogênea.

Já no que tange às metáforas, conceituadas por Houaiss (2001) como a designação de um objeto ou qualidade mediante uma palavra que designa outro objeto ou qualidade que tem com o primeiro uma relação de semelhança, são, de igual maneira, também exploradas pelo orador. Por oportuno, relembramos o entendimento exposto no T.A, quanto a ser a metáfora uma analogia condensada, obtida pela fusão entre o alvo e o análogo, com a característica de ser mais sintética e implícita que a analogia propriamente dita (esta última seria mais complexa e elaborada).

Nesse enleio, destacamos algumas metáforas utilizadas pelo orador, em seu mérito característico de analogias condensadas (que acabam omitindo alguns elementos do tema e do foro), em parte de algumas de suas respostas:

Recorte 31 - P.F. (Parlamento Europeu): Europa um pouco envelhecida e empachada.

Recorte 32 - P.F. (Parlamento Europeu): (...) quase como uma mónada (μονάς)[67].

Recorte 33 - P.F. (Parlamento Europeu): (...) aquela bússola inscrita nos nossos corações.

Recorte 34 - P.F. (Parlamento Europeu): Uma das doenças que, hoje, vejo mais difusa na Europa é a solidão.

[67] Conceito filosófico que significa substância.

Recorte 35 - P.F. (Parlamento Europeu): (...) bárbaras violências.

Recorte 36 - P.F. (Parlamento Europeu): (...) silêncio vergonhoso e cúmplice.

Recorte 37 - P.F. (Parlamento Europeu): (...) diluir a realidade.

Recorte 38 - P.F. (Parlamento Europeu): (...) purismos angélicos.

Recorte 39 - P.F. (Parlamento Europeu): (...) totalitarismos do relativo.

Recorte 40 - P.F. (Parlamento Europeu): (...) intelectualismos sem sabedoria.

Recorte 41 - P.F. (ONU): O mundo pede vivamente.

Recorte 42 - P.F. (ONU): (...) a cultura do descarte.

Recorte 43 - P.F. (ONU): Ele é espírito e vontade, mas é também natureza.

Recorte 44 - P.F. (ONU): A casa comum de todos os homens.

Recorte 45 - P.F. (ONU): (...) o edifício da civilização moderna

O emprego metafórico do orador aglutina relações heterogêneas com poder convincente, sem especificação de um eixo temático principal. Ele ressalta "semelhanças mascarando diferenças" (REBOUL, 2000, p. 188). Traduz para o auditório seu argumento através da apresentação figurada (bússola, envelhecida, edifício etc.) trazendo persuasão na realidade de seu discurso.

A se respeitar as críticas usuais quanto ao uso exacerbado da linguagem metafórica/analógica, a qual obstaculizaria os conhecimentos objetivos em razão da apresentação de subjetividades calcadas em conceitos breves, não nos parece ser este o intuito do Papa Francisco, pois utiliza-se das figuras de linguagem para o convencimento de um auditório heterogêneo, composto por fiéis de inúmeras escolaridades, de forma que as metáforas utilizadas se mostram de fácil compreensão, favorecendo a recepção e argumentação das respostas do líder católico para com o auditório.

3.2 Os argumentos por dissociação de noções do Papa Francisco

No curso de seu discurso perante a ONU e o Parlamento Europeu, o Papa apresenta o termo "cultura do descarte". Vejamos:

> **Recorte 46 - P.F. (ONU):** O abuso e a destruição do meio ambiente aparecem associados, simultaneamente, com um processo ininterrupto de exclusão. Na verdade, uma ambição egoísta e ilimitada de poder e bem-estar material leva tanto a abusar dos meios materiais disponíveis como a excluir os fracos e os menos hábeis, seja pelo fato de terem habilidades diferentes (deficientes), seja porque lhes faltam conhecimentos e instrumentos técnicos adequados ou possuem uma capacidade insuficiente de decisão política. A exclusão econômica e social é uma negação total da fraternidade humana e um atentado gravíssimo aos direitos humanos e ao ambiente. Os mais pobres são aqueles que mais sofrem esses ataques por um triplo e grave motivo: são descartados pela sociedade, ao mesmo tempo são obrigados a viver de desperdícios, e devem sofrer injustamente as consequências do abuso do ambiente. Estes fenômenos constituem, hoje, a «cultura do descarte» tão difundida e inconscientemente consolidada.
>
> **Recorte 47 - P.F. (Parlamento Europeu):** É o grande equívoco que se verifica «quando prevalece a absolutização da técnica» acabando por gerar «uma confusão entre fins e meios», que é o resultado inevitável da «cultura do descarte» e do «consumismo exacerbado». Pelo contrário, afirmar a dignidade da pessoa significa reconhecer a preciosidade da vida humana, que nos é dada gratuitamente não podendo, por conseguinte, ser objeto de troca ou de comércio. Na vossa vocação de parlamentares, sois chamados também a uma grande missão, ainda que possa parecer não lucrativa: cuidar da fragilidade dos povos e das pessoas. Cuidar da fragilidade quer dizer força e ternura, luta e fecundidade no meio dum modelo funcionalista e individualista que conduz inexoravelmente à «cultura do descarte». Cuidar da fragilidade das pessoas e dos povos significa guardar a memória e a esperança; significa assumir o presente na sua situação mais marginal e angustiante e ser capaz de ungi-lo de dignidade.

Tal colocação remete-nos à argumentação por dissociação de noções, que, a despeito de uma realidade concreta, teria a natureza de deturpá-la. Nota-se o teor distorcido empregado ao termo, na medida em que o orador busca inflamar uma realidade ruim e dispensável (descarte) a outra (cultura), o que remonta até mesmo a uma tentativa de criação de realidade[68].

O termo alcança deste modo um teor dissociativo de noção, apresentando incompatibilidade entre a *aparência e a realidade*. Perelman e Olbrechts-Tyteca classificam esse tipo de argumento como aquele em que "são indevidamente associados elementos que deveriam ficar separados e independentes" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 467-468). Este remove a incompatibilidade dos termos, fundando-os em uma mesma concepção.

---

[68] O que poderia caracterizar um argumento fundamentando a estrutura do real na tentativa de demonstrar nexos antes não vistos ou nunca suspeitados pelo auditório.

Nessa situação própria de utilização da expressão *cultura do descarte*, a despeito de seu não aceite como aparência (a palavra descarte remete à ausência de utilidade e falta de importância), a realidade opera uma construção e valorização de um cenário privilegiado. O Papa consegue fundamentar tal dissociação argumentativa, pois a realidade demonstrada quanto às exclusões da sociedade daqueles não afortunados, foge ao cotidiano próprio de uma sociedade evoluída e, por que não dizer, baseada no bem comum. O argumento, assim, encontra eco de aceitação no auditório universal.

Já quando destaca ao final do recorte supramencionado que "*Cuidar da fragilidade das pessoas e dos povos significa guardar a memória e a esperança*" também demonstra uma dissociação de noções pelo par meio/fim. Partindo do pressuposto que o emprego argumentativo dos pares filosóficos procura aproveitar-se das dissociações, o Papa Francisco apresenta um argumento vinculando o presente e o futuro, alçando o tempo que advirá nos auspícios de nossa realidade, isto é, lança e condiciona o tempo futuro nos atos presentes para fins de provocar o respeito à memória (que já permearia o tempo passado) e as novas oportunidades para a sociedade.

Tais recortes destacam a colocação de argumentos até certo ponto espontâneos, sem perder o discurso/objeto principal como pano de fundo, aumentando a persuasão do auditório em tais situações.

3.3 Os argumentos do Papa Francisco fundados na estrutura do real

Passando à análise dos argumentos fundados na estrutura do real, em atenção às ligações de sucessão (fenômeno e consequência), ao apresentar provas indutivas, o orador busca comprovar seus argumentos pela causa como, por exemplo, ao justificar sua afirmação da necessária primazia da dignidade do homem após a Segunda Guerra Mundial:

> **Recorte 48 - P.F. (Parlamento Europeu):** «Dignidade» é a palavra-chave que caracterizou a recuperação após a Segunda Guerra Mundial. A nossa história recente caracteriza-se pela inegável centralidade da promoção da dignidade humana contra as múltiplas violências e discriminações que não faltaram, ao longo dos séculos, nem mesmo na Europa. A percepção da importância dos direitos humanos nasce precisamente como resultado de um longo caminho, feito também de muitos sofrimentos e sacrifícios, que contribuiu para formar a consciência da preciosidade, unicidade e irrepetibilidade de cada pessoa humana.

Tal recorte demonstra o que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) afirmam quanto ao vínculo causal gerar a análise das argumentações partindo de um acontecimento que, ao final, aumenta ou reduz a credibilidade do fato que o explicaria.

Vale dizer que o acontecimento/fato para ser considerado válido há que ter suas consequências analisadas e provadas, o que, por certo, se sustenta perante a argumentação trazida pelo orador.

Destacamos também o recorte já supramencionado quando da análise da argumentação pelo modelo (argumentos que fundamentam a estrutura do real), no qual o orador, em seu discurso perante a ONU, faz referência a Dag Hammarskjöld, apresentando-os no contexto do *argumento de autoridade*. Ora, tal argumento procura justificar uma afirmação pelo valor de seu autor, uma autoridade proveniente da moralidade expressada no cotidiano (ex. se foi ele que disse posso acreditar). Nesse aspecto, até em razão do discurso ter sido proferido em um ambiente de diplomacia máxima mundial, indistintamente à percepção própria de cada Chefe de Estado e diplomatas presentes na ocasião, o argumento mostra-se vencedor, uma vez que, na oportunidade do discurso (palavras de um Chefe da Igreja Católica como Chefe de Estado do Vaticano junto à Organização das Nações Unidas), o diplomata sueco caracteriza-se como uma autoridade quase que indiscutível na matéria.

Quando o Papa destaca em seu discurso perante o Parlamento Europeu que todos possuem direitos humanos inalienáveis e livre arbítrio, apresenta um viés contraditório em decorrência dos fatores mencionados como econômicos. Veja-se:

> **Recorte 49 - P.F. (ONU):** É preciso, porém, ter cuidado para não cair em alguns equívocos que podem surgir de um errado conceito de direitos humanos e de um abuso paradoxal dos mesmos. De facto, há hoje a tendência para uma reivindicação crescente de direitos individuais, que esconde uma concepção de pessoa humana separada de todo o contexto social e antropológico, quase como uma «mónada» (μονάς) cada vez mais insensível às outras «mónadas» ao seu redor. Ao conceito de direito já não se associa o conceito igualmente essencial e complementar de dever, acabando por afirmar-se os direitos do indivíduo sem ter em conta que cada ser humano está unido a um contexto social, onde os seus direitos e deveres estão ligados aos dos outros e ao bem comum da própria sociedade.

Sem maiores dificuldades encontramos a utilização da metáfora (vide acima), na esteira da técnica da analogia (analogia condensada para o T.A), quando de menção à palavra *mónada*. Mas nos interessa a utilização do *argumento pragmático* na tentativa de estabelecer um nexo de confiança. Ao tentar justificar a prevalência dos direitos humanos, Francisco argumenta na direção da própria gênese do direito, com o fito de apreciar o fato (liberdade plena de todo

homem) pelas consequências lógicas da própria existência do direito como fator social. A existência dos direitos individuais somente exterioriza-se em um ambiente de sociedade, isto é, apenas quando vinculados a outros direitos individuais num plano coletivo. Não obstante, a consequência de tal argumento mostra-se desfavorável, ante ser amparado num conceito sociológico moderno do direito consoante Weber e Durkheim, o que não encontra amparo em outras correntes filosóficas explicativas do nascimento e conceito do Direito em si, as quais baseiam-se, por exemplo, nas diretrizes da divindade, historicidade, prevalência do Estado etc. sem vincular qualquer papel relevante à existência necessária de uma sociedade para a predominância dos direitos individuais e coletivos. Nesta situação, o argumento pragmático utilizado acaba por enfraquecer a argumentação pretendida.

Não estamos aqui a negar a validade do conceito sociológico do direito que, como dito, é o mais aceito na atualidade frente à mencionada ciência provir e, ao mesmo tempo, alterar o conjunto de regras de determinado grupo de pessoas. O que ressaltamos, repita-se, é o enfraquecimento do argumento de prevalência da coletividade em função da individualidade no contexto cotidiano da sociedade, a qual ampara sua sustentação, ao menos em terras nacionais, em práticas capitalistas (e não socialistas – consoante a escola clássica de Marx). Se o orador busca a adesão a sua tese, deve buscar um argumento pragmático que fundamente uma confiança quase absoluta com o auditório.

Em outra oportunidade, o orador justifica sua posição contrária à guerra. Vejamos:

> **Recorte 50 - P.F. (ONU):** A guerra é a negação de todos os direitos e uma agressão dramática ao meio ambiente. Se se quiser um desenvolvimento humano integral autêntico para todos, é preciso continuar incansavelmente no esforço de evitar a guerra entre as nações e entre os povos.

Eis o *argumento de direção* utilizado. O aparecimento do conflito armado desencadearia um fim não almejado para o desenvolvimento humano e dos povos. Seria a reação em cadeia.

A utilização do argumento de direção por Francisco nesta oportunidade apresenta-se como adequada. Consubstanciando ainda mais sua argumentação com um fato de domínio público, notadamente suas atrocidades, o orador justifica de maneira adequada sua posição, levando o auditório à crença em seu processo argumentativo.

Na sua fala perante o Parlamento Europeu, o orador apresenta seus argumentos quanto à característica do Continente no que tange à promoção dos direitos humanos, mesmo em suas relações diplomáticas com outros países que não participantes da comunidade europeia:

> **Recorte 51 - P.F. (Parlamento Europeu):** Hoje, a promoção dos direitos humanos ocupa um papel central no empenho da União Europeia que visa

> promover a dignidade da pessoa, tanto no âmbito interno como nas relações com os outros países.

Ocorre a tentativa da utilização do *argumento da superação*, isto é, a insatisfação inerente ao valor destacado. Como ideal inacessível, o obstáculo (prevalência dos direitos humanos por todos os países) transforma-se numa conquista superior para aqueles que já o conseguiram ou se manifestam em sentido favorável, em detrimento aos demais. Para estes, que lutem para conseguir a aceitabilidade e prevalência dos direitos humanos tal qual como o fez os países europeus.

A argumentação se sustenta nessa hipótese. A despeito do necessário respeito aos direitos humanos, mostra-se inimaginável sua não prevalência em determinados países. Sua não propagação e imposição destacam uma superação a ser realizada, destacando uma finalidade explícita para tanto.

Logicamente confortamos nossa conclusão num conceito pleno de direitos humanos, o qual implica o necessário respeito à dignidade humana, sem nos apressarmos em confundir tais premissas básicas de existência com aquelas vinculadas à exploração do trabalho e das desigualdades sociais. Por certo, a sociedade heterogênea (em contrapartida a uma ilusão de sociedade homogênea e, porque não dizer, utópica) em sua natureza econômica, política e humana, não determina a ausência de prevalência de direitos humanos, os quais, ainda que sutilmente, podem sim resplandecer nas diferenças.

Sem prejuízo da existência de tantos outros argumentos que fundam a estrutura do real nos discursos analisados, finalizamos com a apresentação de recorte de seu discurso perante o Parlamento Europeu, quando da menção à Carta das Nações Unidas, o qual demonstra o argumento da essência.

> **Recorte 52 - P.F. (Parlamento Europeu):** Para isso, é preciso garantir o domínio incontrastado do direito e o recurso incansável às negociações, aos mediadores e à arbitragem, como é proposto pela Carta das Nações Unidas, verdadeira norma jurídica fundamental.

O argumento da essência consiste em explicar um fato com base em sua estrutura/formação inerente, cuja manifestação vem a ser decorrente dele próprio[69]. Ao marcar seu posicionamento quanto à prevalência do direito, sem o apelo de ações unilaterais que redundam em conflitos, muitas vezes armados, entre os países, o orador tenta justificar o mesmo

[69] Como por exemplo: Esses monumentos são da Renascença, logo são esplendidamente realizados e esculpidos em materiais com alta durabilidade.

pela sua própria natureza decorrente da Carta das Nações Unidas, isto é, ao próprio motivo de fundação da Organização das Nações Unidas após o fim da 2º Guerra Mundial. Tal argumentação alcança guarida, por causa do conceito geral acerca da ONU de ser um órgão paritário, de alcance e influência decisivos para seus países membros, traduzindo um argumento favorável no discurso do orador.

Eventualmente, se o auditório viesse crítico e contrário aos posicionamentos do orador e ao seu ministério, tendo consigo que a ONU acaba por induzir a prevalência da vontade dos países mais influentes em detrimento de uma decisão democrática de todos os seus partícipes, a não apresentação de qualquer argumentação contrária a tal mérito esfacelaria seu argumento pela essência, frente ao auditório que procura persuadir (obviamente a parcela daqueles que não seriam seus seguidores e apoiadores, combativos da própria existência da Organização das Nações Unidas).

3.4 Os argumentos quase-lógicos de Francisco

O orador, ao justificar a solidão como uma das doenças que mais assola a Europa, apresenta:

> **Recorte 53 - P.F. (Parlamento Europeu):** Uma das doenças que, hoje, vejo mais difusa na Europa é a solidão, típica de quem está privado de vínculos. Vemo-la particularmente nos idosos, muitas vezes abandonados à sua sorte, bem como nos jovens privados de pontos de referência e de oportunidades para o futuro; vemo-la nos numerosos pobres que povoam as nossas cidades; vemo-la no olhar perdido dos imigrantes que vieram para cá à procura de um futuro melhor.

Eis o argumento quase-lógico por *incompatibilidade*. O orador tenta justificar uma logicidade da solidão para com os fatos dos idosos abandonados, jovens sem pontos de referência e os pobres e imigrantes que vagueiam pelas cidades. Contudo, não há um princípio lógico (nem mesmo puramente lógico). A argumentação utilizada baseia-se em consequências sociais e culturais, decorrentes de políticas e sistemas econômicos, a qual pode não ter a homogeneidade de aceitação pelo auditório, alcançando um fracasso na consecução do acordo prévio. O enunciado enfraquece-se por si mesmo, frente a nem todas as pessoas concordarem que as mazelas humanas são consequências diretas de ações ou omissões do Estado, o que enfraquece o suporte de argumentação do Papa.

Em sua argumentação pela prevalência de negociações entre os países, Francisco tece comentários acerca de conflitos já existentes de cunho cultural e étnicos:

> **<u>Recorte 54</u> - P.F. (ONU):** Nesta linha, não faltam provas graves das consequências negativas de intervenções políticas e militares não coordenadas entre os membros da comunidade internacional. Por isso, embora desejasse não ter necessidade de o fazer, não posso deixar de reiterar os meus apelos que venho repetidamente fazendo em relação à dolorosa situação de todo o Médio Oriente, do Norte da África e de outros países africanos, onde os cristãos, juntamente com outros grupos culturais ou étnicos e também com aquela parte dos membros da religião maioritária que não quer deixar-se envolver pelo ódio e a loucura, foram obrigados a ser testemunhas da destruição dos seus lugares de culto, do seu patrimônio cultural e religioso, das suas casas e haveres, e foram postos perante a alternativa de escapar ou pagar a adesão ao bem e à paz com a sua própria vida ou com a escravidão.

A argumentação do Papa apresenta um argumento *quase-lógico* baseado na regra de justiça. As intervenções militares e políticas trouxeram conflitos destrutivos para as culturas, religiões e modo de viver das pessoas do Oriente Médio e Países africanos. Ao determinar um tratamento àqueles que impuseram tais conflitos, o orador estigmatiza seus líderes, lhes referenciando indiretamente como instigadores de relações de ódio e loucura, o que, por certo, pode ser considerado com veracidade plena. Não há uma quase-lógica com tal elemento de justiça. Os conflitos citados não se suportam homogeneamente por devaneios ou reprimendas religiosas, não obstante serem vinculados a alguns dos mesmos e seus respectivos líderes.

O argumento apresentado não justifica a ocorrência de atos semelhantes (a máxima *"olho por olho"* não tem aplicação real nesta situação), tendo em vista alguns dos conflitos precederem à própria existência de um Estado e/ou Religião. Na convivência de culturas diferentes, se inferem discordâncias fulcradas em credos e hábitos distintos, os quais, com efeito, não podem ser estigmatizados como semeadores de ódio e loucura. Logicamente, não se está a dizer que alguns dos conflitos em referência não implicam atitudes insanas, de ojeriza e desafeto; porém, alguns dos mesmos, vinculam-se tão somente à busca de aceitação de um modo secular de viver de um povo em relação a outro.

Ainda na linha dos quase-lógicos, o santo padre também apresenta o *argumento por definição*. Vejamos:

> **<u>Recorte 55</u> - P.F. (ONU):** Neste contexto, convém recordar que a limitação do poder é uma ideia implícita no conceito de direito.
>
> **<u>Recorte 56</u> - P.F. (ONU):** E, para todas as crenças religiosas, o ambiente é um bem fundamental.

> **<u>Recorte 57</u> - P.F. (Parlamento Europeu):** Promover a dignidade da pessoa significa reconhecer que ela possui direitos inalienáveis, de que não pode ser privada por arbítrio de ninguém e, muito menos, para benefício de interesses económicos.
>
> **<u>Recorte 58</u> - P.F. (Parlamento Europeu):** Assim, falar da dignidade transcendente do homem significa apelar para a sua natureza, a sua capacidade inata de distinguir o bem do mal (...)

Ao falar que o direito busca limitar poderes – vide primeira menção acima, o orador apresenta a *definição normativa*, impondo seu uso para toda a argumentação.

Destacando que o ambiente é um bem fundamental para todas as religiões, utiliza-se da *definição condensada*, a qual restringe as características principais do objeto.

Quando cita a promoção da dignidade humana - vide acima o terceiro recorte destacado - para argumentar que ela é baseada em direitos inalienáveis, é apresentada a *definição oratória*. Na sua imperfeição, não consegue permutar o que define e o que é definido.

Por fim temos a *definição descritiva*, quando aduz que a dignidade humana está vinculada a sua capacidade de distinguir o bem do mal, enunciando o uso adequado do termo definido.

Todas as definições são argumentos válidos. Contudo conseguimos verificar que o orador tenta fazer que a definição *normativa* se torne uma *descritiva*, o que, por certo, pode gerar inquietude no auditório.

Encerrando as análises calcadas nos argumentos perelmanianos, estampados no T.A, convém relembrarmos a lição máxima de Mosca (2004, p. 26) na qual, para se avaliar a persuasão de um discurso, é necessário levar em conta as características da situação em que o mesmo é proferido, bem como as relações intersubjetivas dos interlocutores. Tal proposta suporta as análises que abaixo serão apresentadas, as quais impõem um olhar metodológico baseado em Aristóteles e sua tríade argumentativa, notadamente, o *ethos*.

Antes, porém, como apresentado, válido exaltar que os discursos do Papa Francisco apresentam argumentações técnicas e elaboradas, as quais ficam explícitas quando vistas sob a lupa da obra da Nova Retórica. Através dos percursos analíticos acentuados, conseguimos verificar a perspicácia do orador e, algumas vezes, suas escolhas não tão certas, o que, todavia, não lhe retira a genuinidade discursiva e, notadamente, o zelo para com o auditório.

A técnica retórica de análise fundamenta os instrumentos conscientes (e, porque não dizer, alguns inconscientes) manipulados pelo Papa Francisco, mostrando que, antes de se considerar o cargo que ocupa, o orador possui fundamentos técnicos argumentativos que lhe

agregam poder na busca da persuasão do auditório, seja através da utilização de ilustrações, metáforas, dissociação de noções ou quase-logicismos.

A autoridade e poder geralmente atribuídos àqueles oradores de linha religiosa não lhes atribuem automática capacidade de convencimento de seu séquito de fiéis. Nesse raciocínio, tal qual como outros de seus pares, o Papa Francisco se diferencia pelo processo dinâmico retórico discursivo, o que nos afronta, como realmente o faremos abaixo, a buscar e analisar outros elementos constitutivos seus para fins de fundamentar sua argumentação.

Contudo, ainda resta um esclarecimento a ser feito.

Ao expor as técnicas argumentativas utilizadas pelo Papa Francisco em seus discursos, mostramos a constituição do argumento *logos* do orador; porém, resta-nos identificar qual é o argumento principal do pontífice em todos os discursos apresentados? O que realmente objetiva com os mesmos?

Realmente, ao se ler os argumentos destacados acima, aflige-nos a indicação da intencionalidade primaz do Papa, ainda mais sob a perspectiva e viés da retórica e a construção dos discursos.

Entendemos que a resposta a tais questionamentos se cristaliza no propósito principiológico de toda religião, que é angariar e manter a maior quantidade de fiéis para/na Igreja católica. Veja-se, Francisco deixa pegadas (as vezes implícitas) em seus discursos que direcionam a manutenção do domínio religioso católico sob a sociedade (neste caso cristã), perpetrando a própria historicidade da posição de herdeiro do trono de Pedro.

A verdade é que a Igreja católica necessitava de Francisco, mesmo com sua trajetória jesuítica e reformista[70]. Tal afirmação ocorre em função da necessidade de operar-se uma mudança (um chacoalhar) no catolicismo, face à crescente perda de seus fiéis que vinha se operacionalizando, com ênfase na América Latina. Neste contexto, o Papa argentino se ajustou com precisão ao momento histórico.

Com efeito, logicamente a seu modo, os discursos do novo Papa não perdem de vista sua função originalmente sedutora, o seu argumento principal de operar o aumento do séquito de fiéis em detrimento do avanço das demais religiões/credos, vindo a ser proferidos para auditórios devidamente escolhidos que inferem robustez, importância e notoriedade.

[70] Esta linha de raciocínio, inclusive, ampara a teoria de que a renúncia de Bento XVI foi previamente orquestrada para a assunção certa de Francisco, num direcionamento não convencional do certame sistino.

Mesmo que na relevância do argumento *ethos* de Francisco, como mostraremos a seguir, a construção de seu *logos* fortalece a persuasão do discurso dominante e do orador presente, direcionando a receptividade do auditório.

CAPÍTULO 4
O *ethos* do Papa Francisco

"Se uma pessoa é gay, busca Deus e tem boa vontade,
quem sou eu para julgá-la?"[71]

Papa Francisco

Dentro do arcabouço teórico da argumentação, temos que a palavra *ethos* vincula a construção de uma imagem de si no discurso proferido. O orador cria uma autoimagem pelo seu discurso, ficando sobre ele as marcas daqueles que interagem no processo discursivo. Não foge à regra o Papa Francisco – que aparenta grande conhecimento da teoria retórica perelman e rebouliana, impondo-nos sua análise através da linha da problematologia e da retórica de Aristóteles.

4.1 Problematologia: a abordagem da argumentação por Michel Meyer

Ainda que repetitivo, destacamos novamente que um dos três tipos das provas técnicas aristotélicas vem a ser o *ethos*, isto é, o componente moral da autoridade do orador para influenciar o público. Ao utilizar-se da palavra, o orador constrói sua imagem com seu estilo, competências e crenças que, ao final, fazem a sua representação. Tal papel assume e influencia, de modo incontestável, a forma pela qual o auditório acolherá ou não seu discurso.

Sem prejuízo da originalidade aristotélica[72] quanto aos tipos de argumento, buscamos também um olhar crítico à guisa dos ensinamentos de Meyer (1991), notadamente em sua abordagem da argumentação denominada *problematologia*.

---

[71] Declaração realizada a jornalistas em viagem de retorno ao Vaticano na data de 28/07/2013, in <http://g1.globbo.com/mundo/noticia/2013/07/declracao-do-papa-francisco-sobre-gays-gera-reacoes.html>.

[72] Quanto a isto, o próprio Meyer assim escreve: "Se entendermos por teoria do questionamento que o autor fala da interrogação, então é claro que Aristóteles tem uma teoria do questionamento. Mas, se por questionamento se

O filósofo belga leciona que, inicialmente, o que se discute na retórica é a distância, mesmo que o objeto do debate venha a ser particularizado por uma questão: "a retórica é a faculdade de considerar, para cada questão, o que pode ser próprio para persuadir". Mais ainda: "a retórica é a negociação da distância entre os homens a propósito de uma questão, de um problema" (MEYER, 1998, p. 27).

Centralizemo-nos na tríade *logos, pathos* e *ethos*. Esses afetos no discurso partem da retórica argumentativa, sendo o problema das emoções que influenciam orador e auditório chamado de *pathos*, as provas proposicionais apresentadas no discurso para o auditório definidas como *logos* e a projeção de si na fala como *ethos* (PLANTIN, 2008, p. 111).

Mais explicitamente quanto ao *ethos*, seria esse a mais eficaz das provas passíveis de serem produzidas, tendo em vista que concretiza a empatia. Ora, concordar com um discurso é, ao final, identificar-se com seu orador, criando uma atmosfera de confiança para o auditório, sendo a manifestação linguística do caráter e imagem. Nesse cenário, Meyer assevera uma conceituação a explicar a razão da má fama da ciência retórica, assim expondo:

> No fundo, a ambiguidade, portanto, a confusão que notamos a propósito da retórica, deve-se à incontornável problematicidade que o *logos* deve traduzir, embora este último se tenha constituído para o erradicar. O *logos* coloca o responder, ignorado como tal muito evidentemente, no anteplano; e esse responder é assim assimilado à supressão do problemático pela precisão de uma solução que é ela mesma necessária. (MEYER, 1998, p. 30)

O que constitui o fundamento do discurso e da razão vem, pois, a ser o *problema* (ou a *questão*). "A retórica não fala de uma tese, de uma resposta-premissa que não responde a nada, mas da problematicidade que afeta a condição humana, tanto nas suas paixões como na sua razão e no seu discurso" (MEYER, 1998, p. 31).

Tem-se aqui o ponto fulcral da doutrina problematológica, qual seja, a racionalidade interrogativa:

> Quanto mais uma questão ou uma causa é certa, menos se impõe decidir: louvamos ou desaprovamos, aceitamos ou recusamos. A paixão e a opinião que a acompanha é então único juiz. Pronunciamo-nos em função daquilo que sentimos. Por contraste, quanto mais duvidosa uma questão é, mais precisamos deliberar e menos o outro é depositário da decisão, e assim somos confrontados ainda mais com uma problematicidade plural que devemos tomar sob a nossa responsabilidade sem descanso externo. É a variação de problemática que define os possíveis gêneros da retórica, e essa mesma problematicidade é tributária dos meios de resolução à disposição. (MEYER, 1998, p. 34)

---

deve entender algo diferente do proposicionalismo disfarçado, então receio que Aristóteles não perpetue a indiferença problematológica na teorização do dialético que nos apresenta" (MEYER, 1991, p. 112).

Quanto mais incerta for uma questão, menos chance haverá de se ter apenas uma única alternativa de resposta, o que redundará na apresentação de várias outras possíveis. Inicia-se assim a busca pela resposta mais útil entre todas as possíveis. Na concepção da problematologia, compreendemos as duas faces da retórica – chamadas de negra e branca por Meyer. A primeira visa à manipulação, conseguindo fazer passar por resposta aquilo que é questão; a segunda não anula a interrogação com a resposta, mas aborda o problemático com seus argumentos e na própria confecção daquela. A fronteira de ambas, pois, está na forma de interrogar.

Qualquer enunciado ou ação de um orador pode ser considerado uma resposta, a qual podemos associar um problema. É um processo regular de questionamento (justificando o porquê de se interrogar hoje o questionamento). É colocar em questão o que estava fora de questão, rompendo com o pensamento proposicional[73]. É chegar ao questionamento infinito.

Em continuação, como a questão fica sujeita a inúmeras respostas na maior parte das vezes, o *ethos* passa a ter um papel fundamental, pois, a credibilidade do orador porá um ponto final nas dúvidas quanto à resposta que ele mesmo propõe. Consoante Meyer (2007, p. 89), "*ethos* remete ao homem, ao sujeito, aos costumes e ao comportamento, ao caráter e à psicologia".

Em sua crítica à não consideração da problematologia, Meyer destaca a prevalência do niilismo, isto é, a solução fácil e menos filosófica. Como não existe mais o questionar do questionamento, as respostas se amparam na própria história da ciência da linguagem, isto é, em respostas já tidas, anulando novas visões sem solucionar novos problemas. Isto acaba por fortalecer a retórica em seu viés negro, proposta pelo orador na constituição de seu *ethos*.

> Ora, nós vivemos na história, e ela tem como efeito sacudir as velhas respostas, que se tornam caducas, atingindo-as com a problematicidade. É essencial poder dissociar o antigo do novo, as respostas que se imporão daí em diante das que estão cada vez mais sujeitas à discussão. Mais a história acelera, mais as diferenças se aprofundam e mais as velhas respostas apenas permanecem metaforicamente. Além disso, tomamos mais e mais consciência de que elas são metáforas e de que estas são enigmas que pedem outras respostas, outra literalidade. Em resumo, desde o início elas são o que já não o são mais e, consequentemente, elas o são ainda menos como modos de falar – o que difere do que era. Essas metáforas levantam o problema de novas respostas a que elas remetem e exigem, tornando-se a expressão da problematicidade histórica. Em consequência, ou nos damos conta desta última ou a negamos. Então, ou teremos novas respostas no lugar das antigas

[73] Quando se fala ou escreve, o que perfaz uma resposta, já se tem em mente um problema que seja comum ao destinatário.

> ou vamos nos agarrar às antigas como se elas ainda permanecessem válidas, mediante metaforização, ou seja, retorização. (MEYER, 2007, p. 93-94)

Pode-se assim dizer que, quanto mais o problemático se impõe explicitamente, mais a rejeição fica exteriorizada em virtude da conscientização do problema em si, o que ampara o predomínio contestável das superstições, magias e religiosidades que, em suas essências, albergam velhas respostas para antigos problemas não efetivamente problematizados.

Passamos agora à análise detida do argumento *ethos*.

4.2 O *ethos* e o *ethos pré-discursivo*

Aristóteles distingue dois tipos de prova: a extra técnica e a técnica. A extra técnica é suportada em fatos indiscutíveis, ao passo que a técnica é formulada pelo orador comportando sua imagem (*ethos*), a disposição do auditório em um estado emocional adequado para aceitação (*pathos*) e a organização e forma dos argumentos proferidos (*logos*) [74].

Interessa-nos em específico o argumento *ethos*. Para o filósofo, o *ethos* é a construção do orador de sua própria imagem e caráter durante o discurso e a prática argumentativa propriamente dita. Tal noção é a mais trabalhada na chamada Nova Retórica bem como nos estudos pragmáticos e discursivos de Amossy e Maingueneau. Aristóteles aduz que qualquer orador deve sempre inspirar confiança no auditório, a qual se exterioriza com a *eunóia* (benevolência/solidário), *phrónesis* (razão/razoável) e *areté* (virtude/honestidade/sinceridade), sendo esta última qualidade vinculada ao *ethos*.

Como apresenta Plantin:

> *Le terme ethos correspond à deux mots grecs signifiant : a) le « séjour habituel d'un animal » ; b) le « caractère, la coutume, l'usage » ; c) par extension, les « mœurs ». Les noms éthologie, éthique (philosophie morale)*

[74] O *pathos* é o estudo das emoções e dos valores, o qual não possui expressão maior nos estudos da Nova Retórica (a qual fundamenta seus estudos na noção do auditório universal – vide tópico acima). O *logos* comporta a organização textual da argumentação, utilizando-se dois esquemas argumentativos: o entimema e o exemplo. O filósofo propôs um esquema de organização calcado no exórdio, narração, prova, refutação, recapitulação e peroração; a ausência de algumas destas partes ocorre em função do gênero retórico utilizado (deliberativo, epidíctico e judiciário). A partir dessa distinção dos tipos de discurso, se construiu na ciência linguística em geral uma estruturação de textos conforme o gênero, com relevância para autores como Bakhtin e Todorov.

> *sont de la même famille ; l'adjectif étique peux aussi s'utiliser comme dérivé du substantif ethos.*[75] (PLANTIN, 2005, p.93)

Na antiguidade clássica, *ethos* era o caráter que o orador possuía para com a população, o que, de certa maneira, já lhe respaldava ou não na apresentação de seu discurso. Compunha-se como um caráter prévio, uma condição previamente já estabelecida. A tal época, o gênero judiciário (conforme a classificação aristotélica) foi o principal fomentador do desenvolvimento da arte argumentativa. Seu expoente e mais completo orador em Atenas, no decorrer do período clássico (V e IV a.C.), foi Lísias[76], o qual, em sua obra, destacou o tópico *ethos*, reforçando que a obtenção da confiança do auditório provém do bom caráter, valendo-se da sinceridade manifesta.

Porém, resta inequívoco que o orador pode transfigurar-se quando do discurso, representando posições que nem sempre lhe são atinentes – até mesmo distante da verdade e caráter, de forma intencional e deliberada a conseguir maior receptividade de seu auditório. "Não se pode realizar o *ethos* moral sem realizar ao mesmo tempo o *ethos* neutro, objetivo ou estratégico" (EGGS, 2013, p. 39), constituindo-se o *ethos* na mais importante das provas do discurso.

Como apresenta Amossy (2013):

> Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si (AMOSSY, 2013, p.9).

Considerando-se o discurso, bem como a intencionalidade persuasiva buscada pelo orador, sua imagem pode ser referendada pelo próprio texto, o que nos mostraria, sob o viés técnico, o chamado *ethos* discursivo, quer dizer, a apresentação eficaz de sua capacidade de domínio do assunto posto em pauta, a despeito da escolha de argumentos apropriados em função do auditório para quem se dirige. O orador, previamente já consente que seu discurso encontrará resistência, devendo ser levado para e com os valores assumidos do auditório (DITTRICH, 2008, p.34). Nas palavras de Maingueneau (2006, p. 267) o *ethos* "consiste em causar uma boa

---

[75] Tradução livre: O termo *ethos* corresponde a duas palavras gregas que significam: a) "o local habitual de um animal"; (b) "caráter, costume, uso"; c) por extensão, a "moral". Etimologicamente a palavra ética (filosofia moral) é da mesma família; o adjetivo ético também pode ser usado como um derivado do substantivo *ethos*.

[76] No discurso "Sobre o assassinato de Erastóstenes".

impressão por meio do modo como se constrói o discurso, em dar de si uma imagem capaz de convencer o auditório ao ganhar sua confiança".

Conquanto a formulação e projeção do *ethos* por parte do orador, tal pressuposto dirige-se fundamentalmente ao auditório como um todo, isto é, este último mostra-se fulcral para o processo argumentativo, relevando-se suas crenças e verdades.

Nesse aspecto, retoma-se a concepção grega original do *ethos* sendo a imagem do orador junto à comunidade, o que lhe referenda características – positivas ou negativas - previamente já marcadas para com o auditório. É a imagem pública do orador, o conhecimento acerca do mesmo já existente. Tal característica foi definida por Maingueneau (2013) como *ethos pré-discursivo* (para Amossy seria a imagem prévia – vide abaixo).

Pela análise do *ethos* pré-discursivo[77], identificamos um movimento unilateral do discurso produzido, cabendo ao auditório uma posição mais passiva e de recepção. Temos que o orador traduz anteriormente ao seu discurso uma expectativa quanto ao seu perfil por causa de sua própria posição, o que, quando olhamos para Francisco, espera-se uma legitimidade alinhada com sua posição de Papa e chefe do Vaticano.

Com fundamental importância, o *ethos* pré-discursivo contribui para a produção de condições de aceitabilidade e receptividade do discurso. Bourdieu (1982, p. 104) destaca que nem sempre a competência de se formar frases suscetíveis de compreensão é suficiente para se formar frases suscetíveis de serem *escutadas* em determinadas situações.

Para Amossy (2013, p. 136) o *ethos* pré-discursivo é exteriorizado em uma "posição institucional do orador e o grau de legitimidade que ela lhe confere, contribuindo para suscitar uma imagem prévia".

Já Haddad (2013) assim determina:

> Ora, o orador, ao pronunciar seu discurso, deve construir uma imagem de si que seja análoga a seu objetivo argumentativo, levando em consideração a ideia que presumivelmente o auditório projeta dele. O ethos prévio ou pré-discursivo condiciona a construção do ethos discursivo e demanda a reelaboração dos estereótipos desfavoráveis que podem diminuir a eficácia do argumento. (HADDAD, 2013, p. 150).

Quer dizer, ainda que intencionalmente busque-se a projeção do *ethos* para com o auditório, o orador já tem quanto a si uma imagem pré-estabelecida, a qual pode ou não lhe ser

[77] Consoante Grácio (2009), o *ethos* pré-discursivo refere-se à imagem que o auditório constrói do enunciador, antes mesmo que este pronuncie ou expresse algo.

valiosa de acordo com o seu processo argumentativo. Logicamente, partindo-se de uma imagem negativa, cabe ao orador a apresentação de colocações apropriadas que visem a refutar tal pré-conceito e, ao final, lhe garantir a adesão dos ouvintes.

Amparando-nos em Amossy (2013), o conceito já estabelecido pelo auditório previamente é suportado na noção de estereótipos, os quais destacam modos de pensar e agir globais inerentes a grupos determinados, podendo ser dimensionados na esfera política, social, étnica etc.

Vale considerar que a constituição do *ethos pré-discursivo* do orador, e por consequência, sua característica moral, apura-se como um elemento independente e extra discurso, um preconcebido quanto ao orador na ordem de sua reputação, prestígio e carisma (PLANTIN, 2005, p.93).

Ora, a organização enunciativa de um discurso de uma autoridade religiosa, em específico do credo católico, já denota uma imagem dos sacerdotes, bispos, cardeais e do próprio Papa para o seu público, baseada em valores, atitudes e evidências compartilhadas. De maneira geral, as sociedades modernas que circulam no espaço público da Igreja Católica veem-na como protagonista da justiça social e da paz. Isto infere que, na sua posição de neutralidade (ao menos, formalmente proclamada) para com as entidades/poderes dominantes de cada país, a Igreja Católica continua a ser uma das únicas potências capazes de pôr em causa a legitimidade de um regime (no quesito de legalidade) como sua relação de valores (de natureza cristã e democráticos, incluindo o respeito pelos direitos humanos). Essas representações alimentam a posição institucional dos sacerdotes (notadamente o Papa) e sua igreja. Eles são partícipes de um *ethos* anterior do episcopado já formado; um *ethos* pré-discursivo.

Esta representação lhe atribui uma imagem prévia num pano de fundo capaz de legitimar suas posições, fazendo que o *ethos* pré-discursivo fundamente o discurso com o poder da persuasão.

Em seus discursos, facilmente encontramos a enunciação do pronome pessoal "nós" revelando que os sacerdotes (em todos os seus cargos e posições) assumem seu discurso de maneira conjunta, exibindo uma unidade de episcopado e projetando a imagem de um corpo movido por um *ethos* de legitimidade, de probidade moral, responsabilidade e, até mesmo, vulnerabilidade. Ao fazê-lo, a igreja constrói uma autoimagem (um *ethos* que já se consolidou como anterior, como pré-discursivo) coletiva e diversa que, em várias formas, se adapta à doxa de um público composto. Adaptando-se a eles, sua persuasão reage às demandas do auditório, desenvolvendo um *ethos* que perdura ao longo do tempo.

4.3 A construção do *ethos* do Papa Francisco na Problematologia

A análise empreendida abaixo demonstra que o Papa Francisco apresenta um *ethos* de um orador carismático. Ao constituir sua imagem, demonstra uma simplicidade que possibilita grande adesão às suas colocações, levando-se em conta a problematologia de Meyer.

Quer dizer, ao apresentar seus argumentos, considera questionamentos abraçados e aceitos pelo auditório, demonstrando proposições vinculadas aos cenários que lhe foram apresentados. Vejamos um recorte inicial de seu discurso perante a Assembleia das Nações Unidas:

> **Recorte 59 - P.F. (ONU):** Esta é a quinta vez que um Papa visita as Nações Unidas. Fizeram-no os **meus** antecessores Paulo VI em 1965, João Paulo II em 1979 e 1995 e o meu imediato antecessor, hoje Papa emérito Bento XVI, em 2008. Nenhum deles poupou expressões de reconhecido apreço pela Organização, considerando-a a resposta jurídica e política adequada para o momento histórico, caracterizado pela superação das distâncias e das fronteiras graças à tecnologia e, aparentemente, superação de qualquer limite natural à afirmação do poder. Uma resposta imprescindível, dado que o poder tecnológico, nas mãos de ideologias nacionalistas ou falsamente universalistas, é capaz de produzir atrocidades tremendas. Não **posso** deixar de me associar ao apreçamento dos **meus** antecessores, reiterando a importância que a Igreja Católica reconhece a esta instituição e as esperanças que coloca nas suas atividades.
>
> (grifos nossos)

O orador utiliza-se do pronome possessivo "meus" por 2 (duas) vezes em referência a sua pessoa no início de seu discurso. Isso infere a impressão de humildade, o que lhe dá credibilidade perante o auditório; traz claramente a desvinculação ao poder e comando. Consegue, com sucesso, formar o *ethos* do chefe, fortalecendo o discurso numa alusão a sua posição de Papa. A não utilização explícita do "eu" na singularidade de pronome pessoal, bem como a utilização do pronome possessivo a se referir a seus antecessores, traduzem uma compatibilidade com sua posição de líder religioso, mesmo não sendo proprietário único da religião da qual faz parte. Opera-se aqui a não soberba para com o auditório.

A simplicidade do orador também pode ser detectada no mesmo discurso perante a ONU, quando diz "*Comecei a minha intervenção recordando as visitas dos meus antecessores. Agora quereria, em particular, que as minhas palavras fossem como que uma continuação das palavras finais do discurso de Paulo VI...*". Tal colocação destaca uma posição de

subserviência, ainda mais considerando o quadro geral de seu discurso e o auditório em referência, o que, inequivocamente, reforça seu caráter carismático.

Não sem maior importância, também podemos verificar a construção de tal *ethos* já no exórdio do discurso proferido ao Parlamento Europeu:

> **Recorte 60 - P.F. (Parlamento Europeu):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vice-Presidentes, Ilustres Eurodeputados, Pessoas que a vário título trabalhais neste hemiciclo, Queridos amigos! Agradeço-vos o convite para falar perante esta instituição fundamental da vida da União Europeia e a oportunidade que me proporcionais de me dirigir, por vosso intermédio, a mais de quinhentos milhões de cidadãos por vós representados nos vinte e oito Estados membros. Desejo exprimir a minha gratidão de modo particular a Vossa Excelência, Senhor Presidente do Parlamento, pelas cordiais palavras de boas-vindas que me dirigiu em nome de todos os componentes da Assembleia.

No início de sua fala, Francisco destaca agradecimento às pessoas presentes, caracterizando-os como amigos, exaltando a oportunidade que lhe foi concedida. Ressalta ainda a grandiosidade da ocasião, frente a se dirigir para milhares de pessoas em dezenas de Estados. Ora, o carisma torna-se explícito ao se colocar em posição semelhante a todos que faz referência, mesmo ocupando os cargos de chefe político e religioso concomitantemente.

Em outro ponto do mesmo discurso, o orador apresenta questionamentos retóricos vinculados à dignidade e religião, apresentando, ao final sua própria conclusão:

> **Recorte 61 - P.F. (Parlamento Europeu):** Realmente que dignidade existe quando falta a possibilidade de exprimir livremente o pensamento próprio ou professar sem coerção a própria fé religiosa? Que dignidade é possível sem um quadro jurídico claro, que limite o domínio da força e faça prevalecer a lei sobre a tirania do poder? Que dignidade poderá ter um homem ou uma mulher tornados objeto de todo o género de discriminação? Que dignidade poderá encontrar uma pessoa que não tem o alimento ou o mínimo essencial para viver e, pior ainda, o trabalho que o unge de dignidade?
>
> Promover a dignidade da pessoa significa reconhecer que ela possui direitos inalienáveis, de que não pode ser privada por arbítrio de ninguém e, muito menos, para benefício de interesses económicos.[78]

Nota-se que em nenhum momento o orador foge às perguntas por ele mesmo elaboradas. Busca, consoante à gama de respostas possíveis, apresentar sua resposta de maneira direta, delimitando uma manipulação direcionada com uma resposta vinculada ao problema. Mais ainda, não destaca individualidades ou religiões específicas, mas, ao invés, apresenta um a

[78] Este recorte já foi exposto no Item 3.4 – Argumentos quase-lógicos, quando da exposição do *argumento por definição*. Vide o Recorte 57.

liberdade de credo geral, indistintamente a ser o ouvinte da religião católica, suscitando a confiança do auditório sem a apresentação de resposta vaga e imprecisa. A palavra central "dignidade" – que vem a ser o ponto fulcral do exercício do raciocínio – é citada diretamente na resposta.

Como nos lembra Amossy (2013, p. 107), a atividade simbólica dos sujeitos tem por função reconstituir de modo constante a realidade do eu, oferecendo-a aos outros para ratificação. O orador influencia opiniões que, em determinada circunstância, transformam-se em atos. Tais características alcançam o orador dos *corpora* em análise.

Em sua exortação[79] *Evangelii Gaudium*, notadamente em seu Capítulo II (Na Crise do Compromisso Comunitário), item 58, o Papa Francisco apresenta-se na dualidade de sua posição, veja-se:

> **Recorte 62 - P.F. (*Evangelii Gaudium*):** Uma reforma financeira que tivesse em conta a ética exigiria uma vigorosa **mudança de atitudes por parte dos dirigentes políticos**, a quem exorto a enfrentarem este desafio com determinação e clarividência, sem esquecer naturalmente a especificidade de cada contexto. O dinheiro deve servir, e não governar! **O Papa** ama a todos, ricos e pobres, mas tem a obrigação, em nome de Cristo, de lembrar que os ricos devem ajudar os pobres, respeitá-los e promovê-los. Exorto-vos a uma solidariedade desinteressada e a um regresso da economia e das finanças a uma ética propícia ao ser humano.
>
> (grifos nossos)

A dicotomia da posição de Francisco é posta em destaque, o que nos remete à impossibilidade de separação do *ethos* discursivo da posição institucional do orador. A posição de líder religioso e líder politico são suficientes para a representação estereotipada, o que

---

[79] O livro *Evangelii Gaudium* é uma Exortação Apostólica, sendo um dos documentos pontifícios possíveis utilizados pelo Papa para tratar de assuntos diversos, tais como doutrina, regras disciplinares, governamentais entre outros. Estes documentos pontifícios são escritos em latim sendo publicados no *l'Osservatore Romano*, jornal diário oficial da Santa Sé. Até por um conhecimento maior, destacamos que as chamadas *Cartas Encíclicas* se diferenciam da *Exortação* por seu caráter mais disciplinar, sendo dirigidas aos Bispos do mundo inteiro. Por sua vez, as Exortações têm caráter menos solene e buscam transmitir um ensinamento do Papa a respeito de um assunto específico diretamente aos seus fiéis.
Em sua Exortação *Evangelii Gaudium* (ou Evangelho da Alegria), o Papa abordou inúmeros temas, tais como economia, bem comum, comunicação, tecnologia, ciência, política, outras religiões etc. De igual forma, não fugiu a temas controversos como violência, exclusão, respeito à vida e liberdade. O documento é fruto da 13ª Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos que reuniu 170 bispos do mundo inteiro em Roma em outubro de 2012. O texto possui mais de 200 páginas e está dividido em cinco capítulos, além da introdução:
1) A transformação missionária da Igreja;
2) Na crise do compromisso comunitário;
3) O anúncio do Evangelho;
4) A dimensão social da Evangelização;
5) Evangelizadores com espírito.

reforça o trecho do livro quando o orador faz menção aos dirigentes políticos e, depois, a si próprio como Papa, na 3ª pessoa do singular. Trata-se do ponto principal traduzido do seu *ethos* empregado. Afinal, Francisco é o chefe religioso da Igreja Católica ou o chefe político do Estado do Vaticano para o auditório (neste caso específico, os leitores de sua obra)? Que imagem e papel o público lhe atribui?

Francisco ampara seus discursos com argumentos de ordem religiosa e de ordem política, conferindo-os ao auditório na medida de sua conveniência (resposta posta ao problema). Seus posicionamentos se definem tecnicamente, porém, atribuindo-lhe um *ethos* compartilhado em duas facetas de representação. Para o auditório, não mais interessa o mérito técnico da resposta, mas sim a evidência do orador em virtude da mesma. Ser proclamado por suas posições e discursos é a formalização do *ethos* do orador autêntico, contudo, multifacetado em razão da impossibilidade da separação de sua posição política e religiosa.

Cai por terra a análise propriamente dita dos argumentos de ordem religiosa e os de ordem política. O que importa é a figura do orador. Como destaca Meyer "a magia, a superstição e o irracionalismo religioso são próprios de períodos agitados, em que velhas respostas dão lugar a associações mais fáceis, à guisa de respostas" (MEYER, 2007, p. 94-95).

Convence boa parte dos ouvintes, contudo, a problematologia de Meyer lhe crava certo insucesso quanto à compreensão das respostas, que, pelas técnicas argumentativas empregadas, refletem um orador fundamentado em ditames religiosos mesmo exercendo uma liderança de ordem política.

Deste modo, seria Francisco carente de autenticidade? Se imaginarmos um orador permeando essas duas facetas, fatalmente que concordaríamos com o questionamento. Não obstante, e de forma única e exclusiva, ousamos discordar quando se realiza a análise do orador Papa, o qual não possui esta prerrogativa de navegar entre o religioso e político, haja vista que ele sempre será religioso e político.

Ainda nas palavras do autor belga:

> As discussões multiplicam-se, como se só existisse incerteza. No meio de toda esta agitação, quem obtém o prêmio não é a razão, mas sim a eloquência; e nunca se deve perder a esperança de ganhar adeptos para a hipótese mais extravagante, se se for suficientemente hábil para pintar as cores mais convenientes. A vitória não é alcançada pelos soldados armados de lança e espada, mas sim pelos trompetes, tambores e músicos do exército (MEYER, 1991, p. 14)

Tudo o aqui exposto demonstra o desdobramento da linha teórica sustentada por Meyer a partir dos trabalhos de Perelman e Olbrechts-Tyteca. Ao passo que os últimos procedem ao

destaque do argumento *logos*, o primeiro busca, através da problematologia, a união da tríade aristotélica, destacando em específico a construção da imagem do orador através dos questionamentos que se realizam às questões levantadas no próprio discurso, o que, especificamente nos *corpora* em análise, traduz um *ethos* múltiplo e com destaque ao convencimento do auditório.

Diz-se múltiplo face ao fortalecimento do seu discurso pelo *ethos* demonstrado, uma vez que traduz um orador carismático e verdadeiro, como outrora citado. "O eu é sempre retórico na sociedade: ele se apresenta representando-se" (MEYER, 2007, p. 95).

A dimensão retórica do *ethos* acaba se aproximando daquela do *logos*, pois a preocupação de Francisco passa a ser a necessidade de posicionamento/ respostas para questões cotidianas – ainda que de ordem tradicionalmente polêmicas[80] – trazidas e/ou vividas por seu séquito de fiéis. Ora, o convencimento do outro pode suportar-se no fato das respostas formarem uma solução para as suas próprias questões; contudo, não conseguimos tal percepção pelos discursos do orador. Parece-nos, numa visão macro, que Francisco não contribuiu de forma absoluta – o que, necessariamente, não lhe retira o êxito e certo grau de avanço – para a resolução final das idiossincrasias da Igreja Católica. Depreende-se que os discursos não alcançam tamanha efetividade, o que passa a impressão de terem sido superficiais quanto aos temas mais relevantes, isto é, não acrescentou e/ou elucidou as máculas que afligem o catolicismo de maneira geral. Não obstante, em detrimento, se considerarmos que seus antecessores se furtavam a qualquer de tais questionamentos, o atual herdeiro de Pedro ganha relevância para seus discursos, traduzindo e fortalecendo a acordo prévio com o auditório.

Isso ressalta, mais uma vez, a postura de Francisco quanto aos discursos. Ocorre a busca de posicionar-se sobretudo frente ao cotidiano econômico mundial. Suportado no seu *multiethos* [81] , o Papa apresenta respostas satisfatoriamente aceitáveis, até mesmo, em determinadas situações, sem maiores consistências (logicamente de acordo com seu credo religioso), evidenciando suas posições.

Meyer apresenta suas conclusões:

> A significação de um discurso não é senão a problematicidade de que ele, como responder, trata. Quando, por exemplo, se menciona o sentido duma frase, faz-se saber aquilo de que é a questão na frase. Para se ver melhor como se dá o processo de compreensão, suponhamos que um discurso faz problema na sua inteligibilidade. A resposta faz então questão para o auditório quanto àquilo que a faz ser uma resposta. (MEYER, 1991, p. 202)

---

[80] Tais como aborto, casamento de divorciados, homossexualidade etc.

[81] Vide item 4.5.

Se o autor não puder responder às questões sobre o seu discurso, não o haverá respondido em definitivo, fato este que não se aplica aos *corpora* analisados. As suas respostas são direcionadas àquilo que efetivamente esclarecem e resolvem, como numa equivalência (e não necessariamente encontrar uma equivalência própria de conteúdo, desconsiderando as questões relacionadas). As respostas reportam-se ao objetivo original (discurso perante a ONU, perante o Parlamento Europeu, interpretação do Evangelho...), podendo ser confeccionadas inicialmente para depois se achar perguntas correlatas.

Mas, insistimos, fica a impressão de faltar "algo mais", como uma ópera sem o *gran finale*.

Por certo, Francisco representa um *multiethos* (vide mais abaixo) como chefe da Igreja Católica e chefe Político do Vaticano, possui uma receptividade extraordinária por seus discursos – em razão de inúmeros fatores como procuramos aqui demonstrar, e certa predisposição de posicionar-se acerca de problemas atuais da sociedade. Nesse contexto, não caberia a formalização de discursos mais incisivos especialmente acerca dos problemas seculares de sua Igreja, trazendo novas diretrizes para seu rebanho?

Vejamos mais um recorte de sua Exortação – itens 50 e 51 do Capítulo II que amparam tal raciocínio:

> **Recorte 63 - P.F. (*Evangelii Gaudium*):** Antes de falar de algumas questões fundamentais relativas à ação evangelizadora, convém recordar brevemente o contexto em que temos de viver e agir. É habitual hoje falar-se dum excesso de diagnóstico, que nem sempre é acompanhado por propostas resolutivas e realmente aplicáveis. Por outro lado, também não nos seria de grande proveito um olhar puramente sociológico, que tivesse a pretensão, com a sua metodologia, de abraçar toda a realidade de maneira supostamente neutra e asséptica. O que quero oferecer situa-se mais na linha dum discernimento evangélico. É o olhar do discípulo missionário que se nutre da luz e da força do Espírito Santo.
>
> Não é função do Papa oferecer uma análise detalhada e completa da realidade contemporânea, mas animo todas as comunidades a uma capacidade sempre vigilante de estudar os sinais dos tempos. Trata-se de uma responsabilidade grave, pois algumas realidades hodiernas, se não encontrarem boas soluções, podem desencadear processos de desumanização tais que será difícil depois retroceder. É preciso esclarecer o que pode ser um fruto do Reino e também o que atenta contra o projeto de Deus. Isto implica não só reconhecer e interpretar as moções do espírito bom e do espírito mau, mas também – e aqui está o ponto decisivo – escolher as do espírito bom e rejeitar as do espírito mau. Pressuponho as várias análises que ofereceram os outros documentos do Magistério universal, bem como as propostas pelos episcopados regionais e nacionais. Nesta Exortação, pretendo debruçar-me, brevemente e numa perspectiva pastoral, apenas sobre alguns aspectos da realidade que podem

> deter ou enfraquecer os dinamismos de renovação missionária da Igreja, seja porque afetam a vida e a dignidade do povo de Deus, seja porque incidem sobre os sujeitos que mais diretamente participam nas instituições eclesiais e nas tarefas de evangelização.

Francisco demonstra plena consciência da realidade mundial, sobretudo em relação à função de ser Papa, mas, novamente, demonstrando certo esquivamento. Eis a concepção problematológica da linguagem: falar é levantar uma questão sujeita às objeções do outro, sendo a formulação de uma ideia a primeira etapa para se por algo em questão que, por sua interrogação, acaba por gerar um debate (logo, uma argumentação).

Se avaliamos uma preocupação do orador com a concisão de suas respostas, a despeito de buscar, com a utilização das mesmas, objetivos vinculados à materialidade real das perguntas, o argumento aristotélico *ethos* ganha evidência, passando a ser definitivo para Francisco. Em outras palavras, como consegue a coerência de seus discursos, os argumentos *pathos* e *logos*, sem qualquer diminuição de sua importância, perdem destaque quando da análise dos *corpora*, o que remete à proeminência do *ethos* do Papa Francisco. Ora, se já caracterizamos o mesmo com carisma e simplicidade, a completude analítica dos discursos infere a conclusão de um acordo prévio com os auditórios a que se dirige, ganhando êxito na busca de sua persuasão na esteira dos assuntos trazidos à baila para as ocasiões.

4.4 O *ethos* pré-discursivo de Francisco

No conceito do *ethos* pré-discursivo estampado no capítulo anterior, resta insofismável que tal característica se ajusta ao Papa Francisco quando da análise do *corpus*, face ao orador transparecer, a priori, uma certa unanimidade quanto a sua imagem para o auditório universal.

Assim, a análise aqui apresentada tem o intuito de demonstrar que o *ethos* (em toda a sua amplitude) do Papa Francisco, na modalidade pré-discursiva, passa a ser um dos argumentos definitivos quanto à aceitabilidade de sua argumentação para com o auditório.

Nesse aspecto, qual a prévia imagem traduzida para o auditório do Papa Francisco? Logicamente esta acaba por ser influenciada decisivamente por sua linha eclesiástica dentro da igreja católica (Jesuíta), por seu local de nascimento (Argentina) e por ser sucessor de Bento XVI (atual Papa emérito).

Partindo do fato de que o *ethos* propriamente citado é formado em sua extensão também pelas imagens prévias do orador (é certo que o *ethos* pré-discursivo está intrinsicamente ligado a estereótipos mundanos), orbitamos ao redor de dois questionamentos específicos já expostos na introdução do presente trabalho – e que agora ganham lume, quais sejam:

- Na percepção do *ethos* do Papa Francisco por parte do auditório, e consequente poder de persuasão, ganhou relevância ter nascido na américa latina, frente a ter sido o primeiro Papa oriundo da América do Sul?

- Apurou-se, eventualmente, um *ethos* pré-discursivo para o Papa Francisco, frente ao seu antecessor Bento XVI ser taxado como um Papa fechado e, não raras vezes, não tão afável quanto os fiéis exigiriam/necessitariam?

É inequívoca a questão da latinidade no mundo, o que depreende estereótipos explicados pelas paixões aristotélicas em sua essência retórica. Tal como aduz Meyer (2000, p. XXXIX) em seu prefácio à *Retórica das Paixões*, de Aristóteles, existe o caráter interativo da paixão do orador, entendendo-a como modo de ser e resposta a um modo de ser.

Talvez em consequência da exploração econômica por qual passaram (e passam) os países latino-americanos, desde que empunharam armas para suas respectivas independências, tenha sido criado um estigma de um povo latino-americano sofrido, combatente, trabalhador e cordial, diferente da concepção de frieza dos povos dos países de primeiro mundo. *El subdesarrollo latinoamericano no es un tramo en el camino del desarrollo*[82] (GALEANO, 2016, p. 317).

Pode-se dizer que, em discursos acerca do povo latino-americano, não há somente os lugares do índio excluído e do europeu colonizador. Há um *outro*, em analogia às lições de Eni Orlandi (2008, p. 137-138)[83], que nos remete ao movimento de identidade que apaga a descontinuidade histórica e "permite as transformações que fazem a história das identidades".

Com efeito, por mais que seja uma questão estereotipada, não há como alcançar um único sentido para o jeito de ser do latino-americano, mormente para aqueles aqui não nascidos, os quais, ao contrário, têm um imaginário distinto. São inúmeros países, povos e construtos sociais e discursivos que possibilitam diversas interpretações. Todos estão sujeitos, ao mesmo

[82] Tradução livre: O subdesenvolvimento latino-americano não é uma etapa no caminho do desenvolvimento.
[83] A análise da autora baseava-se na formação do povo e constituição do Brasil.

tempo, à língua e à história, ao estabilizado e ao irrealizado; os homens e os sentidos fazem seus percursos.

Fato é que, na busca de um discurso que o justifique, o latino-americano se enxerga pelo discurso europeu que os revela. Por intermédio de uma análise crítica, alcança e compreende a formação de sua própria identidade. Tal construção foi até utilizada pelo Papa Francisco, num contexto argumentativo, em seu primeiro discurso depois da assunção ao papado, quando utilizou: *"Irmãos e Irmãs, boa noite! Vocês sabem que o dever do conclave era de dar um bispo a Roma. Parece que meus irmãos cardeais foram buscá-lo quase no fim do mundo*[84]*"*.

Num estereótipo consolidado, pois, o fato de ser nascido num país latino-americano, bem como ser o primeiro Papa oriundo de tal região, determina a Francisco um *ethos* pré-discursivo favorável, suscitando no auditório uma legitimidade frente a sua posição social e reputação, traduzindo-se num importante papel na troca argumentativa.

Já no que tange ao fato de ter sido sucessor de Bento XVI, torna-se mais difícil encontrarmos elementos favoráveis à projeção do *ethos* pré-discursivo do Papa Francisco. A embasar tal perspectiva, temos que no artigo publicado acerca da apresentação formal do Papa aos católicos logo após a sua eleição[85], Figueiredo e Ferreira (2013) destacam as vestes utilizadas pelo Papa na ocasião. Vejamos:

> Ao apresentar-se com a batina e romeira brancas, traje diário e "vulgar" para os papas, geralmente utilizados em visitas, contatos diretos com o povo e momentos não cerimoniosos[8] Francisco contrasta com a opulência do cenário
>
> Nota de Rodapé 8 - Seus antecessores recentes (Paulo VI, João Paulo I, João Paulo II e Bento XVI), em suas primeiras aparições, se apresentaram trajando a romeira de cor vermelha, sobrepeliz no lugar da batina e a estola ornamentada em ouro, com imagens dos evangelistas. Esta última, Francisco só a utiliza momentaneamente no seu primeiro discurso, durante a bênção. (FIGUEIREDO; FERREIRA, 2013, p. 115)

No momento de sua apresentação, o Papa Francisco utiliza vestes mais simplórias que aquela usada por Bento XVI, o que estampa uma simplicidade atroz quando comparada com seu antecessor. Muito embora por um efeito imagético, tal atitude corrobora a imagem do orador no momento de sua pronúncia, criando um juízo posterior do auditório frente *a agora classificada* ostentação perpetrada por Bento XVI.

---

[84] A indicação ao fim de mundo remete à posição geográfica da região da Patagônia Argentina. Uma construção carregada de ironia, pois, ainda que de "bem longe", foi ele o escolhido pelos Cardeais.

[85] Vide item 2.2 - Produção Literária.

Não haveria a possibilidade de um juízo prévio do auditório sem a apresentação do orador para fundamentação de expectativas. Isto soa diferente em relação ao fato de ser um Papa latino-americano, o que já depreende e traz um bojo de fatos e imagens há muito consolidadas. Apenas no momento da aparição em trajes mais simplórios – bem como com a pronúncia de seu discurso inicial - que é possível ao auditório realizar um comparativo com o Papa Bento XVI, haja vista que, até então, não se sabia como seria o comportamento do orador. Desde então, exposto que foi, consolida-se o *ethos* do Papa Francisco para o auditório, suportado em dogmas de humanidade e simplicidade.

O mesmo raciocínio também se estende aos discursos proferidos por um e pelo outro. Ainda que num comparativo de mérito ambos se assemelhem – afinal, como realizar a persuasão quando o acordo prévio entre o orador (representante da Igreja Católica) e o auditório (fiéis e leigos) parece tão óbvio? – apenas se consegue averiguar a maior ou menor recepção do discurso após suas apresentações, não ensejando juízos prévios frente a ausência material dos discursos papais franciscanos antes de suas exteriorizações.

Também na linha proposta por Amossy quanto ao *ethos* pré-discursivo, outro questionamento se agiganta: afinal, o orador – indistintamente a quem ocupe o cargo representativo - é um líder religioso ou é um líder político? Quer dizer, qual o *ethos* já construído acerca do Papa, no seu estatuto de locutor e no quadro em que profere sua palavra?

Partindo das análises dos discursos do Papa Francisco, atual ocupante do trono de Pedro, temos que ele não se mostra nem como chefe da Igreja católica e nem como chefe do Vaticano, mas como um *personagem* provido de pré-expectativas, o que lhe confia a possibilidade de formação prévia de um acordo com o auditório. Ou seja, existe um *ethos* previamente identificável, mesmo nas especificidades retórico-argumentativas de cada discurso, seja político ou religioso, que pode ser veiculado ao Papa, neste caso, ao Papa Francisco.

> **Recorte 64 - P.F. (Parlamento Europeu):** Por isso, **desejo** renovar a **disponibilidade da Santa Sé e da Igreja Católica**.
>
> **Recorte 65 - P.F. (Parlamento Europeu):** A minha visita tem lugar passado mais de um quarto de século da realizada **pelo Papa João Paulo II**.
>
> **Recorte 66 - P.F. (ONU):** Mais uma vez, seguindo uma tradição de que me sinto honrado, o Secretário-Geral das Nações Unidas convidou **o Papa** para falar a esta distinta assembleia das nações.
>
> (grifos nossos)

Se o convencimento é o sucesso da persuasão, tem-se que, primeiro a essa última, há que se ter a sedução do auditório, o que corrobora as emoções, paixões e identificação do mesmo. Francisco reitera a imagem já consolidada de seu posto apresentando-se meramente como Papa, seja na espontaneidade de falar em nome da Igreja Católica e da Santa Sé ao mesmo tempo (explicitando a posição conjunta de ambos), seja ao referir-se como sucessor de João Paulo II. De igual forma, também destaca o *personagem* Papa ao mencioná-lo em 3ª pessoa.

O *ethos* pré-discursivo da pessoa de Francisco é notório por causa de sua localidade de nascimento, mas, de igual forma, também subsiste tal acepção ao cargo do Papa em si, indistintamente a quem o ocupe. Tal qual construímos imaginários prévios acerca de um palhaço ou de um político (na atualidade), também o temos quanto ao vigário de Cristo, sendo certo que Francisco possui esta consciência de maneira plena, utilizando-a em seu processo argumentativo discursivo.

Não obstante, defendemos algo maior quanto à posição do Papa, um arquétipo que suplantaria a noção de pré-discursividade de seu *ethos* e toda a sua carga retórica, o que passamos a demonstrar abaixo.

4.5 O *multiethos* do Papa Francisco

O T.A de Perelman e Olbrechts-Tyteca faz apenas uma breve referência incidental ao conceito de *ethos*, com a finalidade de expor como o argumento está intrinsecamente relacionado com a pessoa do argumentador. Logicamente, se o Tratado é um inventário de técnicas e estratégias argumentativas para a conquista do auditório, não há como desconsiderar os aspectos inerentes e relevantes vinculados à performance do orador. *"Le fait que la qualité de l'argumentation du locuteur influence la perception que l'auditoire a de lui ; que le locuteur doit se concilier l'auditoire en montrant qu'il a confiance dans son jugement"*[86] (LEFT, 2009, p. 6).

De maneira mais incisiva, os estudos de Meyer, Maingueneau e Amossy abordaram o argumento *ethos*, explorando, inclusive, o já exposto conceito de *ethos* pré-discursivo e/ou

[86] Tradução Livre: O fato que a qualidade da argumentação do locutor influencia a percepção que o público tem dele; que o locutor deve se conciliar com auditório, buscando a confiança em seu julgamento.

prévio. Expuseram a noção aristotélica do termo sob a ótica da percepção do auditório e não necessariamente daquela traduzida em um *ethos* característico de uma pessoa e/ou grupo social.

Todavia, vale destacar o suporte homogêneo no qual se amparam todas as análises vinculadas ao *ethos*, qual seja, a projeção de um discurso, ainda que involuntariamente, gera a imagem do orador sob o mesmo (a imagem de si no discurso).

Partindo deste mesmo sustentáculo, ao analisar os discursos do Papa Francisco sob o viés retórico, chamou-nos atenção a posição própria de um Papa – e não somente do atual papado -, qual seja, sua dualidade como líder religioso e líder político. Mais especificamente, sua posição ao mesmo tempo de Chefe da Igreja Católica e Chefe Político do Estado do Vaticano.

Assim, temos que a *posição* Papa configura um orador único, absolutamente autêntico, que pode genuinamente e de maneira totalmente própria, falar ao mesmo tempo destes dois lugares – como líder religioso e líder político concomitantemente.

Ou seja, configura-se aqui o que ousamos chamar de *multiethos*, num caráter específico e exclusivo para o Papa, frente a sua posição dualística própria e já formalmente consolidada.

Tal condição afeta diretamente a constituição em si do *ethos* que lhe é inerente pelo exercício da posição Papa (numa ótica de linha aristotélica mais pura), bem como do *ethos* decorrente da percepção do auditório quanto ao orador (numa linha mais fundamentada nos estudos de Maingueneau e Amossy).

Esta peculiaridade permite vasta extensão analítica, fundamentando a constituição de uma figura argumentativa individual e com grande poder persuasivo. Tal diretriz filia-se à proposta de Maingueneau pela qual o *ethos* não é só a eloquência num discurso, mas, ao contrário, um conceito muito maior que alcança aspectos orais e escritos, bem como determinações psíquicas e físicas.

Com esta perspectiva, definimos *multiethos* como a construção da imagem do orador para com o auditório, antes ou no curso do discurso, fundamentado na existência de multiplicidade formal da posição do falante, lhe agregando autoridade e prerrogativas.

Ao propor o conceito retórico da existência de um *multiethos*, o qual busca explicar como o Papa constrói a sua imagem para com seu auditório, fundamento minha análise e proposta exclusivamente na operacionalidade dos conceitos emprestados dos autores de referência, notadamente Aristóteles e Amossy, bem como no índice organizacional de progressão temática, face à natureza própria dos argumentos já existentes.

A fim de construir um *ethos* apropriado e manter um discurso consensual, o Papa toma em consideração o conhecimento compartilhado, dependente da experiência dos observadores católicos e, em consequência, de dados numéricos e objetivos. Ele mobiliza como fonte primordial os textos do magistério canônico, princípios morais e referentes normativos, recorrendo também aos caminhos argumentativos do *logos* e do *pathos* que articulam o núcleo de sua doutrina e o conhecimento do senso comum.

A priori, o quadro de referência do discurso papal é a própria memória coletiva da Igreja (Escrituras e Tradições), utilizando, para tanto, um orador incontestável para sua prova (como na acepção do argumento de autoridade que fundamenta o valor de seu propositor/autor – vide explicações no tópico correspondente), qual seja, Jesus Cristo. O Papa transfigura-se no intérprete e leitor da memória coletiva cristã. A apropriação do discurso papal das Escrituras mobiliza o papel profético da Igreja e a sua esperança, justificando-o. O apelo a uma autoridade legitimada e autorizada atua como garantia, suportando a iniciativa do Papa de se expressar em questões das mais diversas naturezas, até mesmo em questões sociopolíticas. Isso fortalece e respalda seus argumentos, garantindo a validade de sua enunciação.

O núcleo de sua posição como Papa, assim, é a tradição religiosa que lhe vincula uma filiação argumentativa. Essa ordem de argumentos de maneira endógena (recordação de escritos anteriores convalidados em tradições e práticas) é completada por uma ordem exógena, articulada, essencialmente, em torno das proposições implícitas que buscam alterar hermenêuticas atuais.

Assim, temos que as "pessoas autorizadas" estão em "autoridade". Eles têm um privilégio de eficácia na afirmação de suas proposições, especialmente quando comparados a outros em posições distintas. Mas, daí, pergunta-se: a posição de Papa sobressai-se, por assim dizer, em relação a outros oradores/combatentes de seu discurso, como, por exemplo, em relação a uma autoridade política, em face de tais oradores (autoridades políticas) estarem no senso comum, marcados como desqualificados frente à utilização corriqueira do engano e da falsidade?

Entendemos que não, pois, tal qual o Papa ampara seus argumentos numa posição como líder da Igreja católica, uma autoridade política, eleita de forma regular e dotada de prerrogativas de representação de Estado, também o poderia fazer. Nessa situação, estar-se-ia a comparar duas posições de orador distintas, mas alcançadas por um *ethos* próprio e, até mesmo, por *ethos* pré-discursivos distintos.

Um auditório consegue projetar imagens distintas de um orador na posição de líder político e de um orador na posição de líder religioso. Não importa os conceitos e o mérito dos *ethos* formalizados, mas sim o fato de não serem iguais, ainda que nas mais pequenas minúcias, frente a serem oradores com posições diferentes: um político e outro religioso.

E nesse cenário que se sobressai a existência do *multiethos* para o Papa. Não importa a ocasião ou o auditório em si, ele sempre falará da posição de chefe político[87] e chefe religioso ao mesmo tempo, de forma indissociável. Não há como analisar seus discursos de maneira a se concluir que num ele está como chefe político (Autoridade da cidade estado Vaticano) e noutro está como chefe religioso (Papa em decorrência sucessória da Igreja Católica). Ele ocupa, simplesmente, a posição de Papa, que já infere duas posições distintas de falante/orador, o que, em outras palavras, acaba por lhe projetar um *multiethos*.

Eis, novamente, o ponto central de nossa tese, qual seja, a existência de um *ethos* diferenciado (antes ou durante o discurso) – *multiethos* – para aqueles que ocupam múltiplos lugares formais na sua posição de orador, o que encontramos na posição de Papa, lhe conferindo uma posição distinta discursiva, com legitimidade e visibilidade diferenciada na relação com o auditório.

Nestes termos, cabe ao analista verificar a existência fundamental de duas ou mais posições formais concomitantes e distintas do orador para se concluir a existência do *multiethos*. Não basta o fato de os discursos políticos e religiosos mesclarem-se entre si inúmeras vezes; é necessária a percepção dos diferenciados lugares formais que ocupa o orador. Se assim não fosse, poderíamos imaginar que Mahatma Gandhi, Martin Luther King e outros, os quais possuíam discursos com vieses políticos e religiosos juntos, também projetariam um *multiethos*, o que, contudo, seria equivocado, pois, sua posição de orador consubstancia um único lugar formal (ativista, pastor), de modo a não lhes ser aplicável tal conceito.

Numa atualidade, a pessoa que mais se aproximaria, afora o Papa em si, ao conceito de *multiethos* seria o Dalai Lama; contudo, ainda que tenha a alcunha de líder do governo tibetano em exílio, fato é que o Tibete, oficialmente, faz parte do território Chinês, o qual não lhe reconhece e/ou ampara a independência. Desta forma, resta-lhe a posição única de líder religioso formal (sem a multiplicidade de líder político formal). Já numa esfera da Antiguidade Histórica, encontraríamos a projeção do *multiethos* em Faraós no Antigo Egito e nos

[87] Como chefe político, o Papa traz à instituição "Igreja Católica" uma legitimidade e visibilidade no espaço público formal. Ele exerce uma normatividade na política vaticanista, que acaba por gerar uma socialização política dos cristãos.

Imperadores Persas e Romanos (antes de suas conversões à religião islâmica e cristã), em vista de concentrarem o poder político de representação de seus territórios e o poder religioso, na alegoria de serem representantes de(os) Deus(es) vivos.

A seu tempo, também destacamos o porquê de não considerarmos o *multiethos* à posição de Rei ou Rainha da Inglaterra. Tal país está inserido politicamente na monarquia parlamentar do Reino Unido (o qual, além da Inglaterra, também engloba o País de Gales, a Escócia e a Irlanda do Norte), tendo atualmente, a Rainha Elizabeth II como governante. A monarquia parlamentar destaca ao ocupante do trono o título de Chefe de Estado, porém, sem poderes políticos de governo, cabendo-lhe, tão somente, a representação perante a comunidade internacional e eventos comemorativos. Tal qual sua posição um tanto figurativa no plano político, também ocupa semelhante cargo em relação à religião Anglicana, onde, até por ser o membro mais conhecido de tal credo, possui a alcunha de Chefe Supremo da Igreja, sem que, contudo, exerça maiores poderes temporais em relação à doutrina religiosa.

Já no que tange ao país Irã, algumas considerações devem ser levantadas. Por certo, o Irã possui um presidente formal – na atualidade Hassan Rohani – o qual tem poder de representação política. Contudo o mesmo é indicado pelo chamado Líder da Revolução do Irã, cargo este instituído no ano de 1979, que traz ao seu ocupante a autoridade política e religiosa sobre a República Islâmica do Irã, o qual é atualmente ocupado pelo aiatolá Ali Khamenei (sucessor do aiatolá Khomeini). Considerando possuir a múltipla posição formal, poderíamos imaginar também o *multiethos* ao mencionado líder/aiatolá, contudo, não teríamos guarida sob o ponto de vista da ausência de homogeneidade da religião islâmica. Com efeito, ao refletirmos sob o Papa, o temos como líder formal único de um estado e de uma religião, o que não encontra eco na posição do aiatolá que, muito embora formalmente instituído no posição política e religiosa, não vem a ser o único chefe religioso do islamismo (tal qual o Papa é para o catolicismo). Após Maomé, não há uma lei única indicativa do chefe religioso dos mulçumanos nos países que lhe têm como religião oficial, bem como regras claras quanto à nomeação de novos líderes, o que precipitou a existência de vários chefes religiosos formais a se proclamarem descendentes/filhos do Profeta em inúmeras localidades, tal qual como no Irã.

Seguindo tal linha de raciocínio, quanto às dificuldades ligadas à noção proposta, poder-se-ia, então, indagar que a posição do orador não necessariamente teria que ser formal para a constituição do *multiethos*, haja vista que a própria existência de discursos diversos proferidos pelo mesmo, desde que com naturezas distintas (por exemplo, um discurso religioso e um

discurso político, ou até mesmo um único discurso com as naturezas conjuntas) já lhe ampararíam à projeção múltipla.

Ousamos discordar de tal fundamentação. Nessa situação - que como mencionado, acaba por ser extremamente usual – entendemos que prevaleceria a projeção única do *ethos* (ainda que pré-discursivamente), pois a imagem do orador vincular-se-ia a uma única vertente, isto é, prevaleceria de forma contundente uma de suas formações, caindo por terra a multiplicidade que se busca. Tomando como exemplo os já citados Gandhi e Luther King, tem-se suas imagens vinculadas ao de um pacifista e ao de um pastor evangélico; não há vinculações suas como chefes de Estado.

Porém, cabe-nos maiores reflexões.

Ao imaginarmos o *multiethos* além do requisito da posição formal do orador, privilegiaríamos a existência das múltiplas posições do orador no discurso, o que lhe agregaria substância para com o auditório. Configuraríamos a ausência da unicidade do orador como parte de sua própria sedução, ressaltando tal efeito como o grande baluarte da multiplicidade do *ethos*. A ausência de onipotência do orador, quer dizer, sua não unicidade em seu lugar próprio, materializaria o *multiethos* como o argumento final, tendo o convencimento quase como um residual e, a persuasão, como consequência.

Tal perspectiva teórica expandiria o conceito de *multiethos* para todos os oradores que possuíssem duas ou mais posições/formações/cargos, mesmo que não formais, materializando aos mesmos indubitável característica e vantagem no ato do discurso retórico, nos termos do argumento aristotélico *ethos*.

Consideramos relevante tal proposição, até mesmo pelo seu explícito encantamento, haja vista que conseguiríamos expandir o estudo do conceito aqui proposto para inúmeros outros oradores[88], refletindo sob a formação de suas importâncias para com os respectivos auditórios e suas exteriorizadas capacidades de convencimento. Queremos dizer, tal premissa seria um fundamental sustentáculo para a afirmação de ser o argumento *ethos*, com a característica de multiplicidade, superior aos argumentos *pathos* e *logos*, mesmo que deles se constituindo e dependente. Em tese, quanto mais posições, maior capacidade persuasiva para o orador.

Porém, entendemos que o recuo, no presente momento do estudo, mostra-se mais apropriado, isto é, ainda nos cabe sustentar a necessidade formal da posição do orador para a

[88] Afinal, não há maior dificuldade em encontrarmos oradores com múltiplas posições, ainda mais sem a existência de um requisito formal. Por exemplo, político e pastor, esportista e professor, presidente e sociólogo, empresário e prefeito etc.

constituição do *multiethos*. De plano, a combater o raciocínio supramencionado diverso, ter-se-ia que quase todos os oradores amoldar-se-iam à posição múltipla, o que destacaria a multiplicidade somente como uma das características originais do *ethos*, o que, não obstante e sem maiores temores de desacerto, não respaldaria/explicaria a especificidade da noção proposta da existência do *multiethos*, notadamente quando pensada na figura papal em si, com relevância ao Papa Francisco.

Nessa esteira, também não vincularíamos o *multiethos* com o chamado lugar social, conceito atrelado à noção de construção textual proposta por Mikhail M. Bakhtin. Se pensarmos sob o prisma da filosofia da linguagem, todo discurso seria uma produção necessariamente dependente das relações sociais, "marcado pela subjetividade que o produziu, mas não no sentido romântico e idealista da vontade livre e autônoma, pois aquilo que expressa é resultado do lugar da autoria, portanto marcado pelas condições do meio de onde procede" (PALMA, 2012, p. 1), porém, ao levarmos como premissa que um discurso retórico destina-se a um auditório, esse último que definirá para o orador as condições prévias e necessárias da argumentação.

Mesmo raciocínio quanto à não vinculação ao conceito de *multiethos*, realiza-se na proposição de lugar social de Eduardo Guimarães. O autor traz a ideia das figuras de enunciação, o que corresponderia aos lugares de onde se realiza o ato de enunciar. Em tal cerne, existe o "lugar do locutor" (aquele que enuncia) e o "lugar do locutor-x", sendo este o seu lugar social, isto é, a posição onde o locutor é constituído socialmente para ter a autorização da fala (como, por exemplo, locutor pai, locutor professor, locutor médico etc.). "O locutor só pode falar enquanto predicado por um lugar social" (GUIMARÃES, 2005, p. 24). Depreendendo a intencionalidade constitutiva de qualquer discurso retórico, o conceito de *multiethos* não alcançaria guarida na doutrina do supramencionado e festejado autor, pois, a argumentatividade empreendida para a persuasão operar-se-ia por qualquer orador, indistintamente a sua posição como locutor (lugar social). O que sustentamos é uma mais valia do discurso daquele que possui a posição formal múltipla, o que lhe agregaria um maior poder de convencimento, de sorte que seria, no mínimo imprudente, afirmar que o orador não instituído naquela deixasse de obter/possuir capacidade de persuasão.

É possível pensar que o orador também se constitui afetado pelo *pathos*[89] de forma que a formulação do discurso, que visa convencer a maioria das pessoas do auditório, também sensibiliza a formação do *multiethos* do Papa Francisco. Porém, tal influência seria vinculada

[89] Vide maiores comentários desse argumento no Capítulo 1.

ao argumento *ethos* do orador, consoante a imagem que pretende transpor para o auditório com seu discurso[90], não encontrando guarida no conceito que sustentamos no presente trabalho (para o *multiethos* o formalismo é fundamental). O lugar social, retoricamente exposto, suportaria a análise da oportunidade de tomada da palavra em certos casos ou perante certos auditórios, numa ótica macro de habilitação.

> Com efeito, para argumentar, é preciso ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental. Portanto, às vezes é uma distinção apreciada ser uma pessoa com quem os outros discutem. O racionalismo e o humanismo dos últimos séculos fazem parecer estranha a ideia de que seja uma qualidade ser alguém com cuja opinião outros se preocupem, mas, em muitas sociedades, não se dirige a palavra a qualquer um, como não se duelava com qualquer um. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 18)

Mesmo com receio de certa repetição para com o leitor, também nos convém apresentar o que Perelman (2004) apresenta em sua obra *Retóricas* individualmente:

> O exercício eficaz da argumentação supõe um meio de comunicação, uma linguagem comum, sem a qual o contato das mentes é irrealizável. Essa linguagem é produto de uma tradição social, que será de feitio diferente no caso de uma linguagem natural ou no de uma linguagem técnica, comum aos membros de uma disciplina ou de uma profissão, diferente no caso de uma língua comum e no de uma língua reservada apenas aos iniciados. (PERELMAN, 2004, p. 305)

Não obstante, devemos relembrar que, frente a concepção da retórica aristotélica, da qual são seguidores, os autores do T.A, já nas primeiras palavras de sua consagrada obra, destacam que buscam a ruptura com a concepção da razão e raciocínio de Descartes quanto à argumentação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 1), isto é, em apertada síntese, o afastamento do método hipotético dedutivo, o qual determina que, através do encadeamento de várias proposições, chegar-se-ia a uma conclusão referente, a qual no plano de sua certeza, seria coercitivo e, porque não dizer, independente de qualquer elemento social. Nesse aspecto, pois, não poderíamos negar as relações sociais no estudo trazido pelos autores belgas.

Já sob a ótica da teoria de Rancière[91], recordamos que a política se ampara no litígio, através do desentendimento – o qual se dá pela linguagem na sociedade, o que suportaria que todo o discurso alcançaria nuances políticas, de forma que todos (discursos) teriam múltiplas

---

[90] *"La prueba por el ethos moviliza, entonces, todo aquello que en la enunciación discursiva contribuye a producir una imagen tanto psicológica como sociológica"* (ARNOUX e STEFANO, 2017, p. 27-28). Tradução Livre: A prova pelo *ethos* mobiliza, então, tudo aquilo que a enunciação discursiva contribui a produzir uma imagem tanto psicológico como sociológica.

[91] Vide maiores comentários no item 2.3.

naturezas, vindo, pois, a ser projetado o *multiethos* a todos os oradores. Entendemos que tal posição seria impensável, corroborando a necessidade de posições formais múltiplas do orador para a aplicação do conceito aqui apresentado.

Contudo é possível problematizar. Mencionamos que a posição formal e peculiar do Papa, o que corrobora seu *multiethos*, seria seu diferencial no que tange à extinção do litígio, haja vista que sua inexistência ampararia o desentendimento, ainda que seus discursos fossem construídos (*pathos*) especificamente para auditórios particulares e específicos. Porém, preferimos nos ater à afirmação pela qual a contradição no *multiethos*, decorrente da própria natureza do político e do religioso, fortalece esplendidamente a tentativa de se anular por completo o litígio, sem que, contudo, o faça em sua integralidade plena. O *multiethos* do Papa Francisco atribuí-lhe uma posição de ordem política diferenciada quando se direciona ao auditório, concebendo uma imagem de valor e crédito quase incontestáveis; porém, partindo do conceito de que a política se caracteriza pelo desentendimento, seria contraproducente dizer que sua contradição anula por completo o litígio.

Logicamente tal ordem de raciocínio não coloca em descrédito o termo que aqui se busca suportar filosoficamente, mas, ao contrário, lhe agrega outra característica própria para que seja pensado e aplicado de maneira distinta e especial quando relacionado aos conceitos de Rancière. Pensando na real existência do *multiethos*, sua acepção deve ser tratada diretamente com o conceito de litígio, isto é, não se vincular as naturezas do político e religioso (não obstante lhe serem próprios e constituintes), mas, ao contrário, partir da própria definição do *multiethos* para pensar o estabelecimento – ou não - da política em decorrência do desentendimento.

Mais ainda, é válido dizer que o conceito de *multiethos*, nessa situação, acaba por ir contra o preceituado por Ducrot, quando o celebrado autor diz que "*on a bien fréquemment besoin, à la fois de dire certaines choses et de pouvoir faire comme si on ne les avait pas dites, de les dire, mais de façon telle qu'on puisse en refuser la responsabilité"*[92] (DUCROT, 1972, p. 5) uma vez que, a posição formal do orador, lhe reputa as prerrogativas e formalidade de sua ocupação e projeção múltipla da imagem.

Em específico nos discursos analisados, a noção de *multiethos* proposta acima pode ser encontrada em fragmentos dos discursos do Papa Francisco, explicitando a sua constituição até mesmo de maneira direta por sua fala.

---

[92] Tradução Livre: "muitas vezes precisamos dizer certas coisas e poder agir como se não as tivéssemos dito, para dizê-las, mas de tal forma que podemos recusar a responsabilidade".

Vejamos os recortes – aqui estendidos – relembrando que alguns já foram expostos na introdução ao presente capítulo:

> **<u>Recorte 67</u> - P.F. (Parlamento Europeu):** Hoje, falando-vos a partir da **minha vocação de pastor**, desejo dirigir a todos **os cidadãos europeus** uma mensagem de esperança e encorajamento.
>
> **<u>Recorte 68</u> - P.F. (ONU):** Mais uma vez, seguindo uma tradição de que me sinto honrado, o Secretário-Geral das Nações Unidas convidou **o Papa** para falar a esta distinta assembleia das nações. **Em meu nome e em nome de toda a comunidade católica**, Senhor Ban Ki-moon, desejo manifestar-lhe a gratidão mais sincera e cordial.
>
> (grifos nossos)

Francisco, na literalidade de seus discursos, tenta mostrar-se ou como um líder religioso, ou como um líder político. Contudo, tal intuito queda por terra frente a sua impossibilidade, ao ponto de o próprio discurso exaltar tal impossível dissociação. Note-se que, na abertura do discurso para com o Parlamento Europeu, o Papa primeiramente busca apresentar-se na figura do líder religioso (vocação de pastor), contudo, após, destaca o direcionamento aos cidadãos europeus, o que denota a liderança política, tendo em vista que, sua liderança religiosa não alcança somente o povo europeu, mas todos os demais católicos e fiéis do mundo. Mesmo raciocínio apresenta-se no discurso perante a Assembleia das Nações Unidas, a qual, por si só, em sua própria constituição, direciona reuniões para com Chefes de Estado (liderança política), situação esta perfeitamente compreendida por Francisco ao agradecer em 3ª pessoa o convite ao Papa; porém, tal qual no discurso ao Parlamento Europeu, na continuidade do discurso no solo americano, o Papa exalta sua liderança religiosa, ao agradecer em seu nome e de toda a comunidade católica global.

Tais demonstrações são facilmente perceptíveis no próprio corpo dos discursos, porém, ressalta-se, ainda que não houvesse nos mesmos referências diretas ou indiretas à posição dualística antagônica do orador (falando como líder religioso não mencionando a liderança política e vice-versa), entendemos impossível seu acobertamento, isto é, ainda que queira na literalidade do texto, o Papa não possui a prerrogativa senão a de que apresentar-se como líder religioso e líder político ao mesmo tempo, materializando seu *multiethos* para com o auditório a que se vincula.

Quando das pesquisas vinculadas ao discurso que o Papa Francisco proferiu perante o Parlamento Europeu, chamou-nos atenção a cobertura do evento realizada pela TV Portuguesa

(Portugal) TVi24. Na oportunidade, o repórter/correspondente encarregado da cobertura do evento, Pedro Moreira, postou na rede social twitter a seguinte opinião:

> "Belíssimo discurso do Papa, aplaudido de pé no Parlamento Europeu. Pena que não se possa votar em Francisco. — Pedro Moreira (@PedroMoreiraTVI) 25 novembro 2014"[93]

Como já outrora mencionado: se o *ethos* é a construção da imagem do orador para o auditório, seria essa a vontade de Francisco? Quer dizer, extrapolando a imagem comungada pelo auditório de um orador humilde e simples, sem qualquer pretensão política?

Eis uma típica situação que ampara a materialização do *multiethos*, a qual fundamenta-se na imagem construída para o auditório. Isto é, ainda que considere Francisco um líder religioso, o jornalista lhe confere o estigma do líder político, a ponto de dizer que votaria em sua candidatura se assim possível fosse. O ponto central não é o intuito do repórter, mas a clara percepção de que o *ethos* do Papa, autêntico e exclusivo que é, não difere o mesmo da dualidade política e religiosa, trazendo para o auditório essa percepção, mesmo que inconsciente.

Podemos também trazer outro exemplo a amparar a tese que aqui se sustenta. No dia 06/12/2017, o presidente norte americano Donald Trump transferiu a embaixada dos Estados Unidos em Israel para a cidade de Jerusalém, o que causou grandes discussões das lideranças mundiais quanto à incitação de novos conflitos no Oriente Médio envolvendo os palestinos e os judeus. Nesse cenário, Trump entrou em contato com o líder da autoridade Palestina - Mahmoud Abbas – no dia anterior (05/12/2017) para informá-lo de tal decisão. Após a conversa com o líder americano, Abbas pediu que o Papa Francisco e os líderes mundiais interviessem contra a intenção de Trump[94], o que foi noticiado em redes mundiais de comunicação.

Sem entrar no mérito da questão vinculada pela mudança da embaixada americana da cidade de Tel Aviv para Jerusalém, importa-nos o pedido do presidente palestino. Afinal, por que fazer referência ao Papa Francisco de forma distinta aos dos demais líderes mundiais no discurso? Isto é, bastar-se-ia pedir que os líderes mundiais interviessem – grupo este que contaria com o Papa; porém, de forma peculiar, Abbas destaca em seu pedido o Papa Francisco separadamente dos líderes mundiais, mas num contexto de liderança mundial.

Tal particularidade do orador palestino referenda o que se tenta aqui mostrar pela teoria do *multiethos*, qual seja, a autenticidade do Papa frente a sua posição dualistica de chefe

---

[93] Declaração reproduzida na página da internet da emissora em 25/11/2014, in <Vide http://www.tvi24.iol.pt/internacional/papa-francisco/papa-apela-a-uma-europa-centrada-na-pessoa-humana>.

[94] Declaração reproduzida na página da internet do site G1 em 05/12/2017, in < https://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-informa- a-presidente-palestino-que-vai-transferir-embaixada-dos-eua-para-jerusalem.ghtml>.

religioso e político, lhe conferindo proeminência até mesmo em discursos outros que lhe fazem menção. Tal particularidade lhe garante uma posição retórica substancial, permissiva de uma argumentação dirigida e exitosa.

A noção de *multiethos* que aqui apresentamos também pode ser referendada pelo ato simbólico de alteração de nome realizado pelos Papas em geral quando da assunção ao Papado. Tal costume não se traduz numa regra propriamente dita, porém busca-se seguir o exemplo do primeiro Papa, o apóstolo Pedro, que se chamava originalmente Simão, conforme narrado na passagem bíblica[95].

Mesmo na Bíblia conseguimos encontrar outros exemplos correlatos, como o apóstolo Paulo que se chamava Saulo, Jacó que passou a se chamar Israel, dentre outros. A mudança de nome de batismo pelo novo Papa é um ato figurativo que denuncia parte de suas intenções como futuro bispo de Roma. A despeito das obras e direcionamentos de seus antecessores, o novo Papa indica, com a escolha do novo nome, as atitudes e políticas que marcarão seu pontificado, o que, sob o ponto de vista retórico, poderia configurar, já na posição de Papa, um *ethos* pré-discursivo (imagem prévia do auditório para com o orador)[96]. Propriamente quanto ao *multiethos* a mudança do nome traz o ato emblemático de negação do passado; já não mais existe Bergoglio, mas sim, Francisco. É esta a noção e regra para o auditório. Um mesmíssimo discurso pronunciado por um, ou pelo outro, possui uma receptividade totalmente diferente, o que, fatalmente, implica a melhor ou pior persuasão dos ouvintes. Não se está a dizer que o Cardeal Bergoglio não possuía a capacidade argumentativa, mas, inequivocamente, ao se mostrar como Papa Francisco, altera-se por completo a relação com o auditório.

Este é o ponto que queremos demonstrar. O ato de tornar-se Papa, e aqui, mais especificamente, com decorrente alteração de nome, infere ao orador um substancial e automático fortalecimento de seu discurso e retórica. O *multiethos* possui tanta significância que se opera a anulação da identidade anterior do Papa (lembrando que, se o mesmo quisesse manter seu nome, o poderia fazer sem nada que o impedisse), a qual, mesmo num ato de renúncia ao cargo (como operado pelo Papa Bento XVI) ou morte, não mais possuirá tamanha relevância. É como dizer, numa acepção poética, que nunca mais haverá Bergoglio, mas para todo o sempre, Francisco.

---

[95] "Em resposta, Jesus disse: "Feliz és tu, Simão Filho de Jonas, porque não foi a carne nem o sangue quem te revelou isso, mas o Pai que está nos céus. E eu te digo: Tu és Pedro e sobre esta pedra construirei a minha Igreja e as portas do inferno nunca levarão vantagem sobre ela." (MATEUS, 16:17-18)

[96] Vide item 4.4.

Nestas lições, ressaltamos que a contribuição à ciência retórica que aqui se busca ainda se mostra incipiente, o que poderá ter sua evolução com os apontamentos e contribuições dos inúmeros operadores das ciências da linguagem, de forma que os resultados demonstrados não se prestam a generalizar. Uma vez que a avaliação do valor da argumentação está além do alcance de um único operador, adotei a análise da dinâmica persuasiva da fala papal para a proposta do conceito de *multiethos*, levando em conta a situação do discurso, seu lugar sociopolítico, e a interação entre o orador e auditório. Do ponto de vista epistemológico, essa proposta de teoria convida os demais pesquisadores a analisar a fecundidade do conceito de *ethos* originalmente proposto por Aristóteles, a fim de compreender melhor seus efeitos e objetividade na persuasão, o qual, necessariamente, transita pela imagem que o Papa constrói de si mesmo e de seu auditório, antes e no próprio discurso.

A multiplicidade formal atinente ao *multiethos* pode angariar adeptos e críticos, mas não perde sua natureza a possibilitar problematizações ou reformulações teóricas formativas, em um movimento evolutivo e de sustentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez chegado o momento final de nossa tese, frisamos alguns aspetos da argumentação do Papa Francisco consoante a nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca, enfatizando algumas de nossas conclusões.

Nosso ponto de partida foi marcado pela inquietude quanto à grande aceitabilidade dos discursos do atual Papa Francisco pela população em geral, o que nos remeteu à convicção de poder encontrar tais respostas na ciência retórica; teoria esta particularmente fecunda para a análise da argumentação, através de uma abordagem sistemática do conhecimento em função das matrizes vinculadas ao acordo com o auditório, em suas facetas universal e particular.

O percurso empreendido pela ciência retórica desde Aristóteles até os autores do T.A, junto também aos consagrados Meyer, Mosca e Amossy, conduziram-nos à defesa da tese de que o Papa Francisco, além de constituir seus discursos com inegáveis técnicas argumentativas, o que lhe respalda grande persuasão, é possuidor do que propomos chamar *multiethos*, isto é, o elemento de construção da imagem do orador, antes ou através do discurso, fundamentado na multiplicidade formal de sua posição de falante.

Para a apresentação e defesa de tal conceito, é imperioso recordar nossos deslocamentos teóricos principais. Numa primeira etapa, a análise da retórica e da argumentação, em seu verdadeiro *tour de force* para a retomada de importância, após seu exílio e confinamento aos aspectos literários. Encontrando amparo no tríptico aristotélico *ethos*, *pathos* e *logos*, realizamos a verificação de qual dos principais argumentos da teoria do filósofo grego teria proeminência no orador Papa Francisco, o que nos remeteu à prova vinculada a sua imagem, qual seja, o *ethos*. A corroborar tal escolha para direcionamento dos estudos, chamou-nos a atenção o caráter que o bispo de Roma projetava para seus auditórios, o que direcionou à análise crítica do argumento *ethos* consoante a original definição aristotélica e nos termos da teoria da problematologia proposta por Meyer, a fim de justificar nossas percepções quanto ao orador, o que se mostrou fundamental para a continuidade de nossos questionamentos.

A análise do *ethos* do Papa Francisco, inclusive em sua modalidade pré-discursiva como proposto por Amossy, não nos permitiu, com relativa dose de frustração, à melhor conclusão acerca da pertinência e legitimidade do discurso papal, muito embora nos tenha apresentado valiosas contribuições acerca de seu estilo e atitudes persuasivas, fazendo com que buscássemos os estudos acerca dos conceitos de litígio e política (e, por consequência, do desentendimento)

propostos por Rancière. A aplicação de sua teoria nos brindou com a notabilidade de um orador transeunte entre dois mundos, o da política e o da religião face à peculiaridade de ser eleito Papa.

A escolha do filósofo franco/argelino para a análise mostrou-se particularmente promissora. Sua obra possibilitou-nos a suposição que a posição formal do Papa Francisco lhe agregava substância perante os auditórios aos quais se dirige num discurso qualquer, permitindo uma leitura retórica reveladora da maneira como tal processo se concretiza. Aliados aos pressupostos advindos com as análises técnicas discursivas retoricistas realizadas em seus discursos selecionados como *corpus* para a presente, bem como as definições de discurso político e discurso religioso, em tal perspectiva, pudemos justificar e defender a tese segundo a qual, aqueles que possuem uma dualidade de posição formal no ato do discurso, possuem uma formação múltipla de sua imagem a lhe amparar a persuasão, o que chamamos de *multiethos*.

Assim, em relação às hipóteses levantadas para esta investigação, temos:

a) O Papa Francisco não se constituiu na iconicidade dantes pensada em função de seus discursos perante os auditórios a que se dirigiu. Sua legitimação e autenticidade deram-se em razão de ser o Papa, o que lhe amparou numa imagem decorrente de seu *multiethos*. Os argumentos utilizados em seu discurso lhe trouxeram efeitos persuasivos indene de dúvidas; contudo, a proeminência do *multiethos* ganhou corpo ao lhe vermos como atual ocupante do trono de Pedro.

b) Não nos foi possível concluir pela existência de um *ethos* pré-discursivo frente ao seu antecessor Papa Bento XVI, pelo simples fato que qualquer efeito comparativo decorrente da imagem prévia que o auditório possui somente se materializa após os dois oradores estarem num mesmo patamar comparativo. Isto é, apenas após a assunção de Francisco à posição de Papa que teríamos tal condição, o que, por certo, não respalda a formação e temporalidade pré-discursiva, mas, com efeito, ampara uma imagem própria, singular e autêntica decorrente da constituição do *ethos* em si de qualquer orador.

c) Já no que tange à percepção do *ethos* do Papa Francisco por parte de seus auditórios, em função de seu local de nascença, concluímos pela positivação de tal condição no processo de construção de sua imagem, inclusive na modalidade pré-discursiva, tendo em vista sua legitimação latina e social, traduzindo um fato relevante no processo de troca argumentativa a amparar e fortalecer a persuasão.

A partir da verificação dos resultados desse estudo linguístico, temos que as construções argumentativas do Papa Francisco e, principalmente, seu *multiethos*, lhe credenciam perante o seu séquito dos fiéis, fortalecendo a adesão do auditório aos seus discursos, até mesmo no contexto perelmaniano de auditório universal, extrapolando, pois, os ouvintes tão somente religiosos. Tal constatação lhe direciona quanto ao que Reboul (2000) afirma como essência da retórica: "a arte de persuadir pelo discurso".

Num direcionamento futuro, acreditamos que o conceito aqui exposto de *multiethos* possa vir a ser expandido para outros estudos retóricos e das ciências da linguagem, principalmente quando consideramos o elemento/posição social do enunciador e as ideologias que nele e sobre ele interagem. Retoricamente dizendo, o *multiethos* pode vir a ser trabalhado numa ótica diferenciada quanto à questão formal de sua fundamentação, isto é, se na ausência da mesma ainda prevalece a construção múltipla da imagem do orador. Noutra prática, maiores análises podem ser em empreendidas utilizando-se os conceitos de Rancière quanto ao término do litígio – ou não – através do *multiethos*, lhe ressaltando a capacidade persuasiva. Fato é que tal gama de estudos e análises podem favorecer a compreensão dos discursos e de suas figuras políticas e religiosas constitutivas.

Em derradeiro ato, não podemos deixar de ressaltar as últimas lições de Perelman e Olbrechts-Tyteca em sua obra T.A, as quais amparam todo um estudo direcionado e objetivo dos autores, como se segue:

> Apenas a existência de uma argumentação, que não seja nem coercitiva nem arbitrária, confere um sentido à liberdade humana, condição de exercício de uma escolha racional. [...] Graças à possibilidade de uma argumentação que forneça razões, mas razões não coercitivas, é que é possível escapar ao dilema: adesão a uma verdade objetiva e universalmente válida, ou recurso à sugestão e à violência para fazer que se admitam suas opiniões e decisões. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 581)

Há que se ter sempre outro ponto de vista "para" e "na" vivência cotidiana do ser humano, cabendo, ao orador e aos auditórios, tal plenitude de consciência e deferência. O diálogo e o contraditório (num aspecto de contra-argumentação) implicam a diversidade e a heterogeneidade, oportunizando-se como ferramentas que valorizam, materializam e fundamentam a arte e a ciência do convencimento.

Isto é respeito.

Isto é cordialidade.

Isto é humanidade.

Isto é retórica.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio S. **A arte de argumentar** – gerenciando Razão e Emoção. 13. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

ADAM, J. Imagens de si e esquematização do orador: Petáin e De Gaulle em junho de 1940. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz et al. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

ALVES, Rubens. **O que é religião**. Brasília: Brasiliense, 1994.

AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz et al. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **L'argumentation dans le discours**. 10. ed. Paris, França: Armand Colin, 2006.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** 3. ed. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Escala Educacional, 2011.

_____. **Retórica**. Revisão Levi Condinho, 2. ed. Lisboa: Biblioteca de Autores Clássicos, 2005.

_____. **Retórica das paixões**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Tópicos**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

ARNOUX, Elvira. N.; STEFANO, Mariana di. En torno a la tradición Retórica: apuntes para la lectura. In: ARNOUX, Elvira. N.; STEFANO, Mariana di (Org.). **Discursividades Políticas:** en torno de los Peronismos. Colección Elementos. Buenos Aires, Argentina: Cabiria, 2017.

BARRIO, E. A. **La verdad desestructurada**. Buenos Aires, Argentina: Editorial Universitaria de Buenos Aires – Eudeba, 1998.

BERGOGLIO, J. **Evangelii Gaudium** - A alegria do Evangelho. São Paulo: Loyola, 2014.

BERGOGLIO, J.; SKORKA, A. **Sobre o céu e a terra**. Lisboa, Portugal: Clube do Autor, 2016.

BERTRAND, D. **Parler pour convaincre**. Rhétorique et discours – essai et anthologie. Paris, França: Éditions Gallimard, 1999.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**: Edição da Família. Coordenação Geral Ludovico Garmus. 50. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BORBA, Francisco da Silva. **Introdução aos estudos linguísticos**. Campinas: Pontes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O que falar quer dizer**, Lisboa: Difel, 1982.

BRETON, P. **A Argumentação na comunicação**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Antiguidade oriental**: Política e Religião. Os povos do oriente próximo; reis e sacerdotes; poder e religião. São Paulo: Contexto, 1990

CITELLI, A. **Linguagem e persuasão**. 10. ed. São Paulo: Ática, 1995.

Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados Federais. **CDHM**. Brasília/DF, 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoespermanentes/cdhm/conheca-a-comissao/oquee.html>. Acesso em: 10 set. 2014.

Discurso do Papa Francisco ao Parlamento Europeu. Disponível em: <http://pt.radiovaticana.va/news/2014/11/25/discurso_do_papa_ao_parlamento_europeu_em_estrasburgo/1112319>. Acesso em: 21 jan. 2016.

Discurso do Papa Francisco à Assembleia das Nações Unidas - ONU. Disponível em: <http://papa.cancaonova.com/discurso-do-papa-francisco-na-onu/>. Acesso em: 21 jan. 2016.

DITTRICH, I. J. **Por uma retórica do discurso**: argumentação técnica, emotiva e representacional. São Paulo: Alfa, 2008.

DUBOIS, J. [et al.]. **Retórica geral**. Tradução de Carlos Felipe Moisés [et al.]. São Paulo: Cultrix / Edusp, 1974.

EGGS, E. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz *et al*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

EVANS, V.; GREEN, M. **Cognitive linguistics** – An introduction. New Jersey, United States: Lawrence Erlbaum Associates Publishers London, 2006.

FAVERO, Leonor L.; ANDRADE, Maria Lucia C. V. O. **Fala e escrita**. Organização Dino Preti. 6. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FERREIRA, Luiz A. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2010.

FIGUEIREDO, M.F.; FERREIRA, F. A. *Habemus Papam*: um orador em diálogo com o mundo, ***Scripta* Uniandrade**, Curitiba, PR, v. 11, n. 1 (2013), p. 108-131. Disponível em: <https://uniandrade.br/revistauniandrade/index.php/ScriptaUniandrade/article/view/570/384>. Acesso em: 01 nov. 2017.

FIORIN, J. L. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América Latina**. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

GRÁCIO, Rui Alexandre. Com que é que se parece uma argumentação? Representações sociais do argumentar. In: **Comunicação e sociedade**, 2009. Disponível em: <http://www.ruigracio.com/000pdf/00RG/Comqueseparece.pdf >. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **Consequências da retórica**. Para uma revalorização do múltiplo e do controverso. Coimbra: Pé de Página Editores, 1998.

GUIMARÃES, E. **Análise de texto**: procedimentos, análises, ensino. São Paulo: HUCITEC, 2012.

_____. **Semântica do acontecimento:** um estudo enunciativo da designação. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

HADDAD, Galit. Ethos prévio e ethos discursivo: o exemplo de Romain Rolland. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz *et al*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

HALLIDAY, Tereza Lúcia (Org.) **Atos retóricos**: mensagens estratégicas de políticos e igrejas. São Paulo: Summus, 1988.

HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Objetiva, 1.0. Plataforma Mac. 2001.

LEFT, M. Perelman, argument ad hominem et ethos rhétorique. **Argumentation et Analyse du Discours**, v.2, 2009. Disponível em: <http://aad.revues.org/213>. Acesso em: 02 jun. 2017.

MACHADO, Carolina de Paula. **Política e sentidos da palavra preconceito**: uma história no pensamento social brasileirona primeira metade do século XX. 2011. 258f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. Org. Sírio Possenti; Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Curitiba: Criar Edições, 2006.

_____. Ethos, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). Imagens de si no discurso: a construção do ethos. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz et al. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2010.

MASSMANN, D. **Retórica e argumentação**: Percursos de Sentidos na Biculturalidade. Campinas: Pontes, 2017.

MAURO, Maria A. F. Argumentação e discurso. In: MOSCA, Lineide L. S. (Org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

MEIRELES, Cecília. **Flor de poemas**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1972.

MEYER, M. **A problematologia**. Tradução Sandra Fitas. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

_____. **A retórica**. Revisão técnica Lineide Salvador Mosca; Tradução Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

_____. **Questões de retórica**: linguagem, razão e sedução. Revisão Alberto Gomes e Ruy Oliveira. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1998.

MONTEIRO, João. Discurso teórico e discurso retórico. In: **Discurso**. São Paulo: USP, v. 4, n. 4, 1973.

MONTERO, P. (Org.) **Religiões e controvérsias públicas**: experiências, práticas sociais e discursos. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

MOSCA, Lineide L. S. A atualidade da Retórica e seus estudos: encontros e desencontros. In: **Actas do I Congresso Virtual do Departamento de Literaturas Românticas**. Lisboa, 2005. Disponível em: < http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/linei002_0.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

_____. (Org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

_____. Vocabulário crítico de argumentação. In: **Bakhtiniana**: revista de estudos do discurso. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-45732014000100012&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 jan. 2015.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2012.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1996.

_____. **Terra à vista**. Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo. Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

PALMA, Gloria M. O lugar social e as condições de produção do sujeito autor: Machado de Assis e Carolina Maria de Jesus. **Coleção Mestrado em Linguística**. Franca, 2012. Disponível em:<http://publicacoes.unifran.br/index.php/colecaoMestradoEmLinguistica/article/.../546/436>. Acesso em: 18 mar. 2018.

PERELMAN, C. **Retóricas**. Tradução Maria Ermentina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução Maria Ermentina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, C. **A Argumentação**: histórias, teorias, perspectivas. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. **L'argumentation**: Histoire, théories et perspectives. Paris, France: Presses Universitaires de France, 2005.

PRÉLOT, Marcel. **A ciência política.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2005.

_____. **La mésentente**: politique et philosophie. Paris, France: Éditions Galilée, 1995.

_____. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RUBIN, S.; AMBROGETTI, F. **El jesuita** – La historia de Francisco, el Papa argentino. Buenos Aires, Argentina: Vergara, 2013.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

SOUSA, Américo de. **Retórica e discussão política**. Universidade da Beira Interior – Portugal, 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-americo-retorica-discussao-politica.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2013.

TORRESAN, J. L. A manipulação no discurso religioso. **Dialogia**, São Paulo, v. 6, p. 95-105, 2007.

VARGAS, Getúlio D. **Mensagem de Natal**, 1953. Disponível em: <http://video.rnp.br/portal/video.action;jsessionid=041A0FB29132E828A8884FC67D38071E?idItem=3908>. Acesso em: 11 ago. 2014.

ANEXO 1

DISCURSO PAPA FRANCISCO PERANTE O PARLAMENTO EUROPEU

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vice-Presidentes,

Ilustres Eurodeputados,

Pessoas que a vários títulos trabalhais neste hemiciclo,

Queridos amigos!

Agradeço-vos o convite para falar perante esta instituição fundamental da vida da União Europeia e a oportunidade que me proporcionais de me dirigir, por vosso intermédio, a mais de quinhentos milhões de cidadãos por vós representados nos vinte e oito Estados membros. Desejo exprimir a minha gratidão de modo particular a Vossa Excelência, Senhor Presidente do Parlamento, pelas cordiais palavras de boas-vindas que me dirigiu em nome de todos os componentes da Assembleia.

A minha visita tem lugar passado mais de um quarto de século da realizada pelo Papa João Paulo II. Desde aqueles dias, muita coisa mudou na Europa e no mundo inteiro. Já não existem os blocos contrapostos que, então, dividiam em dois o Continente e, lentamente, está a realizar-se o desejo de que «a Europa, ao dotar-se soberanamente de instituições livres, possa um dia desenvolver-se em dimensões que lhe foram dadas pela geografia e, mais ainda, pela história»[1].

A par duma União Europeia mais ampla, há também um mundo mais complexo e em intensa movimentação: um mundo cada vez mais interligado e global e, consequentemente, sempre menos «eurocêntrico». A uma União mais alargada, mais influente, parece contrapor-se a imagem duma Europa um pouco envelhecida e empachada, que tende a sentir-se menos protagonista num contexto que frequentemente a olha com indiferença, desconfiança e, por vezes, com suspeita.

Hoje, falando-vos a partir da minha vocação de pastor, desejo dirigir a todos os cidadãos europeus uma mensagem de esperança e encorajamento.

Uma mensagem de esperança assente na confiança de que as dificuldades podem revelar-se, fortemente, promotoras de unidade, para vencer todos os medos que a Europa – juntamente com o mundo inteiro – está a atravessar. Esperança no Senhor que transforma o mal em bem e a morte em vida.

Encorajamento a voltar à firme convicção dos Pais fundadores da União Europeia, que desejavam um futuro assente na capacidade de trabalhar juntos para superar as divisões e promover a paz e a comunhão entre todos os povos do Continente. No centro deste ambicioso projeto político, estava a confiança no homem, não tanto como cidadão ou como sujeito económico, mas no homem como pessoa dotada de uma *dignidade transcendente*.

Sinto obrigação, antes de mais nada, de sublinhar a ligação estreita que existe entre estas duas palavras: «dignidade» e «transcendente».

«Dignidade» é uma palavra-chave que caracterizou a recuperação após a Segunda Guerra Mundial. A nossa história recente caracteriza-se pela inegável centralidade da promoção da dignidade humana contra as múltiplas violências e discriminações que não faltaram, ao longo dos séculos, nem mesmo na Europa. A percepção da importância dos direitos humanos nasce precisamente como resultado de um longo caminho, feito também de muitos sofrimentos e sacrifícios, que contribuiu para formar a consciência da preciosidade, unicidade e irrepetibilidade de cada pessoa humana. Esta tomada de consciência cultural tem o seu fundamento não só nos acontecimentos da história, mas sobretudo no pensamento europeu, caracterizado por um rico encontro cujas numerosas e distantes fontes provêm «da Grécia e de Roma, de substratos celtas, germânicos e eslavos, e do cristianismo que os plasmou profundamente»[2], dando origem precisamente ao conceito de «pessoa».

Hoje, a promoção dos direitos humanos ocupa um papel central no empenho da União Europeia que visa promover a dignidade da pessoa, tanto no âmbito interno como nas relações com os outros países. Trata-se de um compromisso importante e admirável, porque persistem ainda muitas situações em que os seres humanos são tratados como objetos, dos quais se pode programar a concepção, a configuração e a utilidade, podendo depois ser jogados fora quando já não servem porque se tornaram frágeis, doentes ou velhos.

Realmente que dignidade existe quando falta a possibilidade de exprimir livremente o pensamento próprio ou professar sem coerção a própria fé religiosa? Que dignidade é possível sem um quadro jurídico claro, que limite o domínio da força e faça prevalecer a lei sobre a tirania do poder? Que dignidade poderá ter um homem ou uma mulher tornados objeto de todo

o género de discriminação? Que dignidade poderá encontrar uma pessoa que não tem o alimento ou o mínimo essencial para viver e, pior ainda, que não tem o trabalho que o unge de dignidade? Promover a dignidade da pessoa significa reconhecer que ela possui direitos inalienáveis, de que não pode ser privada por arbítrio de ninguém e, muito menos, para benefício de interesses económicos.

É preciso, porém, ter cuidado para não cair em alguns equívocos que podem surgir de um errado conceito de direitos humanos e de um abuso paradoxal dos mesmos. De facto, há hoje a tendência para uma reivindicação crescente de direitos individuais – sinto-me tentado a dizer individualistas –, que esconde uma concepção de pessoa humana separada de todo o contexto social e antropológico, quase como uma «mónada» (*μονάς*) cada vez mais insensível às outras «mónadas» ao seu redor. Ao conceito de direito já não se associa o conceito igualmente essencial e complementar de dever, acabando por afirmar-se os direitos do indivíduo sem ter em conta que cada ser humano está unido a um contexto social, onde os seus direitos e deveres estão ligados aos dos outros e ao bem comum da própria sociedade.

Por isso, considero que seja mais vital hoje do que nunca aprofundar uma cultura dos direitos humanos que possa sapientemente ligar a dimensão individual, ou melhor pessoal, à do *bem comum*, àquele «*nós-todos*» formado por indivíduos, famílias e grupos intermédios que se unem em comunidade social[3]. Na realidade, se o direito de cada um não está harmoniosamente ordenado para o bem maior, acaba por conceber-se sem limitações e, por conseguinte, tornar-se fonte de conflitos e violências.

Assim, falar da *dignidade transcendente do homem* significa apelar para a sua natureza, a sua capacidade inata de distinguir o bem do mal, para aquela «bússola» inscrita nos nossos corações e que Deus imprimiu no universo criado[4]; sobretudo significa olhar para o homem, não como um absoluto, mas como um *ser relacional*. Uma das doenças que, hoje, vejo mais difusa na Europa é a *solidão*, típica de quem está privado de vínculos. Vemo-la particularmente nos idosos, muitas vezes abandonados à sua sorte, bem como nos jovens privados de pontos de referência e de oportunidades para o futuro; vemo-la nos numerosos pobres que povoam as nossas cidades; vemo-la no olhar perdido dos imigrantes que vieram para cá à procura de um futuro melhor.

Uma tal solidão foi, depois, agravada pela crise económica, cujos efeitos persistem ainda com consequências dramáticas do ponto de vista social. Pode-se também constatar que, no decurso dos últimos anos, a par do processo de alargamento da União Europeia, tem vindo a crescer a desconfiança dos cidadãos relativamente às instituições consideradas distantes,

ocupadas a estabelecer regras vistas como distantes da sensibilidade dos diversos povos, se não mesmo prejudiciais. De vários lados se colhe uma impressão geral de cansaço, de envelhecimento, de uma Europa avó que já não é fecunda nem vivaz. Daí que os grandes ideais que inspiraram a Europa pareçam ter perdido a sua força de atração, em favor do tecnicismo burocrático das suas instituições.

A isto vêm juntar-se alguns estilos de vida um pouco egoístas, caracterizados por uma opulência atualmente insustentável e muitas vezes indiferente ao mundo circundante, sobretudo dos mais pobres. No centro do debate político, constata-se lamentavelmente a preponderância das questões técnicas e económicas em detrimento de uma autêntica orientação antropológica[5]. O ser humano corre o risco de ser reduzido a mera engrenagem dum mecanismo que o trata como se fosse um bem de consumo a ser utilizado, de modo que a vida – como vemos, infelizmente, com muita frequência –, quando deixa de ser funcional para esse mecanismo, é descartada sem muitas delongas, como no caso dos doentes, dos doentes terminais, dos idosos abandonados e sem cuidados, ou das crianças mortas antes de nascer.

É o grande equívoco que se verifica «quando prevalece a absolutização da técnica»[6], acabando por gerar «uma confusão entre fins e meios»[7], que é o resultado inevitável da «*cultura do descarte*» e do «*consumismo exacerbado*». Pelo contrário, afirmar a dignidade da pessoa significa reconhecer a preciosidade da vida humana, que nos é dada gratuitamente não podendo, por conseguinte, ser objeto de troca ou de comércio. Na vossa vocação de parlamentares, sois chamados também a uma grande missão, ainda que possa parecer não lucrativa: cuidar da fragilidade, da fragilidade dos povos e das pessoas. Cuidar da fragilidade quer dizer força e ternura, luta e fecundidade no meio dum modelo funcionalista e individualista que conduz inexoravelmente à «cultura do descarte». Cuidar da fragilidade das pessoas e dos povos significa guardar a memória e a esperança; significa assumir o presente na sua situação mais marginal e angustiante e ser capaz de ungi-lo de dignidade[8].

Mas, então, como fazer para se devolver esperança ao futuro, de modo que, a partir das jovens gerações, se reencontre a confiança para perseguir o grande ideal de uma Europa unida e em paz, criativa e empreendedora, respeitadora dos direitos e consciente dos próprios deveres?

Para responder a esta pergunta, permiti-me lançar mão de uma imagem. Um dos mais famosos afrescos de Rafael que se encontram no Vaticano representa a chamada *Escola de Atenas*. No centro, estão Platão e Aristóteles. O primeiro com o dedo apontando para o alto, para o mundo das ideias, poderíamos dizer para o céu; o segundo estende a mão para a frente, para o espectador, para a terra, a realidade concreta. Parece-me uma imagem que descreve bem

a Europa e a sua história, feita de encontro permanente entre céu e terra, onde o céu indica a abertura ao transcendente, a Deus, que desde sempre caracterizou o homem europeu, e a terra representa a sua capacidade prática e concreta de enfrentar as situações e os problemas.

O futuro da Europa depende da redescoberta do nexo vital e inseparável entre estes dois elementos. Uma Europa que já não seja capaz de se abrir à dimensão transcendente da vida é uma Europa que lentamente corre o risco de perder a sua própria alma e também aquele «espírito humanista» que naturalmente ama e defende.

É precisamente a partir da necessidade de uma abertura ao transcendente que pretendo afirmar a centralidade da pessoa humana; caso contrário, fica à mercê das modas e dos poderes do momento. Neste sentido, considero fundamental não apenas o património que o cristianismo deixou no passado para a formação sociocultural do Continente, mas também e sobretudo a contribuição que pretende dar hoje e no futuro para o seu crescimento. Esta contribuição não constitui um perigo para a laicidade dos Estados e para a independência das instituições da União, mas um enriquecimento. Assim no-lo indicam os ideais que a formaram desde o início, tais como a paz, a subsidiariedade e a solidariedade mútua, um humanismo centrado no respeito pela dignidade da pessoa.

Por isso, desejo renovar a disponibilidade da Santa Sé e da Igreja Católica, através da Comissão das Conferências Episcopais da Europa (COMECE), a manter um diálogo profícuo, aberto e transparente com as instituições da União Europeia. De igual modo, estou convencido de que uma Europa que seja capaz de conservar as suas raízes religiosas, sabendo apreender a sua riqueza e potencialidades, pode mais facilmente também permanecer imune a tantos extremismos que campeiam no mundo atual – o que se fica a dever também ao grande vazio de ideais a que assistimos no chamado Ocidente –, pois «o que gera a violência não é a glorificação de Deus, mas o seu esquecimento»[9].

Não podemos deixar de recordar aqui as numerosas injustiças e perseguições que se abatem diariamente sobre as minorias religiosas, especialmente cristãs, em várias partes do mundo. Comunidades e pessoas estão a ser objeto de bárbaras violências: expulsas de suas casas e pátrias; vendidas como escravas; mortas, decapitadas, crucificadas e queimadas vivas, sob o silêncio vergonhoso e cúmplice de muitos.

O lema da União Europeia é *Unidade na diversidade*, mas a unidade não significa uniformidade política, económica, cultural ou de pensamento. Na realidade, toda a unidade autêntica vive da riqueza das diversidades que a compõem: como uma família, que é tanto mais unida quanto mais cada um dos seus componentes pode ser ele próprio profundamente e sem

medo. Neste sentido, considero que a Europa seja uma família de povos, os quais poderão sentir próximas as instituições da União se estas souberem conjugar sapientemente o ideal da unidade, por que se anseia, com a diversidade própria de cada um, valorizando as tradições individuais; tomando consciência da sua história e das suas raízes; libertando-se de tantas manipulações e fobias. Colocar no centro a pessoa humana significa, antes de mais nada, deixar que a mesma exprima livremente o próprio rosto e a própria criatividade tanto de indivíduo como de povo. Por outro lado, as peculiaridades de cada um constituem uma autêntica riqueza na medida em que são colocadas ao serviço de todos. É preciso ter sempre em mente a arquitetura própria da União Europeia, assente sobre os princípios de solidariedade e subsidiariedade, de tal modo que prevaleça a ajuda recíproca e seja possível caminhar animados por mútua confiança.

Nesta dinâmica de unidade-particularidade, coloca-se também diante de vós, Senhores e Senhoras Eurodeputados, a exigência de cuidardes de manter viva a democracia, a democracia dos povos da Europa. Não escapa a ninguém que uma concepção homologante da globalidade afeta a vitalidade do sistema democrático, depauperando do que tem de fecundo e construtivo o rico contraste das organizações e dos partidos políticos entre si. Deste modo, corre-se o risco de viver no reino da ideia, da mera palavra, da imagem, do sofisma... acabando por confundir a realidade da democracia com um novo nominalismo político. Manter viva a democracia na Europa exige que se evitem muitas «maneiras globalizantes» de diluir a realidade: os purismos angélicos, os totalitarismos do relativo, os fundamentalismos a-históricos, os eticismos sem bondade, os intelectualismos sem sabedoria[10].

Manter viva a realidade das democracias é um desafio deste momento histórico, evitando que a sua força real – força política expressiva dos povos – seja removida face à pressão de interesses multinacionais não universais, que as enfraquecem e transformam em sistemas uniformizadores de poder financeiro ao serviço de impérios desconhecidos. Este é um desafio que hoje vos coloca a história.

Dar esperança à Europa não significa apenas reconhecer a centralidade da pessoa humana, mas implica também promover os seus dotes. Trata-se, portanto, de investir nela e nos âmbitos onde os seus talentos são formados e dão fruto. O primeiro âmbito é seguramente o da educação, a começar pela família, célula fundamental e elemento precioso de toda a sociedade. A família unida, fecunda e indissolúvel traz consigo os elementos fundamentais para dar esperança ao futuro. Sem uma tal solidez, acaba-se por construir sobre a areia, com graves consequências sociais. Aliás, sublinhar a importância da família não só ajuda a dar perspectivas e esperança às novas gerações, mas também a muitos idosos, frequentemente constrangidos a

viver em condições de solidão e abandono, porque já não há o calor dum lar doméstico capaz de os acompanhar e apoiar.

Ao lado da família, temos as instituições educativas: escolas e universidades. A educação não se pode limitar a fornecer um conjunto de conhecimentos técnicos, mas deve favorecer o processo mais complexo do crescimento da pessoa humana na sua totalidade. Os jovens de hoje pedem para ter uma formação adequada e completa, a fim de olharem o futuro com esperança e não com desilusão. Aliás são numerosas as potencialidades criativas da Europa em vários campos da pesquisa científica, alguns dos quais ainda não totalmente explorados. Basta pensar, por exemplo, nas fontes alternativas de energia, cujo desenvolvimento muito beneficiaria a defesa do meio ambiente.

A Europa sempre esteve na vanguarda dum louvável empenho a favor da ecologia. De facto, esta nossa terra tem necessidade de cuidados e atenções contínuos e é responsabilidade de cada um preservar a criação, dom precioso que Deus colocou nas mãos dos homens. Isto significa, por um lado, que a natureza está à nossa disposição, podemos gozar e fazer bom uso dela; mas, por outro, significa que não somos os seus senhores. Guardiões, mas não senhores. Por isso, devemos amá-la e respeitá-la; mas, «ao contrário, somos frequentemente levados pela soberba do domínio, da posse, da manipulação, da exploração; não a "guardamos", não a respeitamos, não a consideramos como um dom gratuito do qual cuidar»[11]. Mas, respeitar o ambiente não significa apenas limitar-se a evitar deturpá-lo, mas também utilizá-lo para o bem. Penso sobretudo no sector agrícola, chamado a dar apoio e alimento ao homem. Não se pode tolerar que milhões de pessoas no mundo morram de fome, enquanto toneladas de produtos alimentares são descartadas diariamente das nossas mesas. Além disso, respeitar a natureza lembra-nos que o próprio homem é parte fundamental dela. Por isso, a par duma ecologia ambiental, é preciso a ecologia humana, feita daquele respeito pela pessoa que hoje vos pretendi recordar com as minhas palavras.

O segundo âmbito em que florescem os talentos da pessoa humana é o trabalho. É tempo de promover as políticas de emprego, mas acima de tudo é necessário devolver dignidade ao trabalho, garantindo também condições adequadas para a sua realização. Isto implica, por um lado, encontrar novas maneiras para combinar a flexibilidade do mercado com as necessidades de estabilidade e certeza das perspectivas de emprego, indispensáveis para o desenvolvimento humano dos trabalhadores; por outro, significa fomentar um contexto social adequado, que não vise explorar as pessoas, mas garantir, através do trabalho, a possibilidade de construir uma família e educar os filhos.

De igual forma, é necessário enfrentar juntos a questão migratória. Não se pode tolerar que o Mar Mediterrâneo se torne um grande cemitério! Nos barcos que chegam diariamente às costas europeias, há homens e mulheres que precisam de acolhimento e ajuda. A falta de um apoio mútuo no seio da União Europeia arrisca-se a incentivar soluções particularistas para o problema, que não têm em conta a dignidade humana dos migrantes, promovendo o trabalho servil e contínuas tensões sociais. A Europa será capaz de enfrentar as problemáticas relacionadas com a imigração, se souber propor com clareza a sua identidade cultural e implementar legislações adequadas capazes de tutelar os direitos dos cidadãos europeus e, ao mesmo tempo, garantir o acolhimento dos imigrantes; se souber adoptar políticas justas, corajosas e concretas que ajudem os seus países de origem no desenvolvimento sociopolítico e na superação dos conflitos internos – a principal causa deste fenómeno – em vez das políticas interesseiras que aumentam e nutrem tais conflitos. É necessário agir sobre as causas e não apenas sobre os efeitos.

Senhor Presidente, Excelências, Senhoras e Senhores Deputados!

A consciência da própria identidade é necessária também para dialogar de forma propositiva com os Estados que se candidataram à adesão à União Europeia no futuro. Penso sobretudo nos Estados da área balcânica, para os quais a entrada na União Europeia poderá dar resposta ao ideal da paz numa região que tem sofrido enormemente por causa dos conflitos do passado. Por fim, a consciência da própria identidade é indispensável nas relações com os outros países vizinhos, particularmente os que assomam ao Mediterrâneo, muitos dos quais sofrem por causa de conflitos internos e pela pressão do fundamentalismo religioso e do terrorismo internacional.

A vós, legisladores, compete a tarefa de preservar e fazer crescer a identidade europeia, para que os cidadãos reencontrem confiança nas instituições da União e no projeto de paz e amizade que é o seu fundamento. Sabendo que, «quanto mais aumenta o poder dos homens, tanto mais cresce a sua responsabilidade, pessoal e comunitária»[12], exorto-vos a trabalhar para que a Europa redescubra a sua alma boa.

Um autor anónimo do século II escreveu que «os cristãos são no mundo o que a alma é para o corpo»[13]. A tarefa da alma é sustentar o corpo, ser a sua consciência e memória histórica. E uma história bimilenária liga a Europa e o cristianismo. Uma história não livre de conflitos e erros, e também de pecados, mas sempre animada pelo desejo de construir o bem. Vemo-lo na beleza das nossas cidades e, mais ainda, na beleza das múltiplas obras de caridade e de construção humana comum que constelam o Continente. Esta história ainda está, em

grande parte, por escrever. Ela é o nosso presente e também o nosso futuro. É a nossa identidade. E a Europa tem uma necessidade imensa de redescobrir o seu rosto para crescer, segundo o espírito dos seus Pais fundadores, na paz e na concórdia, já que ela mesma não está ainda isenta dos conflitos.

Queridos Eurodeputados, chegou a hora de construir juntos a Europa que gira, não em torno da economia, mas da sacralidade da pessoa humana, dos valores inalienáveis; a Europa que abraça com coragem o seu passado e olha com confiança o seu futuro, para viver plenamente e com esperança o seu presente. Chegou o momento de abandonar a ideia de uma Europa temerosa e fechada sobre si mesma para suscitar e promover a Europa protagonista, portadora de ciência, de arte, de música, de valores humanos e também de fé. A Europa que contempla o céu e persegue ideais; a Europa que assiste, defende e tutela o homem; a Europa que caminha na terra segura e firme, precioso ponto de referência para toda a humanidade!

Obrigado!

---

[1] Discurso ao Parlamento Europeu (11 de outubro de 1988), 5.

[2] JOÃO PAULO II, Discurso à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (8 de outubro de 1988), 2.

[3] Cf. BENTO XVI, Carta enc. Caritas in veritate, 7; CONC. ECUM. VAT. II, Const. past. Gaudium et spes, 26.

[4] Cf. Compêndio da Doutrina Social da Igreja, 37.

[5] Cf. Carta ap. Evangelii gaudium (24 de Novembro de 2013), 55.

[6] BENTO XVI, Carta enc. Caritas in veritate, 71.

[7] Ibid., 71.

[8] Cf. Carta ap. Evangelii gaudium, 209.

[9] BENTO XVI, Discurso aos Membros do Corpo Diplomático (7 de Janeiro de 2013).

[10] Cf. Carta enc. Evangelii gaudium, 231.

[11] FRANCISCO, Audiência Geral (5 de junho de 2013).

[12] CONC. ECUM. VAT. II, Const. past. Gaudium et spes, 34.

[13] Carta a Diogneto, 6.

ANEXO 2

DISCURSO PAPA FRANCISCO PERANTE AS NAÇÕES UNIDAS - ONU

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores: Bom dia.

Mais uma vez, seguindo uma tradição de que me sinto honrado, o Secretário-Geral das Nações Unidas convidou o Papa para falar a esta distinta assembleia das nações. Em meu nome e em nome de toda a comunidade católica, Senhor Ban Ki-moon, desejo manifestar-lhe a gratidão mais sincera e cordial; agradeço-lhe também as suas amáveis palavras. Saúdo ainda os chefes de Estado e de Governo aqui presentes, os embaixadores, os diplomatas e os funcionários políticos e técnicos que os acompanham, o pessoal das Nações Unidas empenhado nesta LXX Sessão da Assembleia Geral, o pessoal de todos os programas e agências da família da ONU e todos aqueles que, por um título ou outro, participam nesta reunião. Por vosso intermédio, saúdo também os cidadãos de todas as nações representadas neste encontro. Obrigado pelos esforços de todos e cada um em prol do bem da humanidade.

Esta é a quinta vez que um Papa visita as Nações Unidas. Fizeram-no os meus antecessores Paulo VI em 1965, João Paulo II em 1979 e 1995 e o meu imediato antecessor, hoje Papa emérito Bento XVI, em 2008. Nenhum deles poupou expressões de reconhecido apreço pela Organização, considerando-a a resposta jurídica e política adequada para o momento histórico, caracterizado pela superação das distâncias e das fronteiras graças à tecnologia e, aparentemente, superação de qualquer limite natural à afirmação do poder. Uma resposta imprescindível, dado que o poder tecnológico, nas mãos de ideologias nacionalistas ou falsamente universalistas, é capaz de produzir atrocidades tremendas. Não posso deixar de me associar ao apreçamento dos meus antecessores, reiterando a importância que a Igreja Católica reconhece a esta instituição e as esperanças que coloca nas suas atividades.

A história da comunidade organizada dos Estados, representada pelas Nações Unidas, que festeja nestes dias o seu septuagésimo aniversário, é uma história de importantes sucessos

comuns, num período de inusual aceleração dos acontecimentos. Sem pretender ser exaustivo, pode-se mencionar a codificação e o desenvolvimento do direito internacional, a construção da normativa internacional dos direitos humanos, o aperfeiçoamento do direito humanitário, a solução de muitos conflitos e operações de paz e reconciliação, e muitas outras aquisições em todos os sectores da projeção internacional das atividades humanas. Todas estas realizações são luzes que contrastam a obscuridade da desordem causada por ambições descontroladas e egoísmos coletivos. É certo que ainda são muitos os problemas graves por resolver, mas também é evidente que, se faltasse toda esta atividade internacional, a humanidade poderia não ter sobrevivido ao uso descontrolado das suas próprias potencialidades. Cada um destes avanços políticos, jurídicos e técnicos representa um percurso de concretização do ideal da fraternidade humana e um meio para a sua maior realização.

Presto, pois, homenagem a todos os homens e mulheres que serviram, com lealdade e sacrifício, a humanidade inteira nestes setenta anos. Em particular, desejo hoje recordar aqueles que deram a sua vida pela paz e a reconciliação dos povos, desde Dag Hammarskjöld até aos inúmeros funcionários, de qualquer grau, caídos nas missões humanitárias de paz e reconciliação.

A experiência destes setenta anos demonstra que, para além de tudo o que se conseguiu, há constante necessidade de reforma e adaptação aos tempos, avançando rumo ao objetivo final que é conceder a todos os países, sem exceção, uma participação e uma incidência reais e equitativas nas decisões. Esta necessidade duma maior equidade é especialmente verdadeira nos órgãos com capacidade executiva real, como o Conselho de Segurança, os organismos financeiros e os grupos ou mecanismos criados especificamente para enfrentar as crises económicas. Isto ajudará a limitar qualquer espécie de abuso ou usura especialmente sobre países em vias de desenvolvimento. Os Organismos Financeiros Internacionais devem velar pelo desenvolvimento sustentável dos países, evitando uma sujeição sufocante desses países a sistemas de crédito que, longe de promover o progresso, submetem as populações a mecanismos de maior pobreza, exclusão e dependência.

A tarefa das Nações Unidas, com base nos postulados do Preâmbulo e dos primeiros artigos da sua Carta constitucional, pode ser vista como o desenvolvimento e a promoção da soberania do direito, sabendo que a justiça é um requisito indispensável para se realizar o ideal da fraternidade universal. Neste contexto, convém recordar que a limitação do poder é uma ideia implícita no conceito de direito. Dar a cada um o que lhe é devido, segundo a definição clássica de justiça, significa que nenhum indivíduo ou grupo humano se pode considerar

omnipotente, autorizado a pisar a dignidade e os direitos dos outros indivíduos ou dos grupos sociais. A efetiva distribuição do poder (político, económico, militar, tecnológico etc.) entre uma pluralidade de sujeitos e a criação dum sistema jurídico de regulação das reivindicações e dos interesses realiza a limitação do poder. Mas, hoje, o panorama mundial apresenta-nos muitos direitos falsos e, ao mesmo tempo, amplos sectores sem proteção, vítimas inclusivamente dum mau exercício do poder: o ambiente natural e o vasto mundo de mulheres e homens excluídos são dois sectores intimamente unidos entre si, que as relações políticas e económicas preponderantes transformaram em partes frágeis da realidade. Por isso, é necessário afirmar vigorosamente os seus direitos, consolidando a proteção do meio ambiente e pondo fim à exclusão.

Antes de mais nada, é preciso afirmar a existência dum verdadeiro «direito do ambiente», por duas razões. Em primeiro lugar, porque como seres humanos fazemos parte do ambiente. Vivemos em comunhão com ele, porque o próprio ambiente comporta limites éticos que a ação humana deve reconhecer e respeitar. O homem, apesar de dotado de «capacidades originais [que] manifestam uma singularidade que transcende o âmbito físico e biológico» (Enc. *Laudato si'*, 81), não deixa ao mesmo tempo de ser uma porção deste ambiente. Possui um corpo formado por elementos físicos, químicos e biológicos, e só pode sobreviver e desenvolver-se se o ambiente ecológico lhe for favorável. Por conseguinte, qualquer dano ao meio ambiente é um dano à humanidade. Em segundo lugar, porque cada uma das criaturas, especialmente seres vivos, possui em si mesma um valor de existência, de vida, de beleza e de interdependência com outras criaturas. Nós cristãos, juntamente com as outras religiões monoteístas, acreditamos que o universo provém duma decisão de amor do Criador, que permite ao homem servir-se respeitosamente da criação para o bem dos seus semelhantes e para a glória do Criador, mas sem abusar dela e muito menos sentir-se autorizado a destruí-la. E, para todas as crenças religiosas, o ambiente é um bem fundamental (cf. *ibid.*, 81).

O abuso e a destruição do meio ambiente aparecem associados, simultaneamente, com um processo ininterrupto de exclusão. Na verdade, uma ambição egoísta e ilimitada de poder e bem-estar material leva tanto a abusar dos meios materiais disponíveis como a excluir os fracos e os menos hábeis, seja pelo facto de terem habilidades diferentes (deficientes), seja porque lhes faltam conhecimentos e instrumentos técnicos adequados ou possuem uma capacidade insuficiente de decisão política. A exclusão económica e social é uma negação total da fraternidade humana e um atentado gravíssimo aos direitos humanos e ao ambiente. Os mais pobres são aqueles que mais sofrem esses ataques por um triplo e grave motivo: são descartados

pela sociedade, ao mesmo tempo são obrigados a viver de desperdícios, e devem injustamente sofrer as consequências do abuso do ambiente. Estes fenómenos constituem, hoje, a «cultura do descarte» tão difundida e inconscientemente consolidada.

O caráter dramático de toda esta situação de exclusão e desigualdade, com as suas consequências claras, leva-me, juntamente com todo o povo cristão e muitos outros, a tomar consciência também da minha grave responsabilidade a este respeito, pelo que levanto a minha voz, em conjunto com a de todos aqueles que aspiram por soluções urgentes e eficazes. A adopção da «*Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*», durante a Cimeira Mundial que hoje mesmo começa, é um sinal importante de esperança. Estou confiado também que a *Conferência de Paris sobre as alterações climáticas* alcance acordos fundamentais e efetivos.

Todavia não são suficientes os compromissos solenemente assumidos, embora constituam certamente um passo necessário para a solução dos problemas. A definição clássica de justiça, a que antes me referi, contém como elemento essencial uma vontade constante e perpétua: *Iustitia est constans et perpetua voluntas ius suum cuique tribuendi*. O mundo pede vivamente a todos os governantes uma vontade efetiva, prática, constante, feita de passos concretos e medidas imediatas, para preservar e melhorar o ambiente natural e superar o mais rapidamente possível o fenómeno da exclusão social e económica, com suas tristes consequências de tráfico de seres humanos, tráfico de órgãos e tecidos humanos, exploração sexual de meninos e meninas, trabalho escravo, incluindo a prostituição, tráfico de drogas e de armas, terrorismo e criminalidade internacional organizada. Tal é a magnitude destas situações e o número de vidas inocentes envolvidas que devemos evitar qualquer tentação de cair num nominalismo declamatório com efeito tranquilizador sobre as consciências. Devemos ter cuidado com as nossas instituições para que sejam realmente eficazes na luta contra estes flagelos.

A multiplicidade e complexidade dos problemas exigem servir-se de instrumentos técnicos de medição. Isto, porém, esconde um duplo perigo: limitar-se ao exercício burocrático de redigir longas enumerações de bons propósitos – metas, objetivos e indicações estatísticas – , ou julgar que uma solução teórica única e apriorística dará resposta a todos os desafios. É preciso não perder de vista, em momento algum, que a ação política e económica só é eficaz quando é concebida como uma atividade prudencial, guiada por um conceito perene de justiça e que tem sempre presente que, antes e para além de planos e programas, existem mulheres e homens concretos, iguais aos governantes, que vivem, lutam e sofrem e que muitas vezes se veem obrigados a viver miseravelmente, privados de qualquer direito.

Para que estes homens e mulheres concretos possam subtrair-se à pobreza extrema, é preciso permitir-lhes que sejam atores dignos do seu próprio destino. O desenvolvimento humano integral e o pleno exercício da dignidade humana não podem ser impostos; devem ser construídos e realizados por cada um, por cada família, em comunhão com os outros seres humanos e num relacionamento correto com todos os ambientes onde se desenvolve a sociabilidade humana – amigos, comunidades, aldeias e vilas, escolas, empresas e sindicatos, províncias, países etc. Isto supõe e exige o direito à educação – mesmo para as meninas (excluídas em alguns lugares) –, que é assegurado antes de mais nada respeitando e reforçando o direito primário das famílias a educar e o direito das Igrejas e das agregações sociais a apoiar e colaborar com as famílias na educação das suas filhas e dos seus filhos. A educação, assim entendida, é a base para a realização da *Agenda 2030* e para a recuperação do ambiente.

Ao mesmo tempo, os governantes devem fazer o máximo possível por que todos possam dispor da base mínima material e espiritual para tornar efetiva a sua dignidade e para formar e manter uma família, que é a célula primária de qualquer desenvolvimento social. A nível material, este mínimo absoluto tem três nomes: casa, trabalho e terra. E, a nível espiritual, um nome: liberdade de espírito, que inclui a liberdade religiosa, o direito à educação e todos os outros direitos civis.

Por todas estas razões, a medida e o indicador mais simples e adequado do cumprimento da nova *Agenda* para o desenvolvimento será o acesso efetivo, prático e imediato, para todos, aos bens materiais e espirituais indispensáveis: habitação própria, trabalho digno e devidamente remunerado, alimentação adequada e água potável; liberdade religiosa e, mais em geral, liberdade de espírito e educação. Ao mesmo tempo, estes pilares do desenvolvimento humano integral têm um fundamento comum, que é o direito à vida, e, em sentido ainda mais amplo, aquilo a que poderemos chamar o direito à existência da própria natureza humana.

A crise ecológica, juntamente com a destruição de grande parte da biodiversidade, pode pôr em perigo a própria existência da espécie humana. As nefastas consequências duma irresponsável má-gestão da economia mundial, guiada unicamente pela ambição de lucro e poder, devem constituir um apelo a esta severa reflexão sobre o homem: «O homem não se cria a si mesmo. Ele é espírito e vontade, mas é também natureza» (Bento XVI, *Discurso ao Parlamento da República Federal da Alemanha*, 22 de Setembro de 2011; citado na Enc. *Laudato si'*, 6). A criação vê-se prejudicada «onde nós mesmos somos a última instância (…). E o desperdício da criação começa onde já não reconhecemos qualquer instância acima de nós, mas vemo-nos unicamente a nós mesmos» (Bento XVI, *Discurso ao clero da Diocese*

de Bolzano-Bressanone, 6 de Agosto de 2008; citado na Enc. Laudato si', 6). Por isso, a defesa do ambiente e a luta contra a exclusão exigem o reconhecimento duma lei moral inscrita na própria natureza humana, que inclui a distinção natural entre homem e mulher (cf. Enc. Laudato si', 155) e o respeito absoluto da vida em todas as suas fases e dimensões (cf. *ibid.*, 123; 136). Sem o reconhecimento de alguns limites éticos naturais inultrapassáveis e sem a imediata atuação dos referidos pilares do desenvolvimento humano integral, o ideal de «preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra» (*Carta das Nações Unidas*, Preâmbulo) e «promover o progresso social e um padrão mais elevado de viver em maior liberdade» (*ibid.*) corre o risco de se tornar uma miragem inatingível ou, pior ainda, palavras vazias que servem como desculpa para qualquer abuso e corrupção ou para promover uma colonização ideológica através da imposição de modelos e estilos de vida anormais, alheios à identidade dos povos e, em última análise, irresponsáveis.

A guerra é a negação de todos os direitos e uma agressão dramática ao meio ambiente. Se se quiser um desenvolvimento humano integral autêntico para todos, é preciso continuar incansavelmente no esforço de evitar a guerra entre as nações e os povos.

Para isso, é preciso garantir o domínio incontrastado do direito e o recurso incansável às negociações, aos mediadores e à arbitragem, como é proposto pela *Carta das Nações Unidas*, verdadeira norma jurídica fundamental. A experiência destes setenta anos de existência das Nações Unidas, em geral, e, de modo particular, a experiência dos primeiros quinze anos do terceiro milénio mostram tanto a eficácia da plena aplicação das normas internacionais como a ineficácia da sua inobservância. Se se respeita e aplica a *Carta das Nações Unidas*, com transparência e sinceridade, sem segundos fins, como um ponto de referência obrigatório de justiça e não como um instrumento para mascarar intenções ambíguas, obtém-se resultados de paz. Quando, pelo contrário, se confunde a norma com um simples instrumento que se usa quando resulta favorável e se contorna quando não o é, abre-se uma verdadeira caixa de Pandora com forças incontroláveis, que prejudicam seriamente as populações inermes, o ambiente cultural e também o ambiente biológico.

O Preâmbulo e o primeiro artigo da *Carta das Nações Unidas* indicam as bases da construção jurídica internacional: a paz, a solução pacífica das controvérsias e o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações. Contrasta fortemente com estas afirmações – e nega-as na prática – a tendência sempre presente para a proliferação das armas, especialmente as de destruição em massa, como o podem ser as armas nucleares. Uma ética e um direito baseados sobre a ameaça da destruição recíproca – e, potencialmente, de toda a

humanidade – são contraditórios e constituem um dolo em toda a construção das Nações Unidas, que se tornariam «Nações Unidas pelo medo e a desconfiança». É preciso trabalhar por um mundo sem armas nucleares, aplicando plenamente, na letra e no espírito, o Tratado de Não-Proliferação para se chegar a uma proibição total destes instrumentos.

O recente acordo sobre a questão nuclear, numa região sensível da Ásia e do Médio Oriente, é uma prova das possibilidades da boa vontade política e do direito, cultivados com sinceridade, paciência e constância. Faço votos de que este acordo seja duradouro e eficaz e, com a colaboração de todas as partes envolvidas, produza os frutos esperados.

Nesta linha, não faltam provas graves das consequências negativas de intervenções políticas e militares não coordenadas entre os membros da comunidade internacional. Por isso, embora desejasse não ter necessidade de o fazer, não posso deixar de reiterar os meus apelos que venho repetidamente fazendo em relação à dolorosa situação de todo o Médio Oriente, do Norte de África e de outros países africanos, onde os cristãos, juntamente com outros grupos culturais ou étnicos e também com aquela parte dos membros da religião maioritária que não quer deixar-se envolver pelo ódio e a loucura, foram obrigados a ser testemunhas da destruição dos seus lugares de culto, do seu património cultural e religioso, das suas casas e haveres, e foram postos perante a alternativa de escapar ou pagar a adesão ao bem e à paz com a sua própria vida ou com a escravidão.

Estas realidades devem constituir um sério apelo a um exame de consciência por parte daqueles que têm a responsabilidade pela condução dos assuntos internacionais. Não só nos casos de perseguição religiosa ou cultural, mas em toda a situação de conflito, como na Ucrânia, Síria, Iraque, Líbia, Sudão do Sul e na região dos Grandes Lagos, antes dos interesses de parte, mesmo legítimos, existem rostos concretos. Nas guerras e conflitos, existem pessoas, nossos irmãos e irmãs, homens e mulheres, jovens e idosos, meninos e meninas que choram, sofrem e morrem. Seres humanos que se tornam material de descarte, enquanto nada mais se faz senão enumerar problemas, estratégias e discussões.

Como pedi ao Secretário-Geral das Nações Unidas, na minha carta de 9 de Agosto de 2014, «a mais elementar compreensão da dignidade humana obriga a comunidade internacional, em particular através das regras e dos mecanismos do direito internacional, a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para impedir e prevenir ulteriores violências sistemáticas contra as minorias étnicas e religiosas» e para proteger as populações inocentes.

Nesta mesma linha, quero citar outro tipo de conflitualidade, nem sempre assim explicitada, mas que inclui silenciosamente a morte de milhões de pessoas. Muitas das nossas sociedades

vivem um tipo diferente de guerra com o fenómeno do narcotráfico. Uma guerra «suportada» e pobremente combatida. O narcotráfico, por sua própria natureza, é acompanhado pelo tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro, tráfico de armas, exploração infantil e outras formas de corrupção. Corrupção, que penetrou nos diferentes níveis da vida social, política, militar, artística e religiosa, gerando, em muitos casos, uma estrutura paralela que põe em perigo a credibilidade das nossas instituições.

Comecei a minha intervenção recordando as visitas dos meus antecessores. Agora quereria, em particular, que as minhas palavras fossem como que uma continuação das palavras finais do discurso de Paulo VI, pronunciadas quase há cinquenta anos, mas de valor perene. Cito: «Eis chegada a hora em que se impõe uma pausa, um momento de recolhimento, de reflexão, quase de oração: pensar de novo na nossa comum origem, na nossa história, no nosso destino comum. Nunca, como hoje, (…) foi tão necessário o apelo à consciência moral do homem. Porque o perigo não vem nem do progresso nem da ciência, que, bem utilizados, poderão, pelo contrário, resolver um grande número dos graves problemas que assaltam a humanidade» (*Discurso aos Representantes dos Estados*, 4 de Outubro de 1965, n. 7). Sem dúvida que a genialidade humana, bem aplicada, ajudará a resolver, entre outras coisas, os graves desafios da degradação ecológica e da exclusão. E continuo com as palavras de Paulo VI: «O verdadeiro perigo está no homem, que dispõe de instrumentos sempre cada vez mais poderosos, aptos tanto para a ruína como para as mais elevadas conquistas» (*ibid.*). Até aqui, as palavras de Paulo VI.

A casa comum de todos os homens deve continuar a erguer-se sobre uma recta compreensão da fraternidade universal e sobre o respeito pela sacralidade de cada vida humana, de cada homem e de cada mulher; dos pobres, dos idosos, das crianças, dos doentes, dos nascituros, dos desempregados, dos abandonados, daqueles que são vistos como descartáveis porque considerados meramente como números desta ou daquela estatística. A casa comum de todos os homens deve edificar-se também sobre a compreensão duma certa sacralidade da natureza criada.

Tal compreensão e respeito exigem um grau superior de sabedoria, que aceite a transcendência, própria de cada um, renuncie à construção duma elite omnipotente e entenda que o sentido pleno da vida individual e coletiva está no serviço desinteressado aos outros e no uso prudente e respeitoso da criação para o bem comum. Repetindo palavras de Paulo VI, «o edifício da civilização moderna deve construir-se sobre princípios espirituais, os únicos capazes não apenas de o sustentar, mas também de o iluminar e de o animar» (*ibid.*).

O Gaúcho Martín Fierro, um clássico da literatura da minha terra natal, canta: «Os irmãos estejam unidos, porque esta é a primeira lei. Tenham união verdadeira em qualquer tempo que seja, porque se litigam entre si, devorá-los-ão os de fora».

O mundo contemporâneo, aparentemente interligado, experimenta uma crescente, consistente e contínua fragmentação social que põe em perigo «todo o fundamento da vida social» e assim «acaba por colocar-nos uns contra os outros na defesa dos próprios interesses» (Enc. *Laudato si'*, 229).

O tempo presente convida-nos a privilegiar ações que possam gerar novos dinamismos na sociedade e frutifiquem em acontecimentos históricos importantes e positivos (cf. Exort. ap. *Evangelii gaudium*, 223).

Não podemos permitir-nos o adiamento de «algumas agendas» para o futuro. O futuro exige-nos decisões críticas e globais face aos conflitos mundiais que aumentam o número dos excluídos e necessitados.

A louvável construção jurídica internacional da Organização das Nações Unidas e de todas as suas realizações – melhorável como qualquer outra obra humana e, ao mesmo tempo, necessária – pode ser penhor dum futuro seguro e feliz para as gerações futuras. Sê-lo-á se os representantes dos Estados souberem pôr de lado interesses setoriais e ideologias e procurarem sinceramente o serviço do bem comum. Peço a Deus omnipotente que assim seja, assegurando-vos o meu apoio, a minha oração, bem como o apoio e as orações de todos os fiéis da Igreja Católica, para que esta Instituição, com todos os seus Estados-Membros e cada um dos seus funcionários, preste sempre um serviço eficaz à humanidade, um serviço respeitoso da diversidade e que saiba potenciar, para o bem comum, o melhor de cada nação e de cada cidadão.

Deus vos abençoe a todos!